

**MONGERAL AEGON**

*Construa seu amanhã*

**PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL**

**RELATÓRIO ANUAL 2016**

# Índice

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL .....	04
RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS .....	07
DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL.....	07
RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DO PLANO.....	08
PARECER ATUARIAL DO PLANO .....	08
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	17
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	19
PARECER DO CONSELHO FISCAL MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	22
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO .....	33
DESPESAS CONSOLIDADA DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	24
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS .....	25

# Mensagem da Diretoria Executiva do Mongeral Aegon Fundo de Pensão

A Diretoria do MONGERAL AEGON Fundo de Pensão – MAFP – apresenta a seus Participantes, Patrocinadores e Instituidores, o resumo do Relatório Anual de suas atividades no exercício de 2016. O Relatório Anual 2016, em sua forma completa está disponível para consulta no portal corporativo, no link Fundo de Pensão, na área restrita ao Participante.

Este material foi elaborado conforme Resolução CGPC Nº 23/2006, e nele você poderá conferir informações sobre a situação patrimonial da Entidade e do seu Plano de Benefícios, sobre a Política de Investimentos, rentabilidade, despesas administrativas, carteiras de investimentos e a situação atuarial do seu Plano, acompanhados do resumo dos respectivos pareceres, determinados por disposições legais e estatutárias, possibilitando um melhor acompanhamento do seu Plano de Previdência Complementar.

Ao longo do exercício, nossas iniciativas avançaram nas mais variadas frentes. Adotamos uma série de medidas para assegurar a saúde financeira dos planos, avançamos no processo de certificação de dirigentes e na consolidação das melhores práticas de governança. Em relação aos planos de benefícios, alcançamos bons resultados na gestão dos investimentos.

Foram realizadas diversas ações de Educação Financeira e Previdenciária com resultados muito positivos. A intenção para 2017 é expandir ainda mais essas ações, com o objetivo de disseminar cada vez mais a cultura de Planejamento Financeiro.

Mais uma vez, o Mongeral Aegon Fundo de Pensão mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão de forma clara e transparente.

**Boa Leitura!**

**Diretoria Executiva**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LIQUIDO - PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
<b>A) Ativo líquido - início do exercício</b>	30.798	24.041	28,11
<b>1. Adições</b>	12.285	8.693	41,32
Contribuições	6.631	5.704	16,25
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	5.654	2.989	89,16
<b>2. Destinações</b>	2.872	(1.936)	48,35
Benefícios	(2.530)	(1.606)	57,53
Custeio administrativo	(342)	(330)	3,64
<b>3. Acréscimo no ativo líquido(1+2)</b>	9.413	6.757	39,31
Provisões matemáticas	8.491	5.856	45,00
Fundos previdenciais	1.305	586	122,70
Superávit (déficit) técnico do exercício	(383)	315	(221,59)
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	40.211	30.798	30,56
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	96	69	39,13
<b>Fundos administrativos</b>	96	69	39,13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>40.469</b>	<b>30.872</b>	<b>31,09</b>
Disponível	252	90	180,00
Recebível	609	79	670,9
Investimento	39.608	30.703	29,00
Títulos públicos	-	3	(100,00)
Fundos de investimentos	39.608	30.700	29,02
<b>2. Obrigações</b>	<b>162</b>	<b>5</b>	<b>3.140,00</b>
Operacional	162	5	3.140,00
<b>3. Fundos não previdenciais</b>	<b>96</b>	<b>69</b>	<b>39,13</b>
Fundos administrativos	96	69	39,13
<b>5. Ativo líquido (1-2-3)</b>	<b>40.211</b>	<b>30.798</b>	<b>30,56</b>
Provisões matemáticas	36.240	27.749	30,60
Superávit técnico	362	745	(51,41)
Fundos previdenciais	3.609	2.304	56,64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL**

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4)</b>	<b>40.374</b>	<b>30.803</b>	<b>31,07</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>36.240</b>	<b>27.749</b>	<b>30,60</b>
1.1 Benefícios concedidos	474	27	1.655,56
Contribuição definida	462	-	-
Benefício definido	12	27	(55,56)
<b>1.2 Benefícios a conceder</b>	<b>35.766</b>	<b>27.722</b>	<b>29,02</b>
Contribuição Definida	35.275	27.499	28,28
Saldo de contas - parcela patrocinador	12.786	10.037	27,39
Saldo de contas - parcela participantes	22.489	17.462	28,79
Benefício definido	491	223	120,18
<b>2. Equilíbrio técnico</b>	<b>362</b>	<b>745</b>	<b>(51,41)</b>
<b>2.1. Resultados realizados</b>	<b>362</b>	<b>745</b>	<b>(51,41)</b>
Superávit técnico acumulado	362	745	(51,41)
Reserva de contingência	241	63	282,54
Reserva para revisão de plano	121	682	(82,26)
<b>3. Fundos</b>	<b>3.609</b>	<b>2.304</b>	<b>56,64</b>
3.1. Fundos previdenciais	3.609	2.304	56,64
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>162</b>	<b>5</b>	<b>3.140,00</b>
4.1 Gestão Previdencial	162	5	3.140,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL**

Fechamos o exercício com mais de R\$ 39,6 milhões em reserva com rentabilidade de 17,64% acumulada no ano de 2016.

**PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO – PGA**

PLANO MONGERAL	2016	2015
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (Início)</b>	<b>68.799,93</b>	<b>8.593,89</b>
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	395.999,75	364.494,44
RECEITAS DE CUSTEIO	384.845,36	360.899,27
GESTÃO PREVIDENCIAL	342.212,78	329.994,99
INVESTIMENTOS	42.632,58	30.904,28
FLUXO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	11.154,39	3.595,17
<b>DESPESAS</b>	<b>368.790,16</b>	<b>304.288,40</b>
GESTÃO DE BENEFÍCIOS	202.783,04	194.032,50
AUDITORIA CONTÁBIL	25.070,39	26.305,78
ÁLISE/ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	27.001,75	23.670,46
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	1.141,05	20.998,79
TRIBUTOS	20.826,48	19.574,06
TARIFAS BANCÁRIAS	40.235,08	8.665,46
DESPESAS GERAIS	46.579,17	7.933,41
GESTÃO DE ATIVOS DE INVESTIMENTOS	3.763,45	2.867,32
VIAGENS E ESTADIAS	-	240,60
RECURSOS HUMANOS	-	-
GESTÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS	-	-
CONSULTORIA CONTÁBIL	1.389,75	-
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (final)</b>	<b>96.009,52</b>	<b>68.799,93</b>

**RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL**

CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL VALOR EM R\$	PLANO MONGERAL
<b>Total Demonstrativo de Investimentos:</b>	<b>39.860.666,01</b>
<b>Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):</b>	<b>39.860.665,99</b>
DIFERENÇA	0,02
<b>Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total</b>	<b>252.701,54</b>
DEPÓSITO	252.603,25
TÍTULOS PÚBLICOS -NOTAS DO TESOURO NACIONAL	98,29
<b>Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total</b>	<b>39.607.964,47</b>
<b>18.683.208/0001-18</b> MONGERAL AEGON MULTIPREV INSTITUCIONAL FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	39.389.921,79
<b>14.115.118/0001-70</b> MONGERAL AEGON IMAB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	17.388,43
<b>11.435.287/0001-07</b> MONGERAL AEGON CDI INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	200.654,24

#### PARECER ATUARIAL DO PLANO MONGERAL



## Objetivo

A presente Avaliação Atuarial tem como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial em 31/12/2016 e dimensionar as Provisões Matemáticas do Plano de Benefícios MONGERAL, administrado pela MONGERAL AEGON Fundo de Pensão. Com base em tais informações e no patrimônio para cobertura do plano informado pela entidade, está apurado o resultado técnico do plano.

Complementarmente, é avaliada a rentabilidade dos recursos garantidores das provisões matemáticas e os resultados do Programa Administrativo, bem como são apresentadas as hipóteses adotadas nesta avaliação e que passarão a vigor a partir do exercício de 2017. Para tanto, estão considerados os parâmetros técnico-atuariais mínimos estabelecidos pela Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, e suas posteriores alterações, quais sejam: Resolução CNPC nº 09, de 29/11/2012, Resolução CNPC nº 15, de 19/11/2014 e Resolução CNPC nº 22, de 25/11/2015.

Esta legislação estabelece parâmetros técnico-atuariais para estruturação do plano de custeio e mensuração dos resultados futuros dos planos de benefícios. Dentre as principais disposições nota-se a indicação do corredor com base na duration do plano, na estrutura a termo de taxa de juros média e na taxa de juros parâmetro, para determinação da hipótese de juros, devendo observar e comprovar a sua aderência ao fluxo esperado de receitas e despesas futuras do plano, como também corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas, bem como hipóteses financeiras e atuariais, e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo da Patrocinadora e da Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC.

## Base Cadastral

### Referência dos dados cadastrais

As informações referentes aos participantes ativos e participantes assistidos, objetivando esta Avaliação Atuarial, foram enviadas pela Entidade em arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2016 em formato “xls” e foram objeto de análise e testes de consistência.

Apresenta-se a seguir o consolidado estatístico da base cadastral dos participantes, onde são demonstradas as principais características da população em estudo e, no Anexo III deste relatório, são apresentadas todas as estatísticas da população correspondente, em conjunto com uma série de gráficos que buscam trazer à diretoria da Entidade informações gerenciais sobre o plano, de modo a facilitar a sua administração.

### Validação dos dados

A base cadastral foi fornecida pela Entidade, no layout solicitado, em arquivos eletrônicos no dia 13/01/2017. Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2016. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis referentes ao mesmo período.

## Estatísticas

Com base nas informações cadastrais e financeiras encaminhadas, foram realizadas análises estatísticas contemplando também um comparativo em relação aos anos de 2014 e 2015.

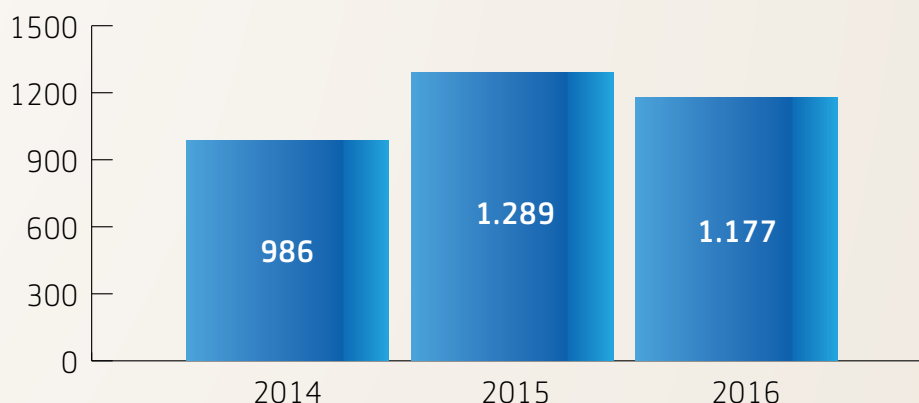
## Participantes ativos

**Tabela 1 - Informações gerais**

ITEM*	2014	2015	2016
Número de participantes ativos	986	1.289	1.177
Idade média (anos)	36,04	35,91	43,25
Média da expectativa de vida (anos)	50,18	51,16	43,37
Folha de salário (R\$)	5.046.243,62	6.471.305,62	7.115.457,54
Remuneração média (R\$)	5.117,89	5.020,41	6.045,42

(\*) Valores não contemplam participantes cancelados. Em 31/12/2016 o número de cancelados é de 123.

Diante da tabela acima, percebe-se que a Entidade teve um decréscimo no número de participantes em 2016 na ordem de 8,69%, quando comparado com o exercício de 2015. Esta observação fica melhor elucidada no gráfico abaixo:

**Gráfico 1 – Evolução do número de participantes ativos****Participantes assistidos****Tabela 2 - Informações gerais**

ITEM*	2014	2015	2016
Número de participantes assistidos	1	1	3
Idade média (anos)	57	58	58,67
Média da expectativa de vida (anos)	30,15	29,23	28,63
Folha de salário (R\$)	342,69	371,72	4.842,82
Remuneração média (R\$)	342,69	371,72	1.614,27

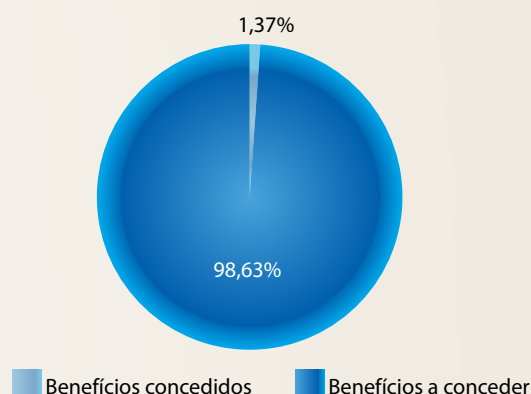
A partir da análise da Tabela 2, percebe-se que ocorreram duas concessões de benefícios no ano de 2016, sendo estes referentes a aposentadoria programada.

Nota-se que a idade média dos participantes assistidos é igual a 58,67 anos. Considerando-se a Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 - F, verifica-se que a expectativa de vida aos 58 anos é aproximadamente de 29 anos, o que

resulta na esperança de que uma pessoa com essa idade sobreviva até por volta de 87 anos.

## Plano de benefícios

**Gráfico 2 – Distribuição das Provisões Matemáticas – 31/12/2016**



O Gráfico 2 aponta que as Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder acumulam a grande maioria dos recursos dos participantes do plano. Esta informação pode servir para embasamento da Entidade na tomada de decisão quanto aos tipos de investimentos para alocação desses recursos.

## HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devam estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário. Não obstante, a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, trouxe um detalhamento maior quanto à adoção das hipóteses do plano.

Assim, foi realizado um estudo estatístico das hipóteses atualmente adotadas pelo Plano de Benefícios MONGERAL, cujo resultado foi apresentado no Estudo Técnico de Aderência das Hipóteses Atuariais – ETAH 18/2016, e para o qual se solicitou uma manifestação de concordância da Entidade quanto às referidas hipóteses, para que pudessem ser adotadas na presente avaliação.

Uma vez ocorrida a manifestação solicitada, seguem abaixo as hipóteses adotadas para a Avaliação Atuarial de 2016, que passarão a vigorar a partir de 01/04/2017 e serão apresentadas nas Demonstrações Atuariais – DA. Hipóteses adotadas para a Avaliação Atuarial 2016:

Taxa de Juros: 4,38% a.a.;

Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F;

Fator de Determinação: 0,9801.

Por fim, salientamos que a taxa de juros adotada na avaliação atuarial de 31/12/2015 foi de 3,80% a.a., para as demais hipóteses não houve alteração em relação as anteriormente adotadas.

## RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

O Plano de Benefícios MONGERAL, administrado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2016 resultado de superávit técnico.

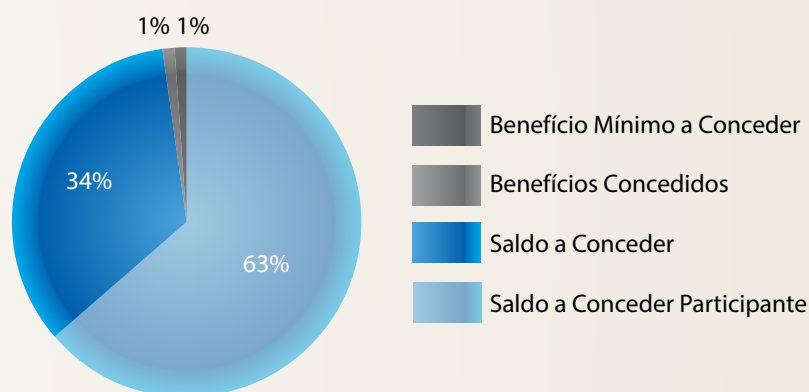
Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) para maioria dos seus benefícios, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a maioria da obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal equilíbrio técnico.

A exceção fica por conta do Benefício Mínimo a conceder e as rendas cuja opção de recebimento ocorre por prazo certo.

Desta forma, atesta-se que as informações constantes neste relatório foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela MAAB referentes à data base 31/12/2016.

Para a data-base de 31/12/2016, apurou-se uma Provisão Matemática de R\$ 36.240.234,45, sendo R\$ 473.559,02 referentes à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 35.766.675,43 referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. Nesta última, R\$ 491.272,82 referem-se a reserva matemática mantida para garantir o benefício mínimo e R\$ 821.843,18 referem-se aos participantes cancelados do Plano.

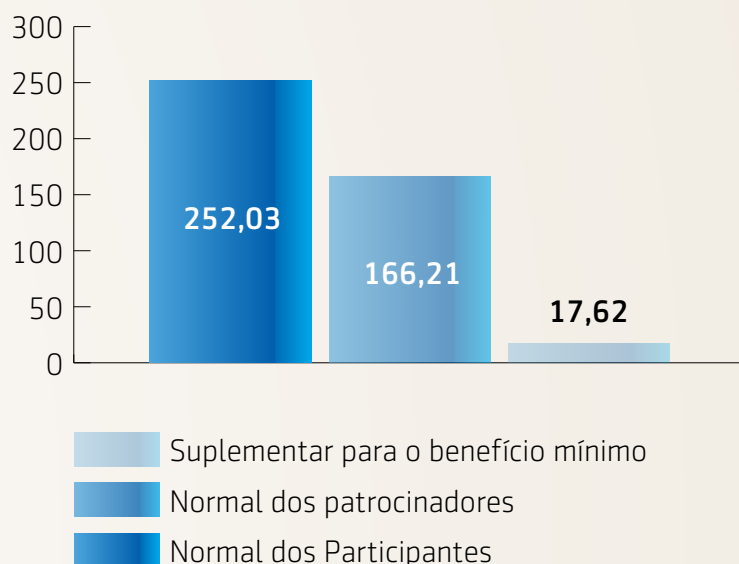
**Gráfico 3 - Proporção das Reservas Matemáticas do Plano MONGERAL**



**Tabela 3 – Provisões Matemáticas**

PLANO DE CONTAS	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	36.602.702,90
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	36.240.234,44
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	473.559,02
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	35.766.675,42
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	35.275.402,60
2.3.1.1.02.01.01	Patrocinador	12.786.340,56
2.3.1.1.02.01.02	Participantes	22.489.062,03
2.3.1.1.02.02	Benefício Definido Estruturado	491.272,82
2.3.1.1.02.02.01	VABF - Benefício Mínimo	2.657.087,95
2.3.1.1.02.02.02	VACF - Benefício Mínimo	2.165.815,13
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	362.468,46
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	362.468,46
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	362.468,46
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	241.207,96
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	121.260,50
2.3.2	Fundos	3.704.784,15
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	3.608.774,63
2.3.2.2	Fundos Administrativos	96.009,52

**Gráfico 4 - Contribuições mensais para formação das reservas**



O Gráfico 4 permite a visualização do comparativo entre as contribuições responsáveis pela formação das reservas do plano

Quando se confronta o Patrimônio de Cobertura do Plano com as Provisões Matemáticas e os Fundos, verifica-se um superávit da ordem de R\$ 362.468,45.

Para possibilitar o entendimento da origem deste resultado, apresentamos a seguir a decomposição dos valores (R\$) que formam o mesmo:

Superávit Técnico em 31/12/2015	745.077
(+) Atualização pela Rentabilidade para 31/12/2016	128.026
(-) Variação Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização em 31/12/2016	267.710
(+) Impacto da Mudança da Taxa Real de Juros em 31/12/2016	7.716
(+) Contribuição para o Benefício Mínimo em 2016	165.179
(=) Equilíbrio Técnico Esperado em 31/12/2016	778.289
(+) Diferença não explicada em 31/12/2016	(415.821)
(=) Equilíbrio Técnico em 31/12/2016	362.468

A principal causa do resultado superavitário do plano está atrelada a manutenção do superávit técnico registrado em 31/12/2015.

Também devemos chamar a atenção em relação à rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do Plano ao longo de 2016 que ultrapassou a meta atuarial de rentabilidade.

Lembramos, conforme mencionado na avaliação de 31/12/2015, que devido à maneira como foi estruturado o Benefício Mínimo, a realização de expressivos ganhos atuariais tende a ocorrer no futuro.

Entretanto, neste ano observamos um aumento da provisão matemática relativo a este benefício, muito devido a entrada de novos participantes, que de 260 verificados na base que nos foi fornecida, 90 deles caíram no benefício por terem salário real de contribuição inferior a (5 x US = R\$ 2.033,60).

No contexto do superávit técnico, existe a necessidade de a EFPC atentar para a origem do montante descrito na rubrica “valores não explicados em 31/12/2016”, no valor de R\$ 449.796, pois no caso de uma distribuição de superávit o valor objeto poderá restar comprometido pela insegurança relativa a origem desse valor.

Outro ponto importante em relação a distribuição é que este é quarto ano consecutivo de reserva especial formada neste Plano e, conforme Resolução CGPC nº 26/2008, toma-se necessário definir quem deu origem ao superávit, pois é com base neste ponto onde é definido quem terá direito a recebê-lo.

Em relação ao Fundo Previdencial, sabe-se que ao longo de 2016 houve uma reversão líquida positiva para o fundo no valor de R\$ R\$ 1.304.768,13, derivada de recursos não resgatados pelos participantes, que se desligaram do Plano, relativos às contribuições da patrocinadora e da rentabilidade líquida auferida pelos seus recursos garantidores.

Por fim, é importante salientar que foi realizada a análise do ajuste de precificação dos ativos segundo a Instrução PREVIC nº 19/2015. Uma vez que o Plano se encontra em situação superavitária, o referido ajuste só teria aplicação caso resultasse na redução do valor positivo de equilíbrio do Plano. Entretanto, o ajuste resultou num ajuste positivo de R\$ 577,38, não sendo aplicável ao Plano, conforme parágrafo 2º do artigo 10 da referida instrução.

Segue abaixo quadro contendo a listagem dos Títulos Públicos considerados neste estudo.

**Tabela 4 – Títulos Públicos considerados até o vencimento para Ajuste dos Ativos**

RATEIO	TIPO	COMPRA EM % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	CONSIDERADO
0,11%	NTN-B	5,97	15/08/2018	90	Sim
0,11%	NTN-B	6,29	15/08/2022	250	Sim
0,11%	NTN-B	6,44	15/05/2035	350	Sim
0,11%	NTN-B	6,43	15/08/2050	200	Sim

### Rentabilidade do Plano

Em função da modalidade do plano de benefícios, é vedada a garantia de rentabilidade mínima tanto na fase de capitalização quanto na de percepção de renda, sendo a taxa de juros adotada como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice de referência atuarial (Benchmark) como ferramenta para mensurar e comparar sua rentabilidade.

A exceção fica por conta do benefício mínimo e da renda concedida por prazo determinado, onde a taxa real de juros é utilizada para trazer a valor presente as obrigações líquidas do Plano.

Observou-se que a rentabilidade nominal líquida auferida, de janeiro a dezembro/2016, pela aplicação dos recursos garantidores do Patrimônio de Cobertura do Plano, foi de 17,18% enquanto que a meta atuarial, composta pelo IPCA mais taxa real de juros de 3,80% a.a., no mesmo período, resultou em 10,20%. Isto significa que o resultado da aplicação dos recursos garantidores do Plano superou a meta atuarial por 6,98 pontos percentuais. Ou seja, em relação aos encargos do Plano que são avaliados na modalidade de benefício definido, houve um ganho financeiro. Tal parcela equivale a 1,33% dos encargos totais do Plano.

## Plano de custeio

Quanto ao plano de custeio, as contribuições foram definidas em percentuais que irão incidir sobre o Salário Real de Contribuição dos Participantes, conforme segue:

**Tabela 5 – Percentual de Contribuição dos Participantes**

TEMPO DE CASA	% DE CONTRIBUIÇÃO
<=9	50%
10 a 19	100%
>=20	150%
Suplementar para Benefício Mínimo	0,26%

Além da Contribuição Normal acima descrita, a patrocinadora efetuará contribuições destinadas ao custeio do benefício mínimo. Esta avaliação identificou que tal alíquota de custeio equivale 0,26% da folha salarial dos participantes que recebem salário acima de 5 US.

Não obstante, as despesas administrativas são integralmente custeadas pela patrocinadora e consideram as regras previstas na Resolução CGPC nº 29/2009, principalmente no que tange os limites do artigo 6º desta norma. Assim, temos a seguinte distribuição do custeio administrativo:

Observando-se o último exercício, a despesa administrativa média mensal correspondeu ao valor de R\$ R\$ 30.732,51 e a receita administrativa média mensal a R\$ 32.999,98 de modo que a receita média foi superior à despesa média em R\$ 2.267,47. Nesta relação de correspondência, verificou-se que ocorreu, no último ano, um aumento no Fundo Administrativo de 39,55%, uma vez era de R\$ 68.799,93 em 31/12/2015 e passou a ser de R\$ 96.009,52 em 31/12/2016.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que dispõe a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e suas posteriores alterações, sobre as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades na apuração do resultado, na destinação e utilização do superávit e no equacionamento de déficits, tem-se que, inicialmente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência.

Tal destinação se dá no limite entre o mínimo de 25% e o resultado da seguinte fórmula:  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática da parcela dos benefícios definidos do Plano}$ . No caso do Plano MONGERAL, o limite da reserva de contingência ficou em 25%.

A duração do passivo apurada na presente avaliação foi de 19,81 anos, com base na planilha disponibilizada pela PREVIC, através da Portaria PREVIC nº 29/2017.

Após a constituição da reserva de contingência, os recursos excedentes foram empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

Assim, dado que em 31/12/2016 o Plano MONGERAL apresenta o quarto resultado superavitário consecutivo com formação da reserva especial torna-se necessário que a EFPC elabore ao longo de 2017 plano para distribuição deste excedente, observando a origem do recurso gerador do excedente.

<sup>1</sup> Incide sobre a folha dos participantes ativos que recebem mais que cinco unidades salariais (5 x US)

Considerando-se todo o exposto no presente parecer, é o caso de concluir que o Plano MONGERAL encontra-se com superávit atuarial e financeiro, dependendo do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio e da concretização das hipóteses atuariais, com destaque para hipótese de mortalidade geral e para a taxa real de juros.

Florianópolis, 23 de junho de 2017.



Luciano Duarte  
Atuário MIBA nº 1111  
Data A Consultoria S/S Ltda



## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA ENTIDADE

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2016	2015		2016	2015
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
Disponível	706	222	Exigível operacional	462	106
			Gestão previdencial	454	102
<b>Realizável</b>	65.961	47.608	Gestão administrativa	8	4
Gestão previdencial	600	11			
Gestão administrativa	3	3	<b>Patrimônio social</b>	66.205	47.724
			Patrimônio de cobertura do plano	62.423	45.311
<b>Investimentos (Nota 4)</b>	65.358	47.594	Provisões matemáticas (Nota 5)	62.110	45.014
Títulos públicos	8.347	2.424	Benefícios concedidos	15.272	5.154
Fundos de investimentos	57.011	45.170	Benefícios a conceder	47.224	39.860
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(386)	-
			<b>Equilíbrio técnico</b>	314	297
			Resultados realizados	314	297
			Superávit/Déficit técnico acumulado	314	297
			<b>Fundos (Nota 6)</b>	3.782	2.413
			Fundos previdenciais	3.631	2.312
			Fundos administrativos	151	101
<b>Total do ativo</b>	66.667	47.830	<b>Total do passivo</b>	66.667	47.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO**

Exercícios findos Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
(Em milhares de reais)

	2016	2015	Variação (%)
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	<b>47.724</b>	<b>37.560</b>	<b>27,06</b>
<b>1. Adições</b>	<b>21.294</b>	<b>14.002</b>	<b>52,08</b>
Contribuições previdenciais	11.574	8.761	32,11
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	9.113	4.745	92,05
Receitas administrativas	590	491	20,16
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	17	5	240,00
<b>2. Destinações</b>	<b>(6.559)</b>	<b>(3.838)</b>	<b>70,90</b>
+Benefícios	(6.001)	(3.433)	74,80
Despesas administrativas	(558)	(405)	37,78
<b>3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>14.735</b>	<b>10.164</b>	<b>44,97</b>
Provisões matemáticas	13.349	9.393	42,12
Superávit técnico do exercício	17	87	(80,46)
Fundos previdenciais	1.319	593	122,43
Fundos administrativos	50	91	(45,05)
<b>4. Operações transitórias</b>	<b>3.746</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações transitórias	3.746	-	-
<b>B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)</b>	<b>66.205</b>	<b>47.724</b>	<b>38,72</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Participantes e Patrocinadores

Mongeral AEGON Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral AEGON Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem as demonstrações da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mongeral AEGON Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

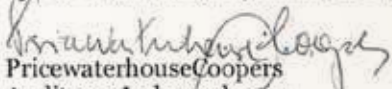
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

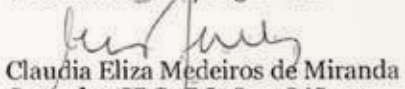
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2017

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ


  
Claudia Eliza Medeiros de Miranda  
Contador CRC 1RJ087128/O-0

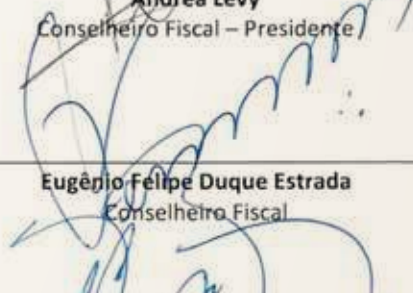



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas Atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2016, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2017.

  
\_\_\_\_\_  
**Andrea Levy**  
Conselheiro Fiscal – Presidente

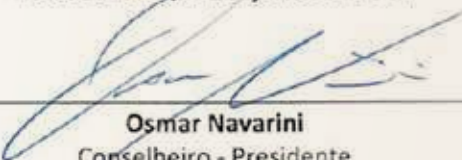
  
\_\_\_\_\_  
**Eug nio Felipe Duque Estrada**  
Conselheiro Fiscal

  
\_\_\_\_\_  
**Raphael de Almeida Barreto**  
Conselheiro Fiscal

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Os membros do Conselho Deliberativo da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, e acatando o Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício de 2016, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2017.



---

**Osmar Navarini**  
Conselheiro - Presidente



---

**Carla Fonseca Muniz**  
Conselheira - Secretária

**MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA****DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADAS**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

<b>PLANO MONGERAL</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (Início)	68.799,93	8.593,89
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	395.999,75	364.494,44
RECEITAS DE CUSTEIO	384.845,36	360.899,27
GESTÃO PREVIDENCIAL	342.212,78	329.994,99
INVESTIMENTOS	42.632,58	30.904,28
FLUXO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	11.154,39	3.595,17
DESPESAS	368.790,16	304.288,40
GESTÃO DE BENEFÍCIOS	202.783,04	194.032,50
AUDITORIA CONTÁBIL	25.070,39	26.305,78
ANÁLISE/ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	27.001,75	23.670,46
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	1.141,05	20.998,79
TRIBUTOS	20.826,48	19.574,06
TARIFAS BANCÁRIAS	40.235,08	8.665,46
DESPESAS GERAIS	46.579,17	7.933,41
GESTÃO DE ATIVOS DE INVESTIMENTOS	3.763,45	2.867,32
VIAGENS E ESTÁDIAS	-	240,60
RECURSOS HUMANOS	-	-
GESTÃO E AVALIAÇÃO DE RISCOS	-	-
CONSULTORIA CONTÁBIL	1.389,75	-
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (final)</b>	<b>96.009,52</b>	<b>68.799,93</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016

### MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO

#### 1. PREMISSAS BÁSICAS:

Este documento estabelece as bases sobre as quais os ativos do MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderão ser investidos no ano de 2016.

Esta Política de Investimentos foi preparada com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos num horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, e as restrições específicas avaliadas.

Conforme estabelecido pelo Capítulo V, Artigo 16, § 3º da Resolução CMN nº 3.792, a Política de Investimentos deve minimamente mencionar os seguintes itens:

- I. a alocação de recursos e os limites por seguimento de aplicação;
- II. os limites por modalidade de investimento, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos nesta Resolução;
- III. a utilização de instrumentos derivativos;
- IV. a taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observando o regulamento de cada plano de benefícios;
- V. a meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação;
- VI. a metodologia ou as fontes de referência adotadas para apreçamento dos ativos financeiros;
- VII. a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico; e
- VIII. a observância ou não de princípios de responsabilidade social;

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências do MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.

Na implementação desta política, o MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados, e Fundos de índice (ETF), parte em de investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

O MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO atualmente é composto por cinco planos de benefícios: Plano de Benefício Mongeral, Plano de Benefício Nº 03, Plano de Benefícios ContabilPrev, Plano de Benefícios AbepomPrev, Plano de Benefícios TecPrev, além do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Nesta estrutura, a diferenciação das estratégias de gestão de recursos respeita a característica de cada uma das fases compreendidas em cada um dos Planos de Benefícios. O Plano de Benefício Mongeral, o Plano de Benefício Nº 03 e o Plano de Benefícios AbepomPrev estão distribuídos em duas fases: a Fase de Acumulação de Recursos e a Fase de Concessão de Benefícios. Já o planos ContabilPrev e TecPrev compreendem apenas a Fase de Acumulação de Recursos.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduci-

ário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um “Preço Indicativo de Mercado”.

A Carteira de investimentos utilizada pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO para absorver e agregar o seu portfólio terá a custódia de seus ativos no Banco Bradesco, uma instituição habilitada pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para realizar esse serviço. Sendo assim, o MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO será responsável pela consolidação das informações para envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

## **2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detêm o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

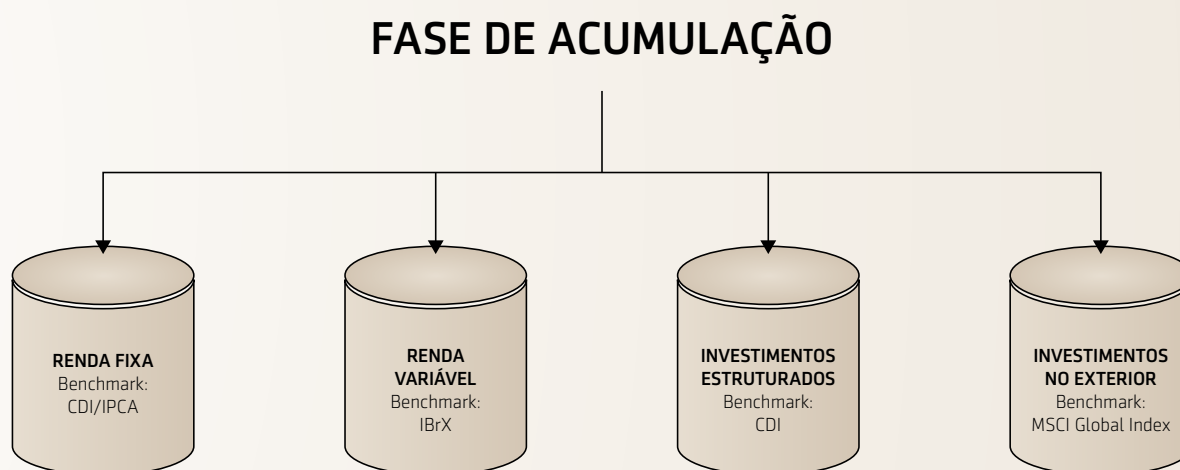
## **3. COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**

Na composição do portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios, o MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera a fase em que o participante se encontra. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa. O Plano de Benefícios N° 03, o Plano de Benefícios AbepomPrev e o Plano de Benefícios Mongeral possuem participantes em estágio de formação de reserva e de recebimento de benefício. Respeitando essa característica do passivo, os portfólios destes planos dividem-se em duas fases: Fase de Acumulação e Fase de Benefícios. Por se tratar de planos mais novos, o Plano de Benefícios Contabil Prev e o Plano de Benefícios TecPrev possuem apenas participantes em estágio de formação de reservas, logo, seus portfólios são completamente constituídos pela Fase de Acumulação.

A seguir a descrição da composição do portfólio para cada uma das duas fases:

### 3.1. Fase de Acumulação

A alocação estratégica dos recursos do Plano de Benefícios Mongeral, do Plano de Benefícios N° 03, do Plano de Benefícios Contabil Prev e o do Plano de Benefícios Abepom durante a Fase de Acumulação estão divididas em quatro classes de ativos: Renda Fixa (CDI/IPCA), Renda Variável (IBrX), Investimentos Estruturados (CDI) e Investimentos no Exterior (MSCI Global Index), podendo realizar operações com derivativos. A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita conforme o fluxograma abaixo:



Considerando o perfil da carteira, os objetivos de retorno e tolerância a risco o MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO acredita que estratégias baseadas em "timing" de mercado representam um risco elevado que, no longo prazo, não é recompensado pelo retorno auferido. Dessa forma, a gestão dos recursos será pautada pela manutenção desta alocação, obtida através de rebalanceamentos constantes do portfólio de investimentos.

Na sequência, fazemos uma descrição dos veículos de investimento utilizados para o cumprimento deste mandato, segmentados por seus respectivos benchmark:

#### 3.1.1. RENDA FIXA:

##### Benchmark – Juros - CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, previamente selecionados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais.

##### Benchmark – Inflação - IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, previamente selecionados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais.

### 3.1.2. RENDA VARIÁVEL

#### Benchmark – IBrX

- Cotas de Fundos de Investimento em Ações, previamente selecionados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Cotas de Fundos de Índice (Exchange Trade Fund – ETF), previamente selecionados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

### 3.1.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS:

#### Benchmark – CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Multimercados, previamente selecionados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

### 3.1.4. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR:

#### Benchmark – MSCI Global Index

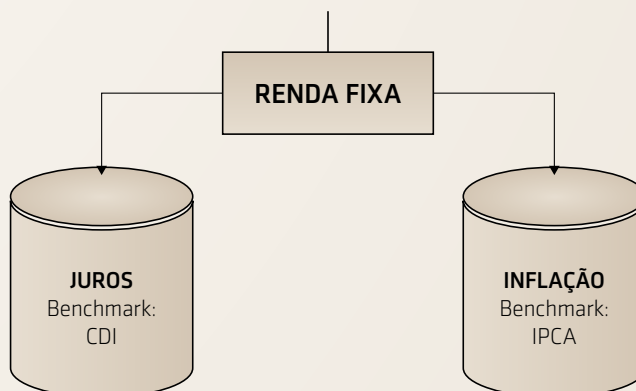
- Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, previamente selecionados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

## 3.2. Fase de Concessão de Benefícios

Conjugando as simulações do passivo atuarial com a constante análise dos ativos de longo prazo disponíveis no mercado financeiro, busca-se a implementação de estratégias de Asset Liability Management (ALM) para os recursos destinados à cobertura dos benefícios concedidos, com o objetivo de garantir a solvência financeira e econômica de cada um dos planos de benefícios ao longo do tempo (Plano de Benefícios Mongeral, Plano de Benefícios N° 03 e Plano de Benefícios Abepom).

Os recursos que compõem o portfólio da Fase de Concessão de Benefícios são investidos em Títulos Públicos Federais e/ou Fundos de Investimento Renda Fixa, ambos atrelados ao IPCA, CDI ou Selic.

## FASE DE BENEFÍCIOS



À medida que cada participante atinge os pré-requisitos necessários para a aposentadoria e solicita o recebimento de seu benefício, a reserva técnica acumulada por este é transferida para os investimentos destinados à fase de benefícios.

### 3.2.1. RENDA FIXA:

#### Benchmark – Juros - CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, previamente selecionados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais.

#### Benchmark – Inflação - IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, previamente selecionados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais.

## 4. DIRETRIZES DE GESTÃO DO PORTFÓLIO GLOBAL

Consideramos a definição da alocação estratégica de recursos de suma importância e diversos estudos mostram que mais de 90% da variabilidade dos retornos de carteiras de investimento no longo prazo é proveniente desta decisão de alocação.

Pelo critério de segregação do objetivo de investimento (Fase de Acumulação versus Fase de Concessão de Benefícios) em cada um dos Planos, estes recursos deverão ser divididos da seguinte forma:

### 4.1. Plano de Benefícios Mongeral

#### 4.1.1. Limites – Fase de Acumulação:

- 20% a 85% em ativos do segmento renda fixa, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
- 10% a 60% em ativos do segmento renda fixa, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
- 5% a 30% em ativos do segmento renda variável, com variação atrelada a índices de ações (IBrX).
- 0% a 10% em ativos do segmento investimentos estruturados, através de cotas de fundos multimercado, atrelada à taxa de juros (CDI).
- 0% a 10% em ativos do segmento investimentos no exterior, através de cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior, com variação atrelada a índices de ações (MSCI Global Index).

#### 4.1.2. Limites – Fase de Concessão de Benefícios:

- 0% a 30% em ativos do segmento renda fixa, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
- 70% a 100% em ativos do segmento renda fixa, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).

### 4.2. Plano de Gestão Administrativa

- 100% em ativos do segmento renda fixa, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).

## 5. ANÁLISE DE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS E CONTROLE DE RISCO

O MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera que utilizar uma instituição especializada para realizar a gestão de recursos de terceiros seja a melhor maneira de chegar a uma relação ótima entre risco e retorno para os investimentos dos recursos de seus planos de benefícios.

Fica a cargo do gestor a escolha dos ativos que irão compor a carteira dos planos de benefícios, sempre levando em consideração os limites e parâmetros impostos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 (assim como possíveis alterações posteriores) e na presente política de investimentos.

Além da escolha dos ativos, o gestor é o responsável pela avaliação dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, necessários para a construção do portfólio e controle de risco. Estas análises, em conjunto com a implementação das estratégias de investimento, buscam viabilizar o gerenciamento prudente e eficiente dos ativos do MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

Projeções Indicadores Macroeconômicos				
Ano	Bolsa	CDI	IPCA	IGP-M
2016	15,33%	13,06%	6,47%	6,01%
2017	13,31%	11,09%	5,00%	5,15%
2018	12,19%	9,99%	5,00%	5,00%
2019	12,06%	9,86%	4,50%	4,55%
2020	12,06%	9,86%	4,50%	4,55%

**Fontes: Banco Central e Mongeral Aegon Investimentos**

**Focus: 06/11/2015**

## 6. GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A exposição ao risco será gerenciada através de uma estrutura especializada e da utilização de ferramentas de monitoramento específicas, para gerir e acompanhar inicialmente os seguintes riscos:

**Risco de Mercado** - risco de perdas em decorrência de oscilações de variáveis econômicas e financeiras, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities.

Como ferramentas utilizadas para minimizar os riscos da alocação dos recursos, das oscilações e volatilidade do mercado financeiro, da dinâmica do passivo atuarial e também para dar suporte às decisões de investimento, podemos citar:

- 1. VaR:** utilizado para gerenciar os riscos financeiros em situações de normalidade de mercado, medindo a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos num determinado horizonte de tempo.
- 2. Stress Test:** complementam as estimativas de exposição ao risco de mercado, considerando cenários adversos ou crises históricas de grande impacto no mercado financeiro.

**Risco de Contraparte** - risco da contraparte não cumprir com a obrigação contratada através de uma operação de crédito, tais como um CDB, uma Letra Financeira (LF), uma Debênture, ou qualquer outro tipo de operação crédito.

Serão selecionados para compor a carteira de crédito apenas ativos classificados como “investment grade”, por pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

O “Rating” mínimo elencado na tabela a seguir refere-se ao 1º (primeiro) patamar de “investment grade” para cada agência. Caso a referência do patamar mínimo de “investment grade” seja modificado, passará a valer, automaticamente, como classificação mínima o novo patamar definido pela respectiva agência.

Agência de Risco	“Rating” Mínimo (bra)
Standard & Poor’s	BBB-
Moody’s	Baa3
Fitch	BBB-

**Risco de Liquidez** - relaciona-se com o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

Para mitigar esse risco a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO mantém suas aplicações em investimentos com bastante liquidez para minimizar a possibilidade de descasamento da carteira de investimentos em relação aos passivos, levando-se em consideração a duração média, indexadores e fluxos de pagamento.

**Risco Legal** - a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

O acompanhamento da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar é realizado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO constantemente e visa mensurar e quantificar a conformidade legal de todas as carteiras de investimento. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado é responsável pelo monitoramento da aderência dos ativos integrantes das carteiras de investimento em relação à legislação aplicável.

**Risco Operacional** - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo conglomerado, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

Os processos operacionais são monitorados e avaliados constantemente objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos.

**Risco Sistêmico** - risco de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Visando mitigar ao máximo o risco sistêmico a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO procura obter a melhor diversificação entre os vários setores da atividade econômica, de modo a ter uma exposição de risco bem diversificada entre os setores, para que possa mitigar os impactos de eventuais crises em algum segmento.

## 7. QUADROS RESUMO

## Plano de Benefícios Mongeral

## Fase de Acumulação:

Alocação de Recursos (Seguimentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
<b>RENDA FIXA</b>					
Juros	20%	85%	35%	13,06%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
Inflação	10%	60%	35%	13,82%	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	60%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	60%			
<b>RENDA VARIÁVEL</b>					
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	30%	20%	15,33%	IBrX
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	30%			
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>					
Cotas de Fundos de Investimento em Multimercado	0%	10%	5%	15,68%	CDI
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>					
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%	5%	15%	MSCI Global Index
<b>IMÓVEIS</b>					
	0%	0%	-	-	-
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>					
	0%	0%	-	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>14,01%</b>		

## Fase de Benefício:

Alocação de Recursos (Seguimentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Benchmark	Meta Atuarial
<b>RENDA FIXA</b>				
Juros	0%	30%	CDI	IPCA +3,0%
Títulos Públicos Federais	0%	30%		
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	30%		
Inflação	70%	100%	IPCA	
Títulos Públicos Federais	0%	100%		
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%		



## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Alocação de Recursos (Seguimentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
<b>RENDA FIXA</b>					
Juros	0%	100%	100%	13,06%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	100%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%			
Inflação	0%	0%	0%	-	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	0%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	0%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	0%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	0%			
<b>RENDA VARIÁVEL</b>					
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	0%			
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	0%			
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>					
Cotas de Fundos de Investimento em Multimercado	0%	0%			
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>					
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	0%			MSCI Global Index
<b>IMÓVEIS</b>					
	0%	0%	-	-	-
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>					
	0%	0%	-	-	-
<b>TOTAL</b>			<b>13,06%</b>		

**MONGERAL  AEGON**

*Construa seu amanhã*

**PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL**

**RELATÓRIO ANUAL 2017**

# Índice

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL .....	04
RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS .....	07
DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL.....	07
RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS DO PLANO.....	08
PARECER ATUARIAL DO PLANO .....	09
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	18
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	20
PARECER DO CONSELHO FISCAL MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	23
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO .....	24
DESPESAS CONSOLIDADA DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO .....	25
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS .....	26

# Mensagem da Diretoria Executiva do Mongeral Aegon Fundo de Pensão

A Diretoria do MONGERAL AEGON Fundo de Pensão – MAFP – apresenta a seus Participantes, Patrocinadores e Instituidores, o Relatório Anual de suas atividades no exercício de 2017. O Relatório Anual 2017, em sua forma completa, está disponível para consulta no portal corporativo, no link Fundo de Pensão, na área restrita ao Participante.

Este material foi elaborado conforme Resolução CGPC Nº 23/2006, e nele você poderá conferir informações sobre a situação patrimonial da Entidade e do seu Plano de Benefícios, sobre a Política de Investimentos, rentabilidade, despesas administrativas, carteiras de investimentos e a situação atuarial do seu Plano, acompanhados do resumo dos respectivos pareceres, determinados por disposições legais e estatutárias, possibilitando um melhor acompanhamento do seu Plano de Previdência Complementar.

Ao longo do exercício, nossas iniciativas avançaram nas mais variadas frentes. Adotamos uma série de medidas para assegurar a saúde financeira dos planos, avançamos no processo de certificação de dirigentes e na consolidação das melhores práticas de governança. Em relação aos planos de benefícios, alcançamos bons resultados na gestão dos investimentos.

Foram realizadas diversas ações de Educação Financeira e Previdenciária com resultados muito positivos. A intenção para 2018 é expandir ainda mais essas ações, com o objetivo de disseminar cada vez mais a cultura de Planejamento Financeiro.

Mais uma vez, o Mongeral Aegon Fundo de Pensão mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão de forma clara e transparente.

**Boa Leitura!**

**Diretoria Executiva**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>A) Ativo líquido - início do exercício</b>	40.211	30.798	30,56
<b>1. Adições</b>	11.230	12.285	(8,59)
Contribuições	6.117	6.631	(7,75)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	5.113	5.654	(9,57)
<b>2. Destinações</b>	(2.399)	(2.872)	(16,47)
Benefícios	(2.053)	(2.530)	(18,85)
Custeio administrativo	(346)	(342)	1,17
<b>3. Acréscimo no ativo líquido(1+2)</b>	8.831	9.413	(6,18)
Provisões matemáticas	8.065	8.491	(5,02)
Fundos previdenciais	154	1.305	(88,20)
Superávit (déficit) técnico do exercício	612	(383)	(259,79)
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	49.042	40.211	21,96
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	39	27	44,44
<b>Fundos administrativos</b>	39	27	44,44

**DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE BENEFÍCIO MONGERAL**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>49.213</b>	<b>40.469</b>	<b>21,61</b>
Disponível	98	252	(61,11)
Recebível	515	609	(15,44)
Investimento	48.600	39.608	22,70
Fundos de investimentos	48.600	39.608	22,70
<b>2. Obrigações</b>	<b>36</b>	<b>162</b>	<b>(77,78)</b>
Operacional	36	162	(77,78)
<b>3. Fundos não previdenciais</b>	<b>135</b>	<b>96</b>	<b>40,63</b>
Fundos administrativos	135	96	40,63
<b>5. Ativo líquido (1-2-3)</b>	<b>49.042</b>	<b>40.211</b>	<b>21,96</b>
Provisões matemáticas	44.305	36.240	22,25
Superávit técnico	974	362	169,06
Fundos previdenciais	3.763	3.609	4,27
<b>6. Apuração do equilíbrio técnico ajustado</b>			
a) Equilíbrio Técnico	974	362	169,06
b) (+/-) Ajuste de precificação	0	0	0,00
c) Equilíbrio técnico ajustado (a+b)	974	362	169,06

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+2+3+4)</b>	<b>49.079</b>	<b>40.374</b>	<b>21,56</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>44.305</b>	<b>36.240</b>	<b>22,25</b>
1.1 Benefícios concedidos	496	474	4,64
Contribuição definida	496	462	7,36
Benefício definido	0	12	(100,00)
<b>1.2 Benefícios a conceder</b>	<b>43.809</b>	<b>35.766</b>	<b>22,49</b>
Contribuição Definida	43.666	35.275	23,79
Saldo de contas - parcela patrocinador	15.703	12.786	22,81
Saldo de contas - parcela participantes	27.963	22.489	24,34
Benefício definido	143	491	(70,88)
<b>2. Equilíbrio técnico</b>	<b>974</b>	<b>362</b>	<b>169,06</b>
<b>2.1. Resultados realizados</b>	<b>974</b>	<b>362</b>	<b>169,06</b>
Superávit técnico acumulado	974	362	169,064
Reserva de contingência	36	241	(85,06)
Reserva para revisão de plano	938	121	675,21
<b>3. Fundos</b>	<b>3.763</b>	<b>3.609</b>	<b>4,27</b>
3.1. Fundos previdenciais	3.763	3.609	4,27
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>36</b>	<b>162</b>	<b>(77,78)</b>
4.1 Gestão Previdencial	36	162	(77,78)



**RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL**

Fechamos o exercício com mais de R\$ 44,3 milhões em reserva com rentabilidade de 12,13% acumulada no ano de 2017.

**PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO – PGA**

PLANO MONGERAL	2017	2016
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (Início)</b>	<b>96.009,52</b>	<b>68.799,93</b>
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	419.341,67	395.999,75
RECEITAS DE CUSTEIO	408.954,70	384.845,36
GESTÃO PREVIDENCIAL	346.501,09	342.212,78
INVESTIMENTOS	62.453,61	42.632,58
FLUXO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	10.386,97	11.154,39
<b>DESPESAS</b>	<b>380.255,61</b>	<b>368.790,16</b>
GESTÃO DE BENEFÍCIOS	220.345,23	202.783,04
AUDITORIA CONTÁBIL	28.995,46	25.070,39
ANÁLISE/ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	28.064,09	27.001,75
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	4.830,33	1.141,05
TRIBUTOS	22.417,31	20.826,48
TARIFAS BANCÁRIAS	60.724,98	40.235,08
DESPESAS GERAIS	11.584,94	46.579,17
GESTÃO DE ATIVOS DE INVESTIMENTOS	3.293,28	3.763,45
CONSULTORIA CONTÁBIL	-	1.389,75
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (final)</b>	<b>135.095,58</b>	<b>96.009,52</b>

## RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL

CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL VALOR EM R\$	PLANO MONGERAL
<b>Total Demonstrativo de Investimentos:</b>	<b>48.698.559,87</b>
<b>Total Recursos do Plano (Fonte: balancete):</b>	<b>48.698.559,87</b>
DIFERENÇA	0,02
<b>Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria - Total</b>	<b>98.941,74</b>
DEPÓSITO	98.941,74
TÍTULOS PÚBLICOS -NOTAS DO TESOURO NACIONAL	101,05
<b>Demonstrativo de Investimentos - Fundos (1º Nível) - Total</b>	<b>48.599.618,12</b>
<b>14.115.118/0001-70</b> MONGERAL AEGON IMAB INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	486.376,08
<b>18.683.208/0001-18</b> MONGERAL AEGON MULTIPREV INSTITUCIONAL FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	45.108.711,61
<b>18.963.189/0001-83</b> MONGERAL AEGON MULTIMERCADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR FUNDO DE INVESTIMENTO	2.001.229,06
<b>27.803.348/0001-73</b> MONGERAL AEGON MACRO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	1.003.301,36

## **PARECER ATUARIAL DO PLANO MONGERAL**

### **Objetivo**

Este parecer tem como objetivo atender à Resolução MPS nº 23, de 06/12/2006, que em seu artigo 3º, inciso IV, estabelece a disponibilização do parecer atuarial do Plano de benefícios aos participantes e assistidos.

Em consonância à Instrução nº 12, de 13 de dezembro de 2014, este parecer atuarial foi elaborado considerando todos os fatores relevantes para apuração dos resultados da Avaliação Atuarial.

A Avaliação Atuarial com data-base em 31/12/2017 teve como finalidade apurar o resultado financeiro-atuarial e dimensionar as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano de Benefícios Mongeral, administrado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, bem como avaliar a rentabilidade dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas, os resultados do Programa Administrativo da Entidade e apresentar as hipóteses adotadas na avaliação e que terão vigência a partir de 01/04/2018.

Teve ainda por objetivo avaliar o custeio necessário para cobertura dos benefícios oferecidos pelo plano.

Os resultados apurados pela Avaliação Atuarial e demonstrados neste documento foram baseados em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas, bem como hipóteses financeiras e atuariais, devendo ser objeto de análise e estudo dos Patrocinadores e Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC.

### **Base Cadastral**

#### **Referência dos dados cadastrais**

As informações referentes aos participantes ativos, participantes assistidos e pensionistas, foram fornecidas pela Entidade para a Avaliação Atuarial, sendo enviadas em arquivo eletrônico pela administradora do sistema de cadastro em 17/01/2018, com data-base em 31/12/2017, em formato "xls".

Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2017. Foram também utilizadas para esta avaliação as informações contábeis fornecidas pela MONGERAL.

Em análise às informações encaminhadas, verificou-se um aumento de 14,19% no número de participantes ativos em relação ao ano anterior. Quanto aos participantes assistidos, houve manutenção dos benefícios durante o exercício de 2017, sem a ocorrência de novas entradas em aposentadoria. Até o final do ano de 2017, não houve concessão de benefícios de pensão por morte, seja de participantes ativos ou assistidos.

### **Validação dos dados**

A base cadastral foi fornecida pela Entidade, no layout solicitado, em arquivos eletrônicos no dia 17/01/2018. Após a recepção dos dados, foram realizados os testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada satisfatória para a Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2017. Foram também utilizadas para a presente avaliação as informações contábeis referentes ao mesmo período.

### **Estatísticas**

Com base nas informações cadastrais e financeiras encaminhadas, foram realizadas análises estatísticas contemplando também um comparativo em relação aos anos de 2015 e 2016.

## Participantes ativos

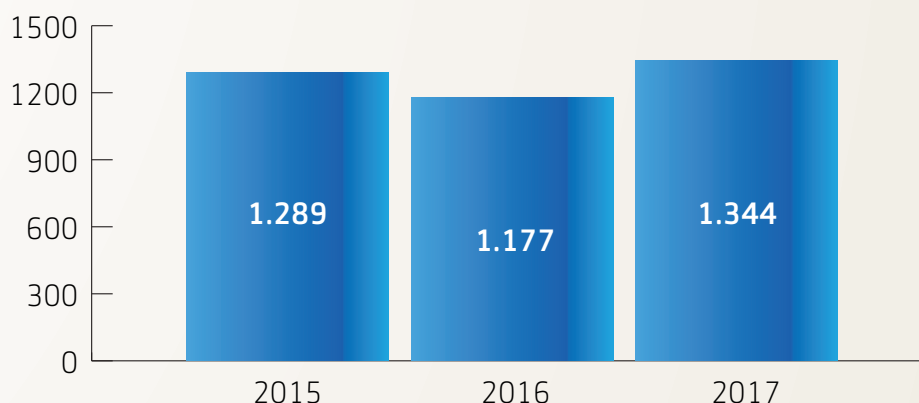
**Tabela 1 - Informações gerais**

ITEM*	2015	2016	2017
Número de participantes ativos	1.289	1.177	1.344
Idade média (anos)	35,91	43,25	36,65
Média da expectativa de vida (anos)	51,16	43,37	50,18
Folha de salário mensal (R\$)	6.471.305,62	7.115.457,54	7.880.834,42
Remuneração média (R\$)	5.020,41	6.045,42	5.863,72

(\*) Valores não contemplam participantes cancelados. Em 31/12/2017 o número de cancelados foi de 194.

Diante da tabela acima, percebe-se que a Entidade teve um aumento no número de participantes em 2017 na ordem de 14,19%, quando comparado com o exercício de 2016. Esta observação fica melhor elucidada no gráfico abaixo:

**Gráfico 1 – Evolução do número de participantes ativos**



Nota-se uma média de novas adesões de 2 participantes por mês, entre 12/2015 e 12/2017, já considerando aqueles que se desligaram entre essas datas.

## Participantes assistidos

**Tabela 2 - Informações gerais**

ITEM*	2015	2016	2017
Número de participantes assistidos	1	3	3
Idade média (anos)	58,00	58,67	59,67
Média da expectativa de vida (anos)	29,23	28,63	28,33
Folha de benefício mensal (R\$)	371,72	4.842,82	4.857,62
Benefício médio (R\$)	371,72	1.614,27	1.619,21

A partir da análise da Tabela 2, percebe-se que não houve novas concessões de benefícios de aposentadoria durante o ano de 2017.

Nota-se que a média das idades dos participantes assistidos é igual a 59,67 anos. Considerando-se a Tábua de Mortalidade Geral AT 2000 - F, verifica-se que a expectativa de vida aos 59 anos é de aproximadamente 28 anos, o que resulta na esperança de que uma pessoa com essa idade sobreviva até por volta de 87 anos.

## HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras. O Anexo da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, em seu primeiro item, determina que tais hipóteses devam estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário. Não obstante, a Instrução PREVIC nº 23, de 26/06/2015, trouxe um detalhamento maior quanto à adoção das hipóteses do plano.

Nessa conformidade, foi realizado um estudo estatístico das hipóteses atualmente adotadas pelo **Plano de Benefícios MONGERAL**, cujo resultado foi apresentado no Estudo Técnico de Adequação das Hipóteses Atuariais – ETAH 09/2017, e para o qual se solicitou uma manifestação de concordância da Entidade quanto às referidas hipóteses, para que pudessem ser adotadas na presente avaliação.

Uma vez ocorrida a manifestação solicitada, seguem abaixo as hipóteses adotadas para a Avaliação Atuarial de 2017, que passarão a vigorar a partir de 01/04/2018 e serão apresentadas nas Demonstrações Atuariais – DA.

Hipóteses adotadas para a Avaliação Atuarial 2017:

1. Taxa de Juros: 4,38% a.a.;
2. Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F;
3. Crescimento Real de Salários: 2,48% a.a.;
4. Indexador do Plano: IPCA – IBGE.

A hipótese relativa à taxa de juros é também utilizada para fins de análise da rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do plano de benefícios, por compor o índice de referência atuarial em conjunto ao indexador de inflação.

Não houve alteração das hipóteses de Taxa Real de Juros, Tábua de Mortalidade e Indexador do Plano em relação à Avaliação Atuarial do exercício anterior.

Foi incluída a hipótese de crescimento real de salários para o cálculo do benefício mínimo do Plano na atual avaliação, utilizada na projeção do SRC e da Unidade Salarial (US). A US, conforme o Regulamento do Plano, é corrigida anualmente de acordo com a política salarial de cada Patrocinadora. Os impactos nos resultados serão abordados no item a seguir.

## REGIMES FINANCEIROS E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Os benefícios do Plano Mongeral são avaliados pelo regime financeiro de capitalização, em que os benefícios futuros dos participantes são financiados ao longo da fase contributiva, constituindo suas Provisões Matemáticas individuais.

Na fase de concessão, os benefícios e institutos são financiados pelo método de capitalização. É importante destacar, porém, que isto não se aplica para o caso do Benefício Mínimo, para o qual é aplicado o método agregado de financiamento.

O custo normal relativo ao Benefício Mínimo dos participantes ativos é totalmente coberto pela patrocinadora. Nos casos de participantes remidos ou autopatrocinados, estes devem realizar a contribuição para o Benefício Mínimo, caso desejem assegurar esta cobertura.

O quadro a seguir apresenta o regime financeiro e método de financiamento de cada benefício e instituto previsto para o Plano Mongeral.

**Quadro 1 - Características dos Benefícios e Institutos do Plano Mongeral**

BENEFÍCIO	REGIME FINANCEIRO	Método de Financiamento
Aposentadoria Normal	Capitalização	Financeiro/Aggregado*
Aposentadoria Antecipada	Capitalização	Financeiro /Aggregado*
Aposentadoria por Invalidez	Capitalização	Financeiro
Benefício por morte	Capitalização	Financeiro
Resgate	Capitalização	Financeiro
Portabilidade	Capitalização	Financeiro
Benefício Proporcional Diferido	Capitalização	Financeiro
(*) O método de financiamento agregado é referente apenas ao Benefício Mínimo.		

**RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL**

O Plano de Benefícios Mongeral, administrado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, apresentou, em 31/12/2017, no que se refere aos benefícios concedidos, resultado de superávit técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD) para grande parte dos seus benefícios, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção destes, a maior parte da obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, com exceção do Benefício Mínimo a conceder.

Desta forma, atesta-se que as informações constantes neste relatório foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela MAAB referentes à data base 31/12/2017.

Para a data-base de 31/12/2017, apurou-se uma Provisão Matemática de R\$ 44.305.150,28, sendo R\$ 495.715,12 referentes à Provisão Matemática de Benefícios Concedidos e R\$ 43.809.435,16 referentes à Provisão Matemática de Benefícios a Conceder. Nesta última, R\$ 143.323,94 correspondem à reserva matemática mantida para garantir o benefício mínimo e R\$ 990.269,21 são relacionados aos participantes cancelados do Plano

**Gráfico 2 - Proporção das Provisões Matemáticas do Plano Mongeral**

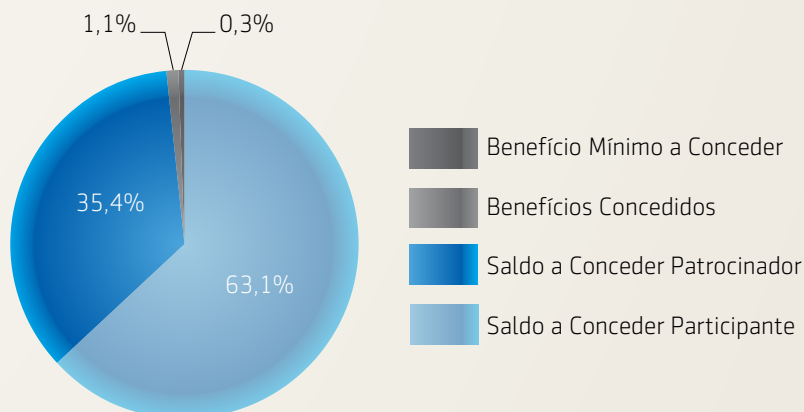
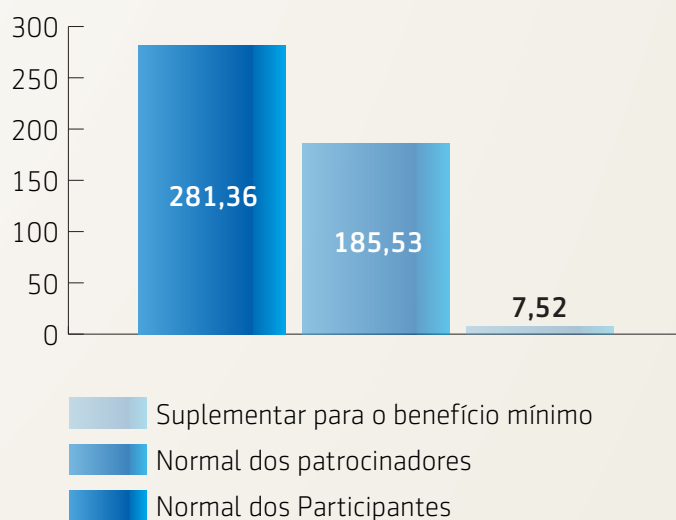


Tabela 3 – Provisões Matemáticas em 31/12/2017

PLANO DE CONTAS	DESCRIÇÃO	VALOR EM R\$
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	45.279.556,96
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	44.305.150,28
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	495.715,12
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	43.809.435,16
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	43.666.111,22
2.3.1.1.02.01.01	Patrocinador	15.702.979,54
2.3.1.1.02.01.02	Participantes*	27.963.131,68
2.3.1.1.02.02	Benefício Definido Estruturado	143.323,94
2.3.1.1.02.02.01	VABF - Benefício Mínimo	1.160.999,70
2.3.1.1.02.02.02	VACF - Benefício Mínimo	1.017.675,77
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	974.406,68
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	974.406,68
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	974.406,68
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	35.830,98
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	938.575,70
2.3.2	Fundos	3.897.886,44
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	3.762.790,86
2.3.2.2	Fundos Administrativos	135.095,58

(\*) Valores contemplam o total de R\$ 990.269,21, referentes a 194 participantes cancelados aguardando resgate.

Gráfico 3 - Contribuições mensais para formação das reservas



O Gráfico 3 permite a visualização comparativa entre as contribuições responsáveis pela formação das reservas do plano.

O confronto entre os valores do Patrimônio de Cobertura do Plano e das Provisões Matemáticas e os Fundos, permite se verificar um superávit da ordem de R\$ 974.406,68.

Para possibilitar o entendimento da origem deste resultado, segue quadro com a composição e evolução dos valores que o formam.

**Tabela 4 – Provisões Matemáticas em 31/12/2017**

EXERCÍCIO	SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	RENTABILIDADE + CONTRIBUIÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO (b)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO DO BEN. MÍNIMO (c)	EVOLUÇÃO DO SUPERÁVIT (d) = a + b - c	SUPERÁVIT REGISTRADO NO BALANCETE	DIFERENÇA DE SUPERÁVIT ENTRE A EVOLUÇÃO E O REGISTRADO
2015	429.222,20	400.040,16	57.319,83	771.942,53	745.077,43	26.865,10
2016	771.942,53	-130.246,61	267.709,61	373.986,31	362.468,46	11.517,85
2017	373.986,31	252.471,49	-347.948,88	974.406,68	974.406,68	0,00

O superávit ou déficit do Plano de Benefícios pode ser influenciado pelo retorno dos investimentos, contribuições ao Plano e pela variação da provisão do Benefício Mínimo, de um exercício para outro.

As variações das provisões para o Benefício Mínimo observadas na Tabela 4 refletem os ajustes da metodologia de cálculo adotada na avaliação atuarial de 31/12/2016. A redução de R\$ 347.948,88 nas provisões, referente à comparação dos resultados dos exercícios de 2016 e 2017, é justificada, principalmente, pela revisão das regras regulamentares no cálculo do benefício, conforme definido no artigo 52 do Regulamento do Plano, onde lê-se:

*Art.52 Na data de cálculo dos valores de Aposentadoria Normal ou Antecipada, os Participantes que possuírem Salário Real de Contribuição menor ou igual a 5 (cinco) Unidades Salariais terão garantido um Benefício Mínimo, custeado pela Patrocinadora, de valor igual a 5 (cinco) Salários Reais de Benefício, acrescido de 100% do Saldo de Conta Participante Total do Plano MONGERAL e da Conta de Portabilidade, se houver*

Os cálculos realizados na Avaliação Atuarial de 31/12/2016 consideravam o Salário Real de Contribuição para o cálculo do benefício, quando deveria utilizar o Salário Real de Benefício.

Outro aspecto que influenciou na redução da provisão do Benefício Mínimo foi a realização dos cálculos sem considerar os participantes autopatrocinados e vinculados, que não contribuem para este benefício.

Também foi observado no cálculo das provisões do Benefício Mínimo, na Avaliação Atuarial de 31/12/2017, a adoção da probabilidade de o participante ativo estar vivo para receber o benefício quando cumprir a elegibilidade definida no regulamento, observando a tábua de mortalidade descrita no item 3 deste Relatório. Conjuntamente, a hipótese de crescimento salarial foi aplicada para projeção dos Salários Reais de Contribuição e de Benefício, que gerou um impacto de R\$ 24 mil na provisão matemática do Benefício Mínimo.

Em uma visão geral, dentre os 1.344 participantes ativos verificados na base de dados posicionada em 31/12/2017, 230 se enquadraram no benefício por terem salário real de contribuição inferior a (5 x US = R\$ 2.169,85).

Além da redução das Provisões Matemáticas do Benefício Mínimo, outro motivo que determinou o crescimento resultado superavitário do plano em 2017 é a manutenção das condições dos superávits técnicos registrados nos exercícios anteriores.



Foi observado que a rentabilidade auferida pelos recursos garantidores do Plano ao longo de 2017 ultrapassou a meta atuarial de rentabilidade em 4,49%.

Ressalta-se que os superávits apurados nos exercícios passados foram causados pela sobra de recursos destinados à cobertura do Benefício Mínimo. Este benefício apresentava uma necessidade de constituição de reserva a maior, visto que o cálculo era realizado por fatores financeiros, e não atuariais. É importante destacar que o custo desse benefício é financiado apenas pela Patrocinadora.

O superávit técnico acumulado em 31/12/2017 contribui para a formação de Reserva Especial para revisão do plano de benefícios, no montante de R\$ 938.575,70. Conforme determina a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, no que tange a revisão obrigatória do plano de benefícios, a EFPC realizará, no decurso de 2018, um plano para distribuição do superávit alocado na reserva especial, observando as condições legais para destinação do valor excedente.

Sendo assim, recomenda-se a constituição de um Fundo Previdencial de Revisão de Plano, para alocação de 100% do montante apurado como Reserva Especial (revisão obrigatória + revisão voluntária) e posterior estudo para distribuição e utilização do fundo.

Por fim, é importante salientar que foi realizada a análise do ajuste de precificação dos ativos segundo a Instrução PREVIC nº 19/2015. Uma vez que o Plano se encontra em situação superavitária, o referido ajuste só teria aplicação caso resultasse na redução do valor positivo de equilíbrio do Plano. Entretanto, o ajuste calculado pela planilha disponibilizada pela Previc, por meio da publicação da Portaria Previc nº 80/2018, resultou positivo, no valor de R\$ 19,44, não sendo aplicável ao Plano, conforme parágrafo 2º do artigo 10 da referida instrução. Foram utilizados os Títulos Públicos disponibilizados pela EFPC, conforme demonstra a Tabela 5, para o ajuste de precificação de 31/12/2017.

**Tabela 5 - Títulos Públicos Considerados até o vencimento para Ajuste dos Ativos**

RATEIO	TIPO	COMPRA EM % A.A.	VENCIMENTO	QUANTIDADE	CONSIDERADO
0,0038%	NTN-B	5,969	15/08/2018	90	Sim
0,0038%	NTN-B	6,289	15/08/2022	250	Sim
0,0038%	NTN-B	6,439	15/05/2035	350	Sim
0,0038%	NTN-B	6,416	15/08/2050	200	Sim

Em relação ao Fundo Previdencial, sabe-se que ao longo de 2017 houve uma reversão líquida positiva para o fundo no valor de R\$ 154.016,23, derivada de recursos não resgatados pelos participantes que se desligaram do Plano, relativos às contribuições da patrocinadora e da rentabilidade líquida auferida pelos seus recursos garantidores.

### Rentabilidade do Plano

Em função da modalidade do plano de benefícios, é vedada a garantia mínima de rentabilidade nas fases de capitalização e percepção dos benefícios, sendo adotada uma taxa real de juros como premissa para, juntamente a um indexador, determinar um índice teórico de referência atuarial como ferramenta para comparar com a rentabilidade dos recursos garantidores.

Aplica-se exceção para o benefício mínimo e a renda concedida por prazo determinado, em que a taxa real de juros é utilizada para trazer a valor presente as obrigações líquidas do Plano.

A partir do histórico das rentabilidades auferidas pelos recursos garantidores do Plano Mongeral, correspondente à evolução dos valores das cotas no período de janeiro/2016 a dezembro/2017, apurou-se uma rentabilidade acumulada de 31,40%.

Analisando apenas os 12 últimos meses, de janeiro a dezembro de 2017, observa-se que os recursos do plano alcançaram uma rentabilidade de 12,13%, enquanto que o índice de referência, variação do INPC<sup>1</sup> acumulado com a taxa real de juros fixada nesta avaliação em 4,38% ao ano, montou em 7,31%, o que representa que a rentabilidade obtida pela Entidade superou em 4,82 pontos percentuais ao novo índice de referência.

### Plano de custeio

As contribuições devidas pelos participantes ativos foram definidas em percentuais que irão incidir sobre o Salário Real de Contribuição, conforme segue:

**Tabela 6 – Percentual de Contribuição dos Participantes**

TEMPO DE CASA / IDADE (ANOS)	< 29	30 - 39	40 - 49	50 - 59	>60
<=9	3,00%	3,50%	4,00%	4,50%	5,00%
10 a 19	3,00%	3,50%	4,00%	4,50%	5,00%
>=20	---	3,50%	4,00%	4,50%	5,00%

A Patrocinadora fará contribuições em percentual equivalente a 50%, 100% ou 150% da contribuição do participante, conforme o tempo de casa deste.

**Tabela 7 – Percentual de Contribuição da Patrocinadora**

TEMPO DE CASA	% DE CONTRIBUIÇÃO
<=9	50%
10 a 19	100%
>=20	150%
Suplementar para Benefício Mínimo	0,26%

Além da Contribuição Normal acima descrita, a patrocinadora efetuará contribuições destinadas ao custeio do benefício mínimo. Esta avaliação identificou que tal alíquota de custeio equivale 0,10% da folha salarial dos participantes que recebem salário acima de 5 US.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o que dispõe a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, e suas posteriores alterações, sobre as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades na apuração do resultado, na destinação e utilização do superávit e no equacionamento de déficits, tem-se que, inicialmente, o resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência.

Esta destinação se dá no limite mínimo entre:

1. 25% das Provisões Matemáticas da parcela dos benefícios definidos do Plano;
2.  $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática da parcela dos benefícios definidos do Plano.}$

No caso do Plano MONGERAL, o limite da reserva de contingência resultou em 25% das Provisões Matemáticas da parcela dos benefícios definidos.

<sup>1</sup> INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerado para cada mês de comparação com a rentabilidade a variação do INPC correspondente ao mês imediatamente anterior.

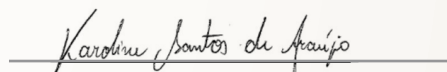
Após a constituição da reserva de contingência, os recursos excedentes foram empregados na constituição da reserva especial para a revisão do plano de benefícios.

Assim, dado que em 31/12/2017 o Plano MONGERAL apresentou resultado superavitário, com formação de reserva especial, observando o decurso de três exercícios consecutivo. Torna-se necessária a elaboração de um plano para distribuição do superávit alocado na reserva especial, observando as condições legais para destinação do valor excedente, ao longo do exercício de 2018.

Foi realizada a análise do ajuste de precificação dos ativos segundo a Instrução PREVIC nº 19/2015. Uma vez que o Plano se encontra em situação superavitária, o referido ajuste só teria aplicação caso resultasse na redução do valor positivo de equilíbrio do Plano. Entretanto, o ajuste resultou positivo, no valor de R\$ 19,44, não sendo aplicável ao Plano, conforme parágrafo 2º do artigo 10 da referida instrução.

Considerando-se todo o exposto no presente relatório, é o caso de concluir que o Plano Mongeral encontra-se com superávit atuarial e financeiro.

Florianópolis, 09 de março de 2018.



Karoline dos Santos Araújo  
Atuária MIBA nº 2.774

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DA ENTIDADE

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016		2017	2016
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
Disponível	444	706	Exigível operacional	352	462
			Gestão previdencial	341	454
<b>Realizável</b>	78.670	65.961	Gestão administrativa	11	8
Gestão previdencial	385	600			
Gestão administrativa	2	3	<b>Patrimônio social</b>	78.762	66.205
			Patrimônio de cobertura do plano	74.748	62.423
<b>Investimentos (Nota 4)</b>	78.283	65.358	Provisões matemáticas (Nota 5)	73.726	62.110
Títulos públicos	8.677	8.347	Benefícios concedidos	15.598	15.272
Fundos de investimentos	69.606	57.011	Benefícios a conceder	58.210	47.224
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(82)	(386)
			<b>Equilíbrio técnico</b>	1.022	314
			Resultados realizados	1.022	314
			Superávit/Déficit técnico acumulado	1.022	314
			<b>Fundos (Nota 6)</b>	4.014	3.782
			Fundos previdenciais	3.820	3.631
			Fundos administrativos	194	151
<b>Total do ativo</b>	79.114	66.667	<b>Total do passivo</b>	79.114	66.667

## MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	<b>66.205</b>	<b>47.724</b>	<b>38,72</b>
			(6,13)
<b>1. Adições</b>	<b>19.988</b>	<b>21.294</b>	<b>(6,13)</b>
Contribuições previdenciais	11.239	11.574	(2,89)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	8.131	9.113	(10,78)
Receitas administrativas	602	590	2,03
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	16	17	(5,88)
<b>2. Destinações</b>	<b>(7.431)</b>	<b>(6.559)</b>	<b>13,29</b>
Benefícios	(6.856)	(6.001)	14,25
Despesas administrativas	(575)	(558)	3,05
<b>3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>12.557</b>	<b>14.735</b>	<b>(14,78)</b>
Provisões matemáticas	11.616	13.349	(12,98)
Superávit técnico do exercício	708	17	4.064,71
Fundos previdenciais	189	1.319	(85,67)
Fundos administrativos	43	50	(14,00)
<b>4. Operações transitórias</b>	<b>-</b>	<b>3.746</b>	<b>(100,00)</b>
Operações transitórias	-	3.746	(100,00)
<b>B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)</b>	<b>78.762</b>	<b>66.205</b>	<b>18,97</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras  
Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC)

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

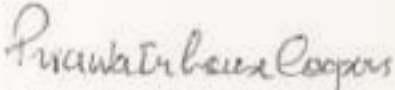
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências

de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2018.

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Claudia Eliza Medeiros de Miranda  
Contadora CRC 1RJ087128/O-0



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do **Mongeral Aegon Fundo de Pensão**, no cumprimento de suas Atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2017, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de març o de 2018.

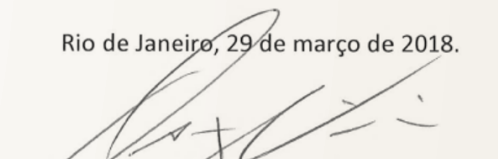
  
\_\_\_\_\_  
Andrea Levy  
Conselheiro Fiscal – Presidente

  
\_\_\_\_\_  
Eug nio Felipe Duque Estrada  
Conselheiro Fiscal – Secretário

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**


Os membros do Conselho Deliberativo do **Mongeral Aegon Fundo de Pensão**, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, e acatando o Parecer do Conselho Fiscal, todos relativos ao exercício de 2017, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de març o de 2018.



---

**Osmar Navarini**  
Conselheiro (Presidente)



---

**Robson Pacheco da Silva**  
Conselheiro (Secretário)

## MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

## DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)

	2017	2016	Variação (%)
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	<b>151</b>	<b>101</b>	<b>49,50</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>618</b>	<b>608</b>	<b>1,64</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>618</b>	<b>608</b>	<b>1,64</b>
Custeio administrativo da gestão previdencial	500	492	1,63
Custeio administrativo dos investimentos	102	70	45,71
Receitas diretas	-	29	(100,00)
Resultado positivo líquido dos investimentos	16	17	(5,88)
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>(575)</b>	<b>(558)</b>	<b>3,05</b>
<b>2.1. Administração previdencial</b>	<b>(473)</b>	<b>(488)</b>	<b>(3,07)</b>
Treinamentos, congressos e seminários	(7)	(2)	250,00
Serviços de terceiros	(420)	(388)	8,25
Despesas gerais	(17)	(70)	(75,71)
Tributos	(29)	(28)	3,57
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	<b>(102)</b>	<b>(70)</b>	<b>45,71</b>
Serviços de terceiros	(97)	(67)	44,78
Tributos	(5)	(3)	66,67
<b>6. Sobra da gestão administrativa (1+2)</b>	<b>43</b>	<b>50</b>	<b>(14,00)</b>
<b>7. Constituição do fundo administrativo (6)</b>	<b>43</b>	<b>50</b>	<b>(14,00)</b>
<b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)</b>	<b>194</b>	<b>151</b>	<b>28,48</b>

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2017

### MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO

#### 1. PREMISSAS BÁSICAS:

Este documento estabelece as bases sobre as quais os ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderão ser investidos no intervalo de 2017 a 2021.

Esta Política de Investimentos foi elaborada pela Diretoria Executiva com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos num horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno, que submete a aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade. Fica sob-responsabilidade do Conselho Fiscal o efetivo controle da gestão da Entidade.

Conforme estabelecido pelo Capítulo V, Artigo 16, § 3º da Resolução CMN nº 3.792, a Política de Investimentos deve minimamente mencionar os seguintes itens:

- I. A alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação;
- II. Os limites por modalidade de investimento, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos nesta Resolução;
- III. A utilização de instrumentos derivativos;
- IV. A taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observando o regulamento de cada plano de benefícios;
- V. A meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação;
- VI. A metodologia ou as fontes de referência adotadas para apuração dos ativos financeiros;
- VII. A metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico; e
- VIII. A observância ou não de princípios de responsabilidade social;

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

Na implementação desta política, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO atualmente compreende seis planos de benefícios, além do Plano de Gestão Administrativa (PGA). São eles:

- I. Plano de Benefício Mongeral
- II. Plano de Benefício Nº 03
- III. Plano de Benefícios ContabilPrev
- IV. Plano de Benefícios AbepomPrev
- V. Plano de Benefícios TecPrevi
- VI. Plano de Benefícios PreviTran

Todos os planos administrados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO são da modalidade de Contribuição Definida, com exceção do Plano 03, cuja modalidade é Contribuição Variável. Nesta estrutura, a diferenciação das estratégias de gestão de recursos respeita as características da modalidade e da fase em que estão compreendidos cada um dos Planos de Benefícios. O Plano de Benefício Mongeral, o Plano de Benefício N° 03, o Plano de Benefícios AbepomPrev e o Plano de Benefícios PreviTran estão distribuídos em duas fases: a Fase de Acumulação de Recursos e a Fase de Concessão de Benefícios. Já os planos ContabilPrev e TecPrevi compreendem apenas a Fase de Acumulação de Recursos.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduciário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um Preço Indicativo de Mercado<sup>2</sup>.

A Carteira de investimentos utilizada pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO para absorver e agregar o seu portfólio terá a gestão realizada pela Mongeral Aegon Investimentos – MAI e a custódia de seus ativos no Banco Bradesco, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para realizarem esses serviços. Sendo assim, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO será responsável pela consolidação das informações para envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

## 2. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental e compromisso com suas partes relacionadas.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade, e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

## 3. COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera a fase em que o participante se encontra, priorizando uma gestão de recursos com foco na maximização da rentabilidade, com um nível de risco confortável. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa.

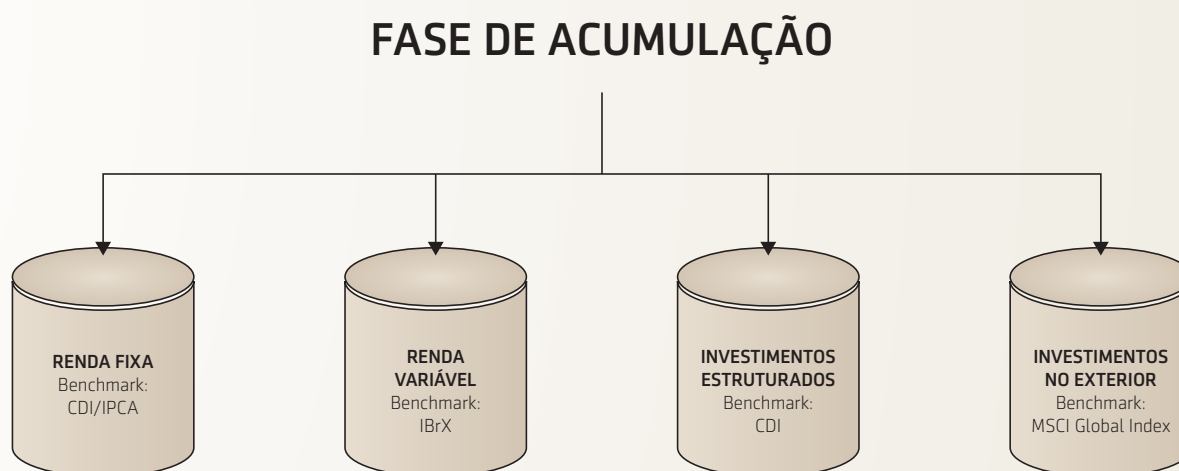
<sup>2</sup> Metodologia de precificação da BNY Mellon Serviços Financeiros

Pelo critério de segregação do objetivo de investimento em cada um dos Planos (Fase de Acumulação versus Fase de Concessão de Benefícios), estes recursos deverão ser divididos da seguinte forma:

### 3.1. Fase de Acumulação

A alocação estratégica dos recursos durante a Fase de Acumulação está dividida em quatro classes de ativos: Renda Fixa (com benchmark em CDI e IPCA), Renda Variável (com benchmark em IBrX), Investimentos Estruturados (com benchmark em CDI) e Investimentos no Exterior (com benchmark em MSCI Global Index), podendo realizar operações com derivativos.

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita conforme o fluxograma abaixo:



Considerando o perfil da carteira, os objetivos de retorno e tolerância a risco o MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO acredita que estratégias baseadas em “timing” de mercado representam um risco elevado que, no longo prazo, não é recompensado pelo retorno auferido. Dessa forma, a gestão dos recursos será pautada pela manutenção desta alocação, obtida através de rebalanceamentos constantes do portfólio de investimentos.

Na sequência, fazemos uma descrição dos veículos de investimento utilizados para o cumprimento deste mandato, segmentados por seus respectivos benchmarks:

#### 3.1.1. RENDA FIXA:

##### Benchmark – Juros - CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

##### Benchmark – Inflação - IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

### 3.1.2. RENDA VARIÁVEL

#### Benchmark – IBrX

- Cotas de Fundos de Investimento em Ações, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Cotas de Fundos de Índice (Exchange Trade Fund – ETF), respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

### 3.1.3. INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS:

#### Benchmark – CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Multimercados, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

### 3.1.4. INVESTIMENTOS NO EXTERIOR:

#### Benchmark – MSCI Global Index

- Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras de fundos constituídos no Brasil, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.

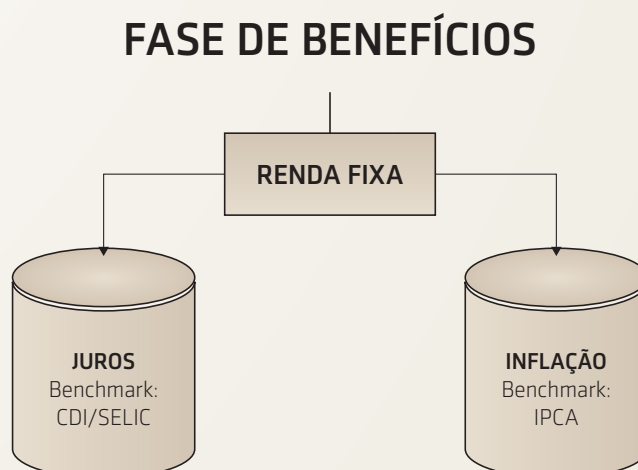
## 3.2. Fase de Concessão de Benefícios

À medida que cada participante atinge os pré-requisitos necessários para a aposentadoria e solicita o recebimento de seu benefício, a reserva técnica acumulada por este, durante a fase de atividade, é transferida para os investimentos destinados à fase de benefícios.

Conjugando as simulações do passivo atuarial com a constante análise dos ativos de longo prazo disponíveis no mercado financeiro, busca-se a implementação de estratégias de Asset Liability Management (ALM) para os recursos destinados à cobertura dos benefícios concedidos, com o objetivo de garantir a solvência financeira e econômica de cada um dos planos de benefícios ao longo do tempo.

Os recursos que compõem o portfólio da Fase de Concessão de Benefícios são alocados integralmente em ativos de Renda Fixa com benchmark em IPCA, CDI ou Selic.

A distribuição dos recursos é feita conforme o fluxograma abaixo:



### 3.2.1. RENDA FIXA:

#### Benchmark – Juros - CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

#### Benchmark – Inflação - IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos, em observância aos seus parâmetros de risco e histórico de rentabilidade.
- Títulos Públicos Federais: Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

## 4. DIRETRIZES DE GESTÃO DO PORTFÓLIO GLOBAL

Consideramos a definição da alocação estratégica de recursos de suma importância e diversos estudos mostram que mais de 90% da variabilidade dos retornos de carteiras de investimento no longo prazo é proveniente desta decisão de alocação.

Os recursos dos Planos deverão ser divididos entre as classes de ativos, definidas pela Fase em que o participante se encontra, respeitando o limite de alocação em cada um dos veículos de investimento, conforme definido a seguir:

### 4.1. Limites de Alocação - Fase de Acumulação

- a)** No segmento de **Renda Fixa** o limite para alocação será de **50% a 85%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 85% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
  - De 0% a 60% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
  - De 0% a 50% em Títulos Privados, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
  - De 0% a 20% em Títulos Privados, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
  - De 0% a 85% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
  - De 0% a 60% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
- b)** No segmento de **Renda Variável** o limite para alocação será de **5% a 30%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Investimento em Ações atreladas a índices de ações (IBrX).
  - De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Índice atreladas a índices de ações (IBrX).
- c)** No segmento **Investimentos Estruturados** o limite para alocação será de **0% a 10%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 10% em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado atrelada a taxa de juros (CDI).
- d)** No segmento **Investimentos no Exterior** o limite para alocação será de **0% a 10%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 10% em ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, com variação atrelada a índice de ações (MSCI Global Index).



#### 4.2. Limites de Alocação – Fase de Benefício

- a) No segmento de Renda Fixa o limite para alocação será de 100% do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:
- De 0% a 30% em Títulos Públicos Federais, Títulos Privados e Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa, com variação atrelada à taxa de juros (CDI).
  - De 0% a 100% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
  - De 0% a 50% em Títulos Privados, com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).
  - De 0% a 100% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixas com variação atrelada a índices de inflação (IPCA).

#### 5. ANÁLISE DE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS E CONTROLE DE RISCO

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera que utilizar uma instituição especializada para realizar a gestão de recursos de terceiros seja a melhor maneira de chegar a uma relação ótima entre risco e retorno para os investimentos dos recursos de seus planos de benefícios.

Fica a cargo do gestor a escolha dos ativos que irão compor a carteira dos planos de benefícios, sempre levando em consideração os limites e parâmetros impostos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 (assim como possíveis alterações posteriores) e na presente Política de Investimentos.

Além da escolha dos ativos, o gestor é o responsável pela avaliação dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, necessários para a construção do portfólio e controle de risco. Estas análises, em conjunto com a implementação das estratégias de investimento, buscam viabilizar o gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

O quadro a seguir contém as projeções macroeconômicas utilizadas na construção do portfólio de investimentos

Projeções Indicadores Macroeconômicos				
Ano	Bolsa	CDI	IPCA	IGP-M
2017	12,56%	10,35%	4,90%	5,07%
2018	11,94%	9,74%	4,50%	4,82%
2019	11,55%	9,37%	4,50%	4,50%
2020	11,05%	8,87%	4,50%	4,50%
2021	11,05%	8,87%	4,50%	4,50%

Fontes: Banco Central e Mongeral Aegon Investimentos

Focus: 16/12/2016

#### 6. GERENCIAMENTO DOS RISCOS

A exposição ao risco será gerenciada através de uma estrutura especializada e da utilização de ferramentas de monitoramento específicas, para gerir e acompanhar inicialmente os seguintes riscos:

## 6.1. Risco de Mercado

Risco de perdas em decorrência de oscilações de variáveis econômicas e financeiras, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities.

Como ferramentas utilizadas para minimizar os riscos da alocação dos recursos, das oscilações e volatilidade do mercado financeiro, da dinâmica do passivo atuarial e também para dar suporte às decisões de investimento, podemos citar:

**6.1.1. VaR:** utilizado para gerenciar os riscos financeiros em situações de normalidade de mercado, medindo a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos num determinado horizonte de tempo.

O quadro a seguir exhibe as principais premissas e parâmetros utilizados no cálculo do VaR, assim como o limite considerado adequado para a carteira.

Premissas	Parâmetros
Modelo	Paramétrico
Distribuição	Normal
Intervalo de Confiança	97,50%
Volatilidade	EWMA
Lambda Padrão	94%
Amostra	252
Composição de Retornos	Contínuo
<b>Limite</b>	<b>0,50%</b>

**6.1.2. Stress Test:** complementam as estimativas de exposição ao risco de mercado, considerando cenários adversos ou crises históricas de grande impacto no mercado financeiro

## 6.2. Risco de Contraparte

Risco da contraparte não cumprir com a obrigação contratada através de uma operação de crédito, tais como CDB, Letra Financeira, Debênture, Nota Promissória, FIDC, ou qualquer outro tipo de operação crédito.

Serão selecionados para compor a carteira de crédito apenas ativos classificados como “Grau de Investimento”, por pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Abaixo a tabela com os ratings atualmente classificados como “investment grade” por cada uma das agências. Caso a referência do patamar mínimo de “investment grade” seja modificado, passará a valer, automaticamente, como classificação mínima o novo patamar definido pela respectiva agência.

Fitch	Moody's	S&P
AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
AA+(bra)	Aa1.br	brAA+
AA(bra)	Aa2.br	brAA
AA-(bra)	Aa3.br	brAA-
A+(bra)	A1.br	brA+
A(bra)	A2.br	brA
A-(bra)	A3.br	brA-
BBB+(bra)	Baa1.br	brBBB+
BBB(bra)	Baa2.br	brBBB
<b>(BBB-(bra)</b>	<b>Baa3.br</b>	<b>brBBB-</b>

### 6.3. Risco de Liquidez

Relaciona-se com o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

Para mitigar esse risco a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO mantém suas aplicações em investimentos com bastante liquidez para minimizar a possibilidade de descasamento da carteira de investimentos em relação aos passivos, levando-se em consideração a duração média, indexadores e fluxos de pagamento.

### 6.4. Risco Legal

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

O acompanhamento da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC é realizado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO constantemente e visa mensurar e quantificar a conformidade legal de todas as carteiras de investimento. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ é responsável pelo monitoramento da aderência dos ativos integrantes das carteiras de investimento em relação à legislação aplicável.

### 6.5. Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo conglomerado, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

Os processos operacionais são monitorados e avaliados constantemente objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos.

## 6.6. Risco Sistêmico

O risco de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Visando mitigar ao máximo o risco sistêmico a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO procura obter a melhor diversificação entre os vários setores da atividade econômica, de modo a ter uma exposição de risco bem diversificada entre os setores, para que possa mitigar os impactos de eventuais crises em algum segmento.

## 7. QUADROS RESUMO

## 7.3.1. Fase de Acumulação

Alocação de Recursos (Seguimentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
<b>RENDA FIXA</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>72%</b>	<b>10,56%</b>	<b>CDI / IPCA</b>
<b>Juros</b>	<b>20%</b>	<b>85%</b>	<b>37%</b>	<b>10,35%</b>	<b>CDI</b>
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
<b>Inflação</b>	<b>10%</b>	<b>60%</b>	<b>35%</b>	<b>10,77%</b>	<b>IPCA</b>
Títulos Públicos Federais	0%	60%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	60%			
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>5%</b>	<b>30%</b>	<b>20%</b>	<b>12,56%</b>	<b>IBrX</b>
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	30%			
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	30%			
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>	<b>12,42%</b>	<b>CDI</b>
Cotas de Fundos de Investimento em Multimercado	0%	10%			
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>3%</b>	<b>15,00%</b>	<b>MSCI Global Index</b>
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%			
<b>IMÓVEIS</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>			<b>11,18%</b>		

## 7.3.2. Fase de Benefício

Alocação de Recursos (Seguimentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Benchmark	Meta Atuarial
<b>RENDA FIXA</b>				
<b>Juros</b>	<b>0%</b>	<b>30%</b>	<b>CDI</b>	
Títulos Públicos Federais	0%	30%		
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	30%		
<b>Inflação</b>	<b>70%</b>	<b>100%</b>	<b>IPCA</b>	<b>+3,0%</b>
Títulos Públicos Federais	0%	100%		
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%		

**MONGERAL  AEGON**

FUNDO DE PENSÃO

**PLANO DE BENEFÍCIOS  
MONGERAL**

**RELATÓRIO ANUAL 2018**

# Índice

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO (MAFP).....	03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL.....	04
RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS.....	07
DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL.....	08
PARECER ATUARIAL DO PLANO.....	09
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MAFP.....	15
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	17
PARECER DO CONSELHO FISCAL MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.....	20
MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO.....	21
DESPESAS CONSOLIDADA DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.....	22
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	23



# Mensagem da Diretoria Executiva do Mongeral Aegon Fundo de Pensão

A Diretoria do MONGERAL AEGON Fundo de Pensão – MAFP – apresenta a seus Participantes, Patrocinadores e Instituidores, o resumo do Relatório Anual de suas atividades no exercício de 2018. O Relatório Anual 2018, em sua forma completa, está disponível para consulta no portal corporativo, no link Fundo de Pensão, na área restrita ao Participante.

Este material foi elaborado conforme Resolução CGPC Nº 23/2006, e nele você poderá conferir informações sobre a situação patrimonial da Entidade e do seu Plano de Benefícios, sobre a Política de Investimentos, rentabilidade, despesas administrativas, carteiras de investimentos e a situação atuarial do seu Plano, acompanhados do resumo dos respectivos pareceres, determinados por disposições legais e estatutárias, possibilitando um melhor acompanhamento do seu Plano de Previdência Complementar.

Ao longo do exercício, nossas iniciativas avançaram nas mais variadas frentes. Adotamos uma série de medidas para assegurar a saúde financeira dos planos, com a adoção de um novo sistema de gestão previdenciária. Também avançamos no processo de certificação de dirigentes e na consolidação das melhores práticas de governança.

No decorrer do ano, implementamos importantes mudanças e melhorias com o aperfeiçoamento da área restrita, que hoje se mostra mais intuitiva, com um volume maior de informações que visam auxiliar os participantes no acompanhamento de todas as particularidades dos planos.

Para o próximo ano, nosso compromisso é de continuar aprimorando o relacionamento com nossos participantes, implementando novas ferramentas e serviços. Nossos canais continuam disponíveis através do telefone 0800 887 1613 e e-mail [participantemafp@mongeralaeonab.com.br](mailto:participantemafp@mongeralaeonab.com.br).

Mais uma vez, o Mongeral Aegon Fundo de Pensão mantém o compromisso de apresentar os resultados de sua gestão de forma clara e transparente.

**Boa Leitura!**

**Diretoria Executiva**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
<b>A) Ativo líquido - início do exercício</b>	49.042	40.211	21,96
<b>1. Adições</b>	8.323	11.230	(25,89)
Contribuições	4.810	6.117	(21,37)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	3.513	5.113	(31,29)
<b>2. Destinações</b>	(3.287)	(2.399)	37,02
Benefícios	(2.902)	(2.053)	41,35
Custeio administrativo	(385)	(346)	11,27
<b>3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	5.036	8.831	(42,97)
Provisões matemáticas	6.566	8.065	(18,59)
Fundos previdenciais	(1.620)	154	(1151,95)
Superávit (déficit) técnico do exercício	90	612	(85,29)
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	54.078	49.042	10,27
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	185	39	374,36
<b>Fundos administrativos</b>	185	39	374,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO - PLANO DE BENEFÍCIO MONGERAL**

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	54.501	49.213	10,75
Disponível	285	98	190,82
Recebível	563	515	9,32
Investimento	53.653	48.600	10,40
Fundos de investimentos	53.653	48.600	10,40
<b>2. Obrigações</b>	238	36	561,11
Operacional	238	36	561,11
<b>3. Fundos não previdenciais</b>	185	135	37,04
Fundos administrativos	185	135	37,04
<b>5 Ativo líquido (1-2-3)</b>	54.078	49.042	10,27
Provisões matemáticas	50.871	44.305	14,82
Superávit técnico	1.065	974	9,35
Fundos previdenciais	2.142	3.763	(43,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS - PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL**

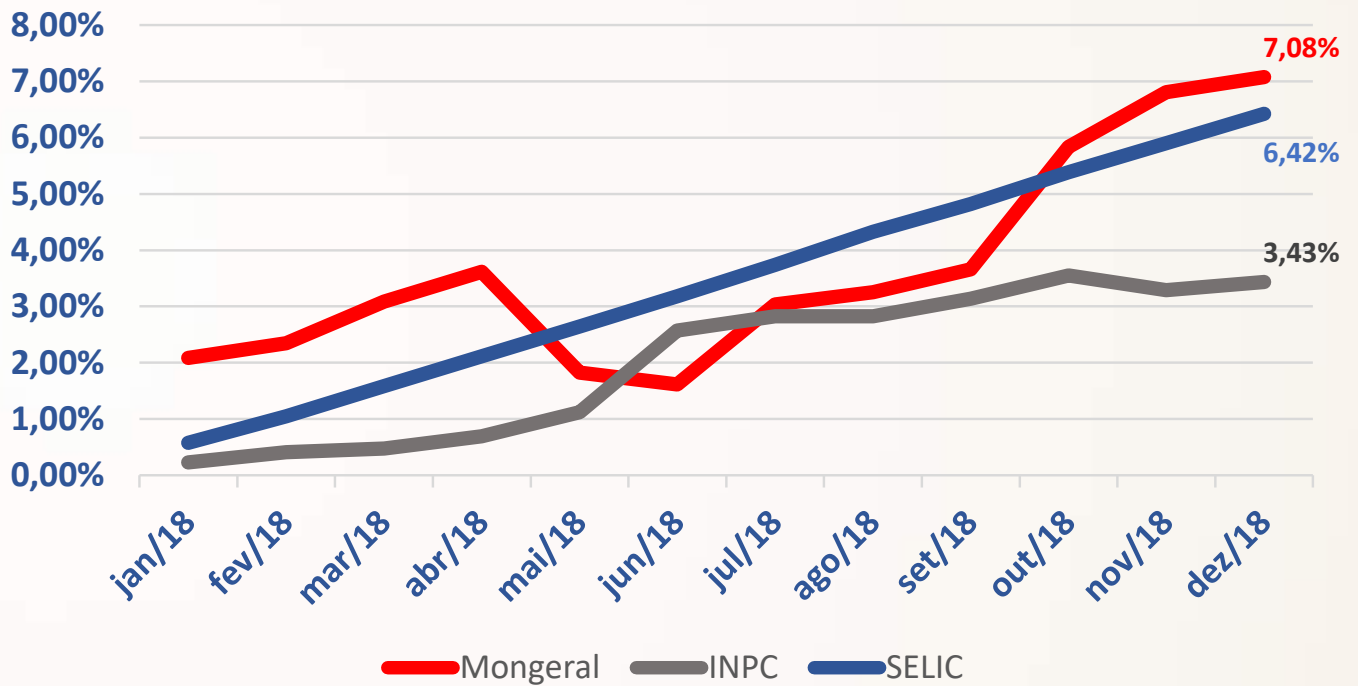
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+4)</b>	54.315	49.080	10,67
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	50.871	44.306	14,82
1.1. Benefícios concedidos	1.481	496	198,59
Contribuição definida	1.481	496	198,59
1.2. Benefícios a Conceder	49.390	43.810	12,74
Contribuição definida	49.215	43.666	12,71
Saldo de contas - parcela patrocinador	17.158	15.703	9,27
Saldo de contas - parcela participantes	32.057	27.963	14,64
Benefício definido	175	144	21,52
<b>2. Equilíbrio técnico</b>	1.064	975	9,13
2.1. Resultados realizados	1.064	975	9,13
Superávit técnico acumulado	1.064	975	9,13
Reserva de contingência	35	36	(2,78)
Reserva para revisão de plano	1.029	939	9,58
<b>3. Fundos</b>	2.142	3.763	(43,08)
3.1. Fundos previdenciais	2.142	3.763	(43,08)
<b>4. Exigível Operacional</b>	238	36	561,11
4.1. Gestão Previdencial	10	36	(72,22)
4.2. Gestão investimentos	228	0	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**RENTABILIDADE DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL**

Fechamos o exercício com mais de R\$ 54,2 milhões em reserva com rentabilidade de 7,08% acumulada no ano de 2018.



**PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO – PGA**

<b>PLANO MONGERAL</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (Início)</b>	<b>135.095,58</b>	<b>96.009,52</b>
<b>RECEITAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>401.202,53</b>	<b>419.341,67</b>
RECEITAS DE CUSTEIO	393.103,25	408.954,70
GESTÃO PREVIDENCIAL	323.345,69	346.501,09
INVESTIMENTOS	69.757,56	62.453,61
DIRETAS (SEGUROS)	0,00	0,00
FLUXO POSITIVO DOS INVESTIMENTOS	8.099,28	10.386,97
<b>DESPESAS</b>	<b>350.942,65</b>	<b>380.255,61</b>
GESTÃO DE BENEFÍCIOS	346.256,31	220.345,23
AUDITORIA CONTÁBIL	26.205,48	28.995,46
ANÁLISE/ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS	224.648,48	28.064,09
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	2.464,34	4.830,33
TRIBUTOS	21.662,30	22.417,31
TARIFAS BANCÁRIAS	60.532,12	60.724,98
DESPESAS GERAIS	10.743,59	11.584,94
GESTÃO DE ATIVOS DE INVESTIMENTOS	4.686,34	3.293,28
CONSULTORIA CONTÁBIL	0,00	-
<b>FUNDO ADMINISTRATIVO PGA (final)</b>	<b>185.355,46</b>	<b>135.095,58</b>

## PARECER ATUARIAL DO PLANO MONGERAL

### 1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 4º da Instrução Previc N° 12, de 13 de outubro de 2014, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do Plano de Benefícios Mongeral – Plano Mongeral, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

O Plano Mongeral é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e, portanto, não possui riscos atuariais envolvidos. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Patrocinadores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

### 2. BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2018 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2018. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

### 3. ESTATÍSTICAS

#### Participantes Ativos

Item	2016	2017	2018
Número de participantes ativos*	1.177	1.344	1.310
Idade média (anos)	43,25	36,65	37,46
Média da expectativa de vida (anos)	43,37	50,18	49,26
Folha de salário mensal (R\$)	R\$ 7.115.457,54	R\$ 7.880.834,42	R\$ 7.347.297,83
Remuneração média (R\$)	R\$ 6.045,42	R\$ 5.863,72	R\$ 5.608,62

(\*) Quantidade contemplam participantes aguardando resgate, BPDs e Autopatrocinaados.

Percebe-se que a Entidade, no que tange aos participantes ativos no plano, teve um decréscimo no número de participantes em 2018 na ordem de 2,53% quando comparado ao número de participantes ativos do ano de 2017. Houve ainda variação negativa da folha de salário mensal na ordem de 6,77% e da remuneração média em 4,35%.

## Participantes Assistidos

Item	2016	2017	2018
Número de participantes assistidos	3	3	5
Idade média (anos)	58,67	59,67	61,68
Média da expectativa de vida (anos)	28,63	28,33	26,59
Folha de benefício mensal (R\$)	R\$ 4.842,82	R\$ 4.857,62	R\$ 16.701,28
Benefício médio (R\$)	R\$ 1.614,27	R\$ 1.619,21	R\$ 3.340,26

Durante o exercício de 2018 foram concedidos dois novos benefícios de prestação continuada o que ocasionou variações positivas no valor da folha de benefício mensal em 243,82% e no benefício médio em 106,29%.



#### 4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2018:

- a) Taxa Real de Juros: 4,19% a.a.;**
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 - F Suavizada 10%;**
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%;**
- d) Crescimento Real de Salários: 2,48% a.a.; e**
- e) Indexador do Plano: IPCA – IBGE**

Apresentamos através do Parecer Atuarial 12/2018 posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano Mongeral. Conforme consta no documento supracitado, todas as hipóteses foram mantidas com exceção da taxa de juros que tem como obrigatoriedade a reavaliação anual.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida como meta atuarial do plano de benefícios.

A taxa de juros de 4,19% a.a. irá vigorar a partir de 01/04/2019. Como no Plano Mongeral a taxa de juros é utilizada na concessão e no recálculo dos benefícios realizamos a análise do impacto da alteração da taxa de juros de 4,38% a.a. para 4,19% a.a. nos atuais benefícios de prestação continuada, sendo por prazo determinado a única forma de recebimento que utiliza a taxa de juros em sua formulação matemática. Considerando a base de assistidos e pensionistas em dezembro 12/2018, recalculamos seus benefícios considerando as duas taxas de juros e os resultados observados foram uma redução média de 0,35% nos assistidos, podendo ser amenizada pela rentabilidade do plano, caso essa supere o índice de referência até a data dos respectivos recálculos.

Para enquadramento na nomenclatura padrão adotada pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA alteramos a nome da tábua biométrica de AT - 2000 F para AT –2000 F suav. 10%. Destaca-se que a mudança não acarreta qualquer ajuste da tábua, não trazendo assim alteração para o plano de benefícios.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

## 5. REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano Mongeral, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual, com exceção do Benefício Mínimo que utiliza o método de financiamento agregado. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2018, sendo a parcela CD dessas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

O Benefício Mínimo dos participantes ativos foi mensurado através do método de financiamento agregado e seu custeio é realizado pela patrocinadora.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada devem ter seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

## 6. CUSTEIO DO PLANO

As contribuições destinadas ao custeio previdencial do Plano Mongeral serão vertidas pelos participantes e patrocinadores na forma prevista no regulamento do Plano.

Os participantes contribuirão com percentual do salário de acordo com a tabela abaixo, observando o valor mínimo de contribuição.

Faixa Etária do Participante	Percentual Salário
Até 29 anos	3,00%
De 30 a 39 anos	3,50%
De 40 a 49 anos	4,00%
De 50 a 59 anos	4,50%
A partir 60 anos	5,00%

A patrocinadora contribuirá proporcionalmente a contribuição do participante de acordo com o tempo de serviço na patrocinadora, conforme a tabela abaixo:

Tempo de serviço na patrocinadora	Percentual Salário
Até 9 anos	50,00%
De 10 a 19 anos	100,00%
Acima 20 anos	150,00%

O custeio administrativo definido no orçamento anual será pago integralmente pela patrocinadora, exceto na hipótese de que trata o artigo 21 do Regulamento do Plano.

O custeio do benefício mínimo também é arcado integralmente pelo patrocinador conforme art.20 do regulamento.

## 7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano Mongeral, em 31/12/2017 e em 31/12/2018, data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2017	2018
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 45.279.556,96	R\$ 51.935.422,60
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 44.305.150,27	R\$ 50.871.117,94
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 495.715,12	R\$ 1.480.827,68
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 495.715,12	R\$ 1.480.827,68
2.3.1.1.01.02	Benefício Definido Estruturado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 43.809.435,15	R\$ 49.390.290,26
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 43.666.111,22	R\$ 49.214.628,88
2.3.1.1.02.01.01	Patrocinador	R\$ 15.702.979,54	R\$ 17.157.365,17
2.3.1.1.02.01.02	Participantes*	R\$ 27.963.131,68	R\$ 32.057.263,71
2.3.1.1.02.02	Benefício Definido Estruturado	R\$ 143.323,93	R\$ 175.661,38
2.3.1.1.02.02.01	VABF - Benefício Mínimo	R\$ 1.160.999,70	R\$ 175.661,38
2.3.1.1.02.02.02	VACF - Benefício Mínimo	-R\$ 1.017.675,77	R\$ 0,00
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 974.406,69	R\$ 1.064.304,66
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 974.406,69	R\$ 1.064.304,66
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 974.406,69	R\$ 1.064.304,66
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 35.830,98	R\$ 35.132,28
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	R\$ 938.575,71	R\$ 1.029.172,38
2.3.2	Fundos	R\$ 3.897.886,44	R\$ 2.327.377,95
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 3.762.790,86	R\$ 2.142.022,49
2.3.2.1.01	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	R\$ 3.762.790,86	R\$ 2.020.761,99
2.3.2.1.02	Revisão de Plano	R\$ 0,00	R\$ 121.260,50
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 135.095,58	R\$ 185.355,46

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas passou a ser de 97,09% em função das concessões aposentadoria e pensão por morte, juntamente com consumo do saldo por parte dos assistidos.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2018 aumentou em 14,70%, com relação ao encerramento do exercício 2017. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2017 pelo IPCA acumulado no ano de 2018 teríamos um valor 10,55% menor do que o observado em 2018, se atualizarmos o patrimônio de cobertura pelo índice de referência do plano (IPCA + 4,38% a.a.) teríamos um resultado inferior em 7,96% com relação ao apresentado no encerramento deste exercício.

O superávit do Plano Mongeral é composto pelos resultados da rentabilidade anterior e pela variação da provisão do Benefício Mínimo, e encerrou o ano de 2018 com 9,23% superior ao final do exercício anterior.

Foi realizada uma reavaliação da Provisão Matemática referente ao Benefício Mínimo considerando a projeção de salários conforme a premissa de crescimento real dos salários apresentada pela patrocinadora, sendo o VABF (Valor Atual do Benefício Futuro) o valor presente atuarial dos encargos calculados para os participantes elegíveis ao benefício mínimo na data de aposentadoria estimada.

O valor presente atuarial apresentado se mostrou inferior ao superávit técnico acumulado no plano, demonstrando desta forma não ser necessária a cobrança de novas contribuições referentes ao benefício mínimo ao patrocinador.

O valor do ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC 30/2018, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Anteriormente à destinação do superávit, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

Ressalte-se que o ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

O Plano de benefícios MONGERAL não registrou investimentos em títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento na data base de 31/12/2018.

O Plano Mongeral encerrou os exercícios de 2015, 2016 e 2017 com reserva especial. De acordo com §4º do artigo 21 da Resolução CNPC 30/2018, deve ser integralmente destinado o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios. Desta forma em 31/12/2018 foi constituído fundo previdencial para alocação do valor de reserva especial comum aos três últimos exercícios no montante de R\$121.260,50, sendo necessária, no decorrer do exercício de 2019, a tramitação e aprovação pelos órgãos competentes do plano de distribuição de superávit.

## 8. CONCLUSÃO

O Plano Mongeral, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2018 resultado de superávit técnico.

A Provisão Matemática referente ao Benefício Mínimo foi reavaliada considerando novo critério técnico, ocasionando redução do Valor Atual dos Benefícios Futuros contabilizado, comparado ao exercício de 2017. Portanto, conforme os resultados apresentados, recomendamos a suspensão das contribuições patronais que custeavam o benefício mínimo, uma vez que o patrimônio de cobertura do plano apresentou-se suficiente para o cumprimento das obrigações referentes a esse benefício no plano.

Para cumprimento no disposto do §4º do artigo 21 da Resolução CNPC 30/2018, foi constituído Fundo Previdencial para Revisão de Plano, sendo necessária a tramitação e aprovação pelos órgãos competentes do plano de distribuição de superávit no decorrer do exercício de 2019.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2019.

**Tatiana Cardoso Guimarães da Silva**

Atuário MIBA – 1.042

Mongeral Aegon Administração de Benefícios

**Arthur de Araujo Godinho Luzia**

Atuário MIBA – 2.353

Mongeral Aegon Administração de Benefícios

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO

## MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2018	2017		2018	2017
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
Disponível	859	444	Exigível operacional	607	352
			Gestão previdencial	285	341
<b>Realizável</b>	<b>86.511</b>	<b>78.670</b>	Gestão administrativa	10	11
Gestão previdencial	383	385	Gestão Investimentos	312	0
Gestão administrativa	2	2			
			<b>Patrimônio social</b>	<b>86.763</b>	<b>78.762</b>
<b>Investimentos (Nota 4)</b>	<b>86.126</b>	<b>78.283</b>	Patrimônio de cobertura do plano	84.264	74.748
Títulos públicos	2.864	8.677	Provisões matemáticas (Nota 5)	82.868	73.726
Fundos de investimentos	83.262	69.606	Benefícios concedidos	17.322	15.598
			Benefícios a conceder	65.546	58.210
			(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0	-82
			<b>Equilíbrio técnico</b>	<b>1.396</b>	<b>1.022</b>
			Resultados realizados	1.396	1.022
			Superávit/Déficit técnico acumulado	1.396	1.022
			<b>Fundos (Nota 6)</b>	<b>2.499</b>	<b>4.014</b>
			Fundos previdenciais	2.227	3.820
			Fundos administrativos	272	194
<b>Total do ativo</b>	<b>87.370</b>	<b>79.114</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>87.370</b>	<b>79.114</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2018	2017	Variação (%)
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	78.762	66.205	18,97
<b>1. Adições</b>	16.161	19.988	-19,15
Contribuições previdenciais	9.033	11.239	-19,63
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	6.485	8.131	-20,24
Receitas administrativas	630	602	4,65
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	13	16	-18,75
<b>2. Destinações</b>	-8.160	-7.431	9,81
Benefícios	-7.595	-6.856	10,78
Despesas administrativas	-565	-575	-1,74
<b>3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	8.001	12.557	-36,28
Provisões matemáticas	9.144	11.616	-21,28
Superávit técnico do exercício	372	708	-47,46
Fundos previdenciais	-1.593	189	-942,86
Fundos administrativos	78	43	81,4
<b>B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)</b>	86.763	78.762	10,16

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras  
Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC no. 8 e alterações posteriores) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração

pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.

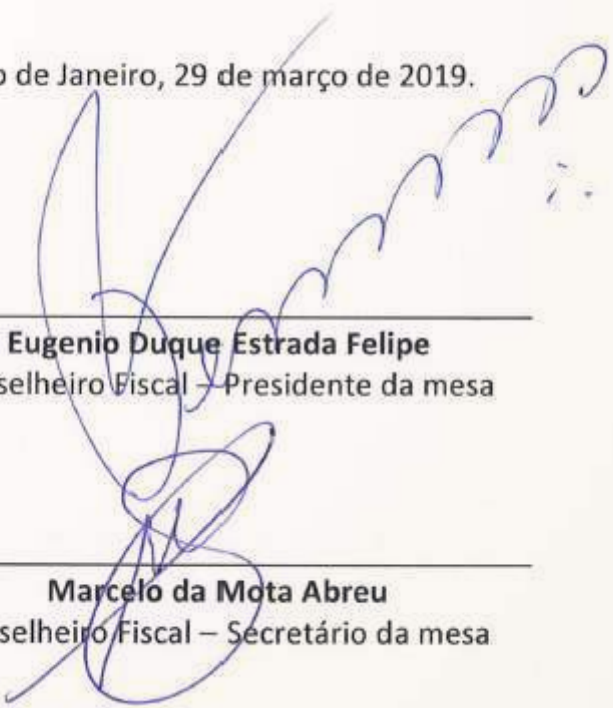
  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira  
Contador CRC 1RJ056588/O-4

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas Atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2018, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de març o de 2019.



---

**Eugenio Duque Estrada Felipe**  
Conselheiro Fiscal – Presidente da mesa

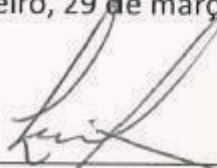
---

**Marcelo da Mota Abreu**  
Conselheiro Fiscal – Secretário da mesa

**MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO COM APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Os membros do Conselho Deliberativo da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), manifestam sua aprovação às Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2018, após procederem ao exame dos documentos previstos nos normativos regulatórios vigentes, quais sejam: o Balanço Patrimonial Consolidado — BP, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social — DMPS, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido — DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Ativo Líquido — DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa — DPGA (consolidada), a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de benefícios — DPT, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como a manifestação da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal, pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em dezembro de 2018, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2019.



**Luiz Celso Ferreira Lemos**  
Conselheiro (Presidente)



**Marcia Gomes Mota Lagrotta**  
Conselheira (Secretária)

## DESPESAS CONSOLIDADA DO MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO

MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA  
DEMONSTRAÇÕES DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADAS

Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2018	2017	Varição (%)
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	194	151	28,48
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	643	618	4,05
1.1. Receitas	643	618	4,05
Custeio administrativo da gestão previdencial	518	500	3,6
Custeio administrativo dos investimentos	112	102	9,8
Resultado positivo líquido dos investimentos	13	16	-18,75
<b>2. Despesas administrativas</b>	-565	-575	-1,74
2.1. Administração previdencial	-454	-473	-4,02
Treinamentos, congressos e seminários	-4	-7	-42,86
Serviços de terceiros	-402	-420	-4,29
Despesas gerais	-17	-17	0
Tributos	-31	-29	6,9
2.2. Administração dos investimentos	-111	-102	8,82
Serviços de terceiros	-107	-97	10,31
Tributos	-4	-5	-20
<b>6. Sobra da gestão administrativa (1+2)</b>	78	43	81,4
<b>7. Constituição do fundo administrativo (6)</b>	78	43	81,4
<b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)</b>	272	194	40,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018 – 2022

### MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO

#### 1. INTRODUÇÃO:

Este documento estabelece as bases sobre as quais os ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderão ser investidos no intervalo de 2018 a 2022.

Esta Política de Investimentos foi elaborada pela Diretoria Executiva com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos num horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno, que submete a aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade. Fica sob responsabilidade do Conselho Fiscal o efetivo controle da gestão da Entidade.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 3.792, Resolução Bacen 4.449, Resolução CGPC 04, Resolução CGPC 07, Instruções Previc 02 e 06, e suas alterações e restrições específicas avaliadas.

#### 2. PREMISSAS BÁSICAS:

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO administra planos de benefícios para diversos grupos de participantes e instituidores, com independência patrimonial. Por congregar mais de um instituidor e patrocinador, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO é, também, qualificada como fundo multinstituído e multipatrocinado.

Conforme estabelecido pelo Capítulo V, Artigo 16, § 3º da Resolução CMN nº 3.792, a Política de Investimentos deve minimamente mencionar os seguintes itens:

- I. a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação;
- II. os limites por modalidade de investimento, se estes forem mais restritivos que os estabelecidos nesta Resolução;
- III. a utilização de instrumentos derivativos;
- IV. a taxa mínima atuarial ou os índices de referência, observando o regulamento de cada plano de benefícios;
- V. a meta de rentabilidade para cada segmento de aplicação;
- VI. a metodologia ou as fontes de referência adotadas para apuração dos ativos financeiros;
- VII. a metodologia e os critérios para avaliação dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistêmico; e
- VIII. a observância ou não de princípios de responsabilidade social;

Esta política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

Na implementação desta política, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO atualmente compreende seis planos de benefícios, além do Plano de Gestão Administrativa (PGA). São eles:

- I.** Plano de Benefício Mongeral
- II.** Plano de Benefício Nº 03
- III.** Plano de Benefícios ContabilPrev
- IV.** Plano de Benefícios AbepomPrev
- V.** Plano de Benefícios TecPrevi
- VI.** Plano de Benefícios PreviTran

Todos os planos administrados pelo MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO são da modalidade de Contribuição Definida, com exceção do Plano 03, cuja modalidade é Contribuição Variável. Nesta estrutura, a diferenciação das estratégias de gestão de recursos respeita as características da modalidade e da fase em que estão compreendidos cada um dos Planos de Benefícios. O Plano de Benefício Mongeral, o Plano de Benefício Nº 03, o Plano de Benefícios AbepomPrev e o Plano de Benefícios PreviTran estão distribuídos em duas fases: a Fase de Acumulação de Recursos e a Fase de Concessão de Benefícios. Já os planos ContabilPrev e TecPrevi compreendem apenas a Fase de Acumulação de Recursos.

O Plano de Benefício Nº 03 está fechado para a entrada de novos participantes e possui praticamente todos os seus participantes em Fase de Benefício. Os que ainda estão em Fase de Acumulação já estão bem próximos de migrar para a Fase de Benefício. Sendo assim, devido a essa excepcionalidade, os recursos da Fase de Acumulação do Plano de Benefício Nº 03 serão alocados como recursos da Fase de Benefício, priorizando a preservação de capital para esses participantes e reduzindo a exposição ao risco.

A precificação dos ativos é realizada pela BNY Mellon Serviços Financeiros, que atua como Administrador Fiduciário. As técnicas e parâmetros adotados seguem normas legais e regulamentares estabelecidas e procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um Preço Indicativo de Mercado.

A Carteira de investimentos utilizada pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO para absorver e agregar o seu

portfólio terá a gestão realizada pela Mongeral Aegon Investimentos – MAI e a custódia de seus ativos no Banco Bradesco, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para realizarem esses serviços. Sendo assim, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO será responsável pela consolidação das informações para envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

### **3. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental e compromisso com suas partes relacionadas.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade, e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

## 4. COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

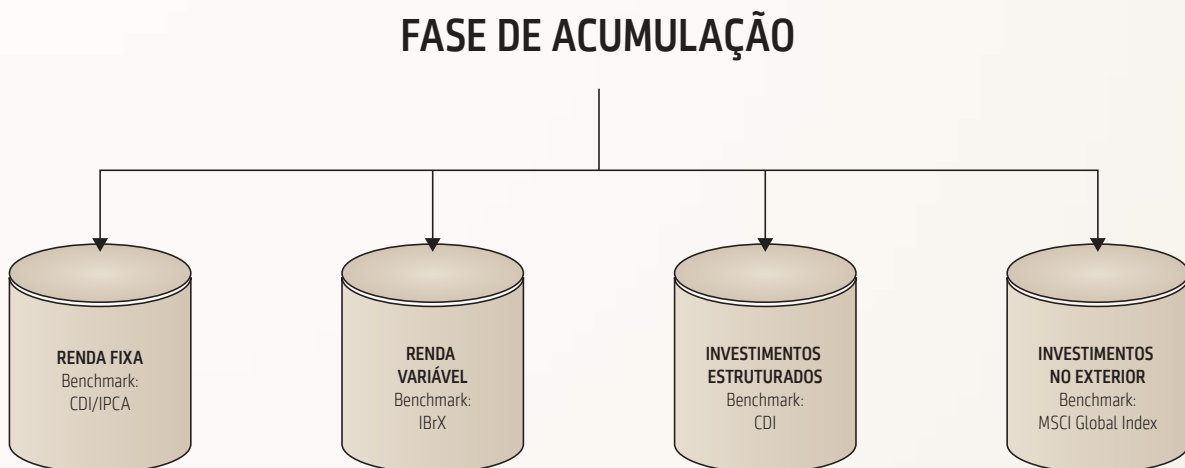
Na composição do portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera a fase em que o participante se encontra, priorizando uma gestão de recursos com foco na maximização da rentabilidade, com um nível de risco confortável. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa.

Pelo critério de segregação do objetivo de investimento em cada um dos Planos (Fase de Acumulação versus Fase de Concessão de Benefícios), estes recursos deverão ser divididos da seguinte forma:

### 4.1. Fase de Acumulação

A alocação estratégica dos recursos durante a Fase de Acumulação está dividida em quatro classes de ativos: Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior, podendo realizar operações com derivativos.

A distribuição dos recursos entre as classes de ativos é feita conforme o fluxograma abaixo:



Considerando o perfil da carteira, os objetivos de retorno e a tolerância a risco a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO acredita que estratégias baseadas em “timing” de mercado representam um risco elevado que, no longo prazo, não é recompensado pelo retorno auferido. Dessa forma, a gestão dos recursos será pautada pela manutenção desta alocação, obtida através de rebalanceamentos constantes do portfólio de investimentos.

Na sequência, fazemos uma descrição dos veículos de investimento utilizados para o cumprimento deste mandato, segmentados por seus respectivos benchmarks:



#### **4.1.1. Segmento Renda Fixa:**

##### **a) Benchmark CDI**

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

##### **b) Benchmark IPCA**

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

#### **4.1.2. Segmento Renda Variável:**

##### **a) Benchmark IBrX**

- Cotas de Fundos de Investimento em Ações.
- Cotas de Fundos de Índice (Exchange Trade Fund – ETF).

#### **4.1.3. Segmento Investimentos Estruturados:**

##### **a) Benchmark CDI**

- Cotas de Fundos de Investimento Multimercados.

#### **4.1.4. Segmento Investimentos no Exterior:**

##### **a) Benchmark MSCI Global Index**

- Ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras de fundos constituídos no Brasil.

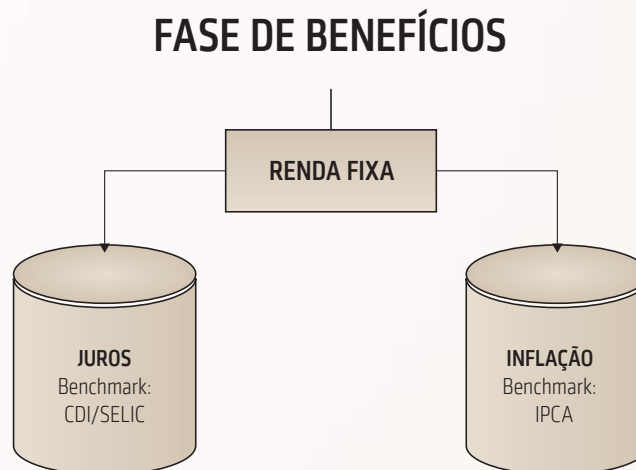
## 4.2. Fase de Concessão de Benefícios

À medida que cada participante atinge os pré-requisitos necessários para a aposentadoria e solicita o recebimento de seu benefício, a reserva técnica acumulada por este, durante a fase de atividade, é transferida para os investimentos destinados à fase de benefícios.

Conjugando as simulações do passivo atuarial com a constante análise dos ativos de longo prazo disponíveis no mercado financeiro, busca-se a implementação de estratégias de Asset Liability Management (ALM) para os recursos destinados à cobertura dos benefícios concedidos, com o objetivo de garantir a solvência financeira e econômica de cada um dos planos de benefícios ao longo do tempo.

Os recursos que compõem o portfólio da Fase de Concessão de Benefícios são alocados integralmente em ativos de Renda Fixa com benchmark em IPCA, CDI ou Selic.

A distribuição dos recursos é feita conforme o fluxograma abaixo:



#### 4.2.1. Segmento Renda Fixa:

##### a) Benchmark CDI

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pré Fixado e Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

##### b) Benchmark IPCA

- Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa.
- Títulos Públicos Federais: Pós Fixado.
- Títulos Privados: empresas financeiras e não financeiras.

### 5. DIRETRIZES DE GESTÃO DO PORTFÓLIO GLOBAL

Consideramos a definição da alocação estratégica de recursos de suma importância e diversos estudos mostram que mais de 90% da variabilidade dos retornos de carteiras de investimento no longo prazo é proveniente desta decisão de alocação.

Os recursos dos Planos deverão ser divididos entre as classes de ativos, definidas pela Fase em que o participante se encontra, respeitando o limite de alocação em cada um dos veículos de investimento, conforme definido a seguir:

#### 5.1. Limites de Alocação - Fase de Acumulação

a) No **Segmento de Renda Fixa** o limite para alocação será de **50% a 100%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 85% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada à taxa de juros.
- De 0% a 60% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada a índices de preços
- De 0% a 50% em Títulos Privados, com variação atrelada à taxa de juros.
- De 0% a 20% em Títulos Privados, com variação atrelada a índices de preços.
- De 0% a 85% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa com benchmark CDI.
- De 0% a 60% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa com benchmark IPCA.

**b) No Segmento de Renda Variável** o limite para alocação será de **5% a 30%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Investimento em Ações.
- De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Índice atreladas a índices de ações (IBrX).

**c) No segmento de Segmento Investimentos Estruturados** o limite para alocação será de **0% a 10%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 10% em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado.

**d) No segmento de Segmento Investimentos no Exterior** o limite para alocação será de **0% a 10%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 10% em ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, com variação atrelada a índice de ações (MSCI Global Index).

### 5.2. Limites de Alocação - Fase de Benefício

**a) No segmento de Segmento Renda Fixa** o limite para alocação será de **100%** do portfólio, respeitando os seguintes limites individuais:

- De 0% a 30% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada à taxa de juros.
- De 0% a 100% em Títulos Públicos Federais, com variação atrelada a índices de preços.
- De 0% a 30% em Títulos Privados, com variação atrelada à taxa de juros.
- De 0% a 50% em Títulos Privados, com variação atrelada a índices de preços.
- De 0% a 30% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa com benchmark CDI.
- De 0% a 100% em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa com benchmark IPCA.

## 6. ANÁLISE DE CENÁRIOS MACROECONÔMICOS

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera que utilizar uma instituição especializada para realizar a gestão de recursos de terceiros seja a melhor maneira de chegar a uma relação ótima entre risco e retorno para os investimentos dos recursos de seus planos de benefícios.

Fica a cargo do gestor a escolha dos ativos que irão compor a carteira dos planos de benefícios, sempre levando em consideração os limites e parâmetros impostos pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009 (assim como possíveis alterações posteriores) e na presente Política de Investimentos.

Além da escolha dos ativos, o gestor é o responsável pela avaliação dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, necessários para a construção do portfólio e controle de risco. Estas análises, em conjunto com a implementação das estratégias de investimento, buscam viabilizar o gerenciamento prudente e eficiente dos ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

O quadro a seguir contém as projeções macroeconômicas utilizadas na construção do portfólio de investimentos:

Projeções Indicadores Macroeconômicos				
Ano	Bolsa	CDI	IPCA	IGP-M
2018	12,25%	6,90%	4,02%	4,39%
2019	13,28%	7,89%	4,25%	4,28%
2020	13,28%	7,89%	4,00%	4,00%
2021	13,28%	7,89%	4,00%	4,00%
2022	13,28%	7,89%	4,00%	4,00%

Fontes: Banco Central e Mongeral Aegon Investimentos

Focus: 03/11/2017

## 7. GERENCIAMENTO DOS RISCOS

Gerenciamos a exposição a riscos através de uma estrutura especializada e da utilização de ferramentas de monitoramento específicas.

Com ferramentas utilizadas para minorar o risco da alocação dos recursos financeiros, das oscilações e volatilidade do mercado financeiro, da dinâmica do passivo atuarial e também para dar suporte às decisões de investimento, dividimos em sete grupos de risco:

### 7.1. Risco de Mercado

Risco de perdas em decorrência de oscilações de variáveis econômicas e financeiras, tais como taxas de juros, taxas de câmbio, preço das ações e de commodities.

Como ferramentas utilizadas para minimizar os riscos da alocação dos recursos, das oscilações e volatilidade do mercado financeiro, da dinâmica do passivo atuarial e também para dar suporte às decisões de investimento, podemos citar:

**a) VaR:** utilizado para gerenciar os riscos financeiros em situações de normalidade de mercado, medindo a perda máxima esperada de uma carteira de investimentos num determinado horizonte de tempo.

O quadro a seguir exhibe as principais premissas e parâmetros utilizados no cálculo do VaR, assim como o limite considerado adequado para a carteira.

Premissas	Parâmetros
Modelo	Paramétrico
Distribuição	Normal
Intervalo de Confiança	97,50%
Volatilidade	EWMA
Lambda Padrão	94,00%
Amostra	252
Composição dos Retornos	Contínuo
Limite	0,30%

**b) Stress Test:** complementam as estimativas de exposição ao risco de mercado, considerando cenários adversos ou crises históricas de grande impacto no mercado financeiro.

## 7.2. Risco de Contraparte

Risco da contraparte não cumprir com a obrigação contratada através de uma operação de crédito, tais como CDB, Letra Financeira, Debênture, Nota Promissória, FIDC, ou qualquer outro tipo de operação crédito.

Serão selecionados para compor a carteira de crédito apenas ativos classificados como “Grau de Investimento”, por pelo menos uma das seguintes agências de classificação de risco: Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch.

Abaixo a tabela com os ratings atualmente classificados como “Grau de Investimento” por cada uma das agências. Caso a referência do patamar mínimo de “Grau de Investimento” seja modificado, passará a valer, automaticamente, como classificação mínima o novo patamar definido pela respectiva agência.

Classificação	Fitch	Moody’s	S&P	LF Rating
Prime	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA	AAA
Grau elevado	AA+(bra)	Aa1.br	brAA+	AA+
	AA(bra)	Aa2.br	brAA	AA
	AA-(bra)	Aa3.br	brAA-	AA-
Grau médio	A+(bra)	A1.br	brA+	A+
	A(bra)	A2.br	brA	A
	A-(bra)	A3.br	brA-	A-
Grau baixo	BBB+(bra)	Baa1.br	brBBB+	BBB+
	BBB(bra)	Baa2.br	brBBB	BBB
	BBB-(bra)	Baa3.br	brBBB-	BBB-

## 7.3. Risco de Liquidez

Relaciona-se com o descasamento de fluxos financeiros de ativos e passivos e seus reflexos sobre a capacidade financeira da instituição em obter ativos e honrar suas obrigações.

Para mitigar esse risco a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO mantém suas aplicações em investimentos com bastante liquidez para minimizar a possibilidade de descasamento da carteira de investimentos em relação aos passivos, levando-se em consideração a duração média, indexadores e fluxos de pagamento.

## 7.4. Risco Legal

Refere-se à possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos.

O acompanhamento da legislação aplicável às Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC é realizado pela MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO constantemente e visa mensurar e quantificar a conformidade legal de todas as carteiras de investimento. O Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado – AETQ é responsável pelo monitoramento da aderência dos ativos integrantes das carteiras de investimento em relação à legislação aplicável.

### 7.5. Risco Operacional

Refere-se à possibilidade de ocorrências de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo conglomerado, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

Os processos operacionais são monitorados e avaliados constantemente objetivando a identificação de riscos intrínsecos às operações desenvolvidas pela gestão dos investimentos.

### 7.6. Risco Sistêmico

O risco de perdas em virtude de dificuldades financeiras de uma ou mais instituições que provoquem danos substanciais a outras, ou ruptura na condução operacional de normalidade do Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Visando mitigar ao máximo o risco sistêmico a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO procura obter a melhor diversificação entre os vários setores da atividade econômica, de modo a ter uma exposição de risco bem diversificada entre os setores, para que possa mitigar os impactos de eventuais crises em algum segmento.



## 8. QUADROS RESUMO

### 8.1. Plano de Benefício Mongeral

#### 8.1.1. Fase de Acumulação:

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
RENDA FIXA	50%	100%	72%	8,15%	CDI / IPCA
Juros	20%	85%	37%	6,90%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
Inflação	10%	60%	35%	9,46%	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	60%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	60%			
RENDA VARIÁVEL	5%	30%	20%	12,25%	IBrX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	30%			
Cotas de Fundos de índice (ETF)	0%	30%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	10%	5%	8,28%	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	10%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%	3%	15,00%	MSCI Global Index
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%			
IMÓVEIS	0%	0%	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	0%	-	-	-
<b>TOTAL</b>				<b>9,18%</b>	

## 8.1.2. Fase de Benefício:

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Benchmark	Meta Atuarial
RENDA FIXA	0%	100%	100%		
Juros	0%	30%	0%	CDI	
Títulos Públicos Federais	0%	30%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	30%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	30%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	30%			
Inflação	70%	100%	100%	IPCA	IPCA + 3,0%
Títulos Públicos Federais	0%	100%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%			

## 8.1.3. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
RENDA FIXA					
Juros	0%	100%	100%	6,90%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	100%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%			
Inflação	0%	0%	0%	-	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	0%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	0%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	0%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	0%			
RENDA VARIÁVEL	0%	0%	0%	-	IBrX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	0%			
Cotas de Fundos de índice (ETF)	0%	0%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	0%	0%	-	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	0%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	0%	0%	-	MSCI Global Index
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	0%			
IMÓVEIS	0%	0%	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	0%	-	-	-
<b>TOTAL</b>				<b>6,90%</b>	

**MONGERAL  AEGON**

FUNDO DE PENSÃO

**PLANO DE BENEFÍCIOS  
MONGERAL**

---

**RELATÓRIO ANUAL 2019**

**GRUPO MONGERAL  AEGON**

# Índice

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA.....	03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	04
RENTABILIDADE ACUMULADA DO PLANO.....	11
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	12
PARECER ATUARIAL.....	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	29
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	32
MANIFESTAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO.....	33

# Mensagem da Diretoria Executiva Mongeral Aegon Fundo de Pensão

Em 2019 prosseguimos com a modernização de nossos sistemas operacionais, com o acréscimo do conteúdo de conhecimento e documentos na área restrita, implementação de novas funcionalidades, aperfeiçoamento dos simuladores de benefícios, com o objetivo de aumentar o número de informações aos participantes.

Ampliamos o programa de Educação Financeira e Previdenciária, com enfoque na Longevidade Financeira, através de envio de conteúdos sobre os diversos assuntos que envolvem o tema.

Uma ação que está sendo estudada para possível implementação em 2020 é a concessão de empréstimo aos participantes, seguindo uma tendência de mercado que tem se mostrado eficiente e adequado aos parâmetros legais, e que beneficia tantos os participantes, que terão a possibilidade de contar com empréstimos com uma taxa de juros menor do que a oferecida por instituições financeiras, como para o plano, que terá um considerável aumento em sua rentabilidade.

Buscamos em 2020 a continuidade de ampliação das ações realizadas em 2019, objetivando sua consolidação como forma de assegurar maior conhecimento e serviços informativos aos participantes, buscando sempre a evolução e superação das expectativas.

**Boa Leitura!**

**Diretoria Executiva**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO

#### BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2019	2018		2019	2018
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
Disponível	786	859	Exigível operacional	434	607
			Gestão previdencial	376	285
<b>Realizável</b>	97.229	86.511	Gestão Administrativa	4	10
Gestão previdencial	451	383	Gestão de Investimentos	54	312
Gestão administrativa	22	2			
<b>Investimentos</b>	96.756	86.126	<b>Patrimônio social</b>	97.581	86.763
Títulos públicos (Nota 4.1)	2.576	2.864	Patrimônio de cobertura do plano (Nota 5)	96.719	84.264
Fundos de investimentos (Nota 4.1)	93.398	83.262	Provisões matemáticas	94.102	82.868
Empréstimos (Nota 4.2)	772		Benefícios concedidos	18.054	17.322
Outros realizáveis	10		Benefícios a conceder	76.048	65.546
			<b>Equilíbrio técnico</b>	2.617	1.396
			Resultados realizados		
			Superávit técnico acumulado	2.617	1.396
			<b>Fundos (Nota 6)</b>	862	2.499
			Fundos previdenciais	541	2.227
			Fundos administrativos	321	272
<b>Total do ativo</b>	98.015	87.370	<b>Total do passivo</b>	98.015	87.370

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDADA

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2019	2018	Varição (%)
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	86.763	78.762	10,16
<b>1. Adições</b>	20.582	16.161	27,36
Contribuições previdenciais	7.994	9.033	(11,50)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	11.970	6.485	84,58
Receitas administrativas	596	630	(5,40)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	22	13	69,23
<b>2. Destinações</b>	(9.764)	(8.160)	19,66
Benefícios	(9.195)	(7.595)	21,07
Despesas administrativas	(569)	(565)	0,71
<b>3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)</b>	10.818	8.001	35,21
Provisões matemáticas	11.234	9.144	22,85
Superávit técnico do exercício	1.220	372	227,96
Fundos previdenciais	(1.686)	(1.593)	5,83
Fundos administrativos	50	78	(35,90)
<b>B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)</b>	97.581	86.763	12,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - CONSOLIDADA

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2019	2018	Varição (%)
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	272	194	40,21
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	617	643	(4,04)
<b>1.1. Receitas</b>	617	643	(4,04)
Custeio administrativo da gestão previdencial	500	518	(3,47)
Custeio administrativo dos investimentos	95	112	(15,18)
Resultado positivo líquido dos investimentos	22	13	69,23
<b>2. Despesas administrativas</b>	(568)	(565)	0,53
<b>2.1. Administração previdencial</b>	(472)	(454)	3,96
Treinamentos, congressos e seminários	(9)	(4)	125,00
Serviços de terceiros	(414)	(402)	2,99
Despesas gerais	(14)	(17)	(17,65)
Tributos	(35)	(31)	12,90
<b>2.2. Administração dos investimentos</b>	(96)	(111)	(13,51)
Serviços de terceiros	(95)	(107)	(11,21)
Tributos	(1)	(4)	(75,00)
<b>6. Sobra da gestão administrativa (1+2)</b>	49	78	(37,18)
<b>7. Constituição do fundo administrativo (6)</b>	49	78	(37,18)
<b>B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7)</b>	321	272	18,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## PLANO DE BENEFÍCIO MONGERAL

### DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2019	2018	Varição (%)
<b>A) Ativo líquido - início do exercício</b>	54.078	49.042	10,27
<b>1. Adições</b>	11.898	8.323	42,95
Contribuições	5.068	4.810	5,36
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	6.830	3.513	94,42
<b>2. Destinações</b>	(3.756)	(3.287)	14,27
Benefícios	(3.369)	(2.902)	16,09
Custeio administrativo	(387)	(385)	0,52
<b>3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	8.142	5.036	61,68
Provisões matemáticas	9.771	6.566	48,81
Fundos Previdenciais	(1.711)	(1.620)	5,62
Superávit (déficit) técnico do exercício		90	8,89
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	62.220	54.078	15,05
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	217	185	17,30
<b>Fundos administrativos</b>	217	185	17,30

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2019	2018	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	62.528	54.501	14,73
Disponível	203	285	(28,77)
Recebível	660	563	17,22
Investimento	61.665	53.653	14,93
Fundos de investimentos	60.889	53.653	13,49
Empréstimos	772		
Outros Realizáveis	4		
<b>2. Obrigações</b>	91	238	(61,76)
Operacional	91	238	(61,76)
<b>3. Fundos não previdenciais</b>	217	185	17,30
Fundos administrativos	217	185	17,30
<b>5 Ativo líquido (1-2-3)</b>	62.220	54.078	15,05
Provisões matemáticas	60.642	50.871	19,21
Superávit técnico	1.147	1.065	7,70
Fundos previdenciais	431	2.142	(79,88)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2019	2018	Variação (%)
<b>Provisões Técnicas (1+3+4)</b>	62.311	54.316	14,76
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	60.642	50.871	19,21
1.1. Benefícios concedidos	1.458	1.481	(1,55)
Contribuição definida	1.458	1.481	(1,55)
1.2. Benefícios a Conceder	59.184	49.390	19,83
Contribuição definida	59.013	49.215	19,91
Saldo de contas - parcela patrocinador	20.906	17.158	21,84
Saldo de contas - parcela participantes	38.107	32.057	18,87
Benefício definido	171	175	(2,29)
<b>2. Equilíbrio técnico</b>	1.147	1.065	7,70
2.1. Resultados realizados	1.147	1.065	7,70
Superávit técnico acumulado	1.147	1.065	7,70
Reserva de contingência	34	36	(5,56)
Reserva para revisão de plano	1.113	1.029	8,16
<b>3. Fundos</b>	431	2.142	(79,88)
3.1 Fundos Previdenciais	431	2.142	(79,88)
<b>4. Exigível Operacional</b>	164	128	28,13
4.1. Gestão Previdencial	164	128	28,13
4.2. Gestão de investimentos	54	10	440,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS MONGERAL NO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVO - PGA**

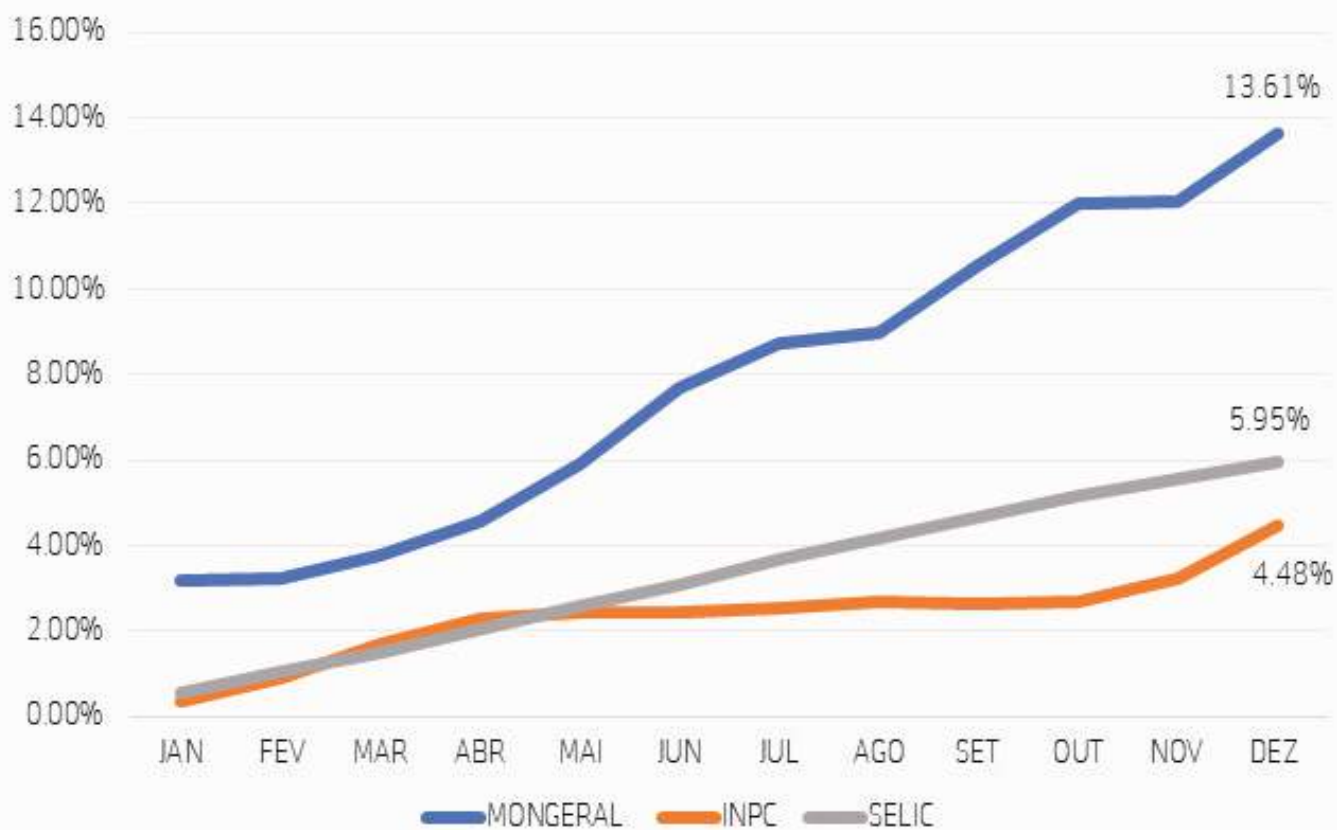
PLANO MONGERAL	2019	2018
SALDO ANTERIOR DA PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO	185.355,46	135.095,58
<b>RECEITAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>417.554,51</b>	<b>401.202,53</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL	337.935,36	323.345,69
GESTÃO INVESTIMENTOS	64.767,41	69.757,56
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	14.851,74	8.099,28
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-385.846,05</b>	<b>-350.942,65</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL	-321.780,92	-285.724,19
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-5.830,05	-2.464,34
SERVIÇOS TERCEIROS	-281.688,02	-250.853,96
DESPESAS GERAIS	-9.892,26	-10.743,59
TRIBUTOS	-24.370,59	-21.662,30
GESTÃO INVESTIMENTOS	-64.065,13	-65.218,46
SERVIÇOS TERCEIROS INV.	-64.065,13	-65.218,46
<b>SALDO (RECEITAS - DESPESAS)</b>	<b>31.708,46</b>	<b>50.259,88</b>
<b>SALDO FINAL DA PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO</b>	<b>217.063,92</b>	<b>185.355,46</b>

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2020.

Luis Ricardo Marcondes Martins  
Diretor Superintendente  
CPF 104.904.438-00

Marta Almeida da Silva  
Contadora CRC-RJ 075.023/O-5  
CPF 722.624.607-44

## RENTABILIDADE DO PLANO



Fechamos o exercício com rentabilidade acumulada de 13,61% no ano de 2019.

## POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

### INTRODUÇÃO:

Documento que estabelece as bases sobre as quais os ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderão ser investidos no intervalo de 2020 a 2024.

A Política de Investimentos foi elaborada pela Diretoria Executiva com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos em um horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno, que submete a aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade. Fica sob responsabilidade do Conselho Fiscal o efetivo controle da gestão da Entidade.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidade; Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, Resolução Bacen 4.449, Resolução CGPC 04, Resolução CGPC 07, Instruções PREVIC 02 e 06, e suas alterações e restrições específicas avaliadas.

### CENÁRIO ECONÔMICO

A posse do novo governo trouxe bastante otimismo ao mercado. Bolsonaro montou um ministério apartidário, sinalizando seu compromisso com a formação de um grupo de especialistas que agregue conhecimento técnico em importantes áreas da administração pública. O time econômico, em especial, tem muito prestígio junto ao mercado, o que fortaleceu a mensagem institucional e o compromisso com as finanças públicas.

Nesse sentido, a Reforma da Previdência foi aprovada com economia prevista de cerca de R\$ 800 milhões em dez anos. Incluindo o montante que será economizado com as medidas antifraude do INSS, lançadas também em 2020, o total alcança R\$ 1 trilhão no período. A aprovação da Nova Previdência consolidou o reconhecimento da necessidade e urgência de uma política fiscal responsável também por parte do Congresso, abrindo espaço para a continuidade da agenda de reformas liberais em Brasília. Essa melhora fiscal teve impactos benéficos em toda a curva de juros, que apresentou um significativo fechamento de taxa, como reflexo da melhora dos fundamentos domésticos, principalmente em prazos mais longos.

A parte mais curta da curva foi impactada pelas reduções de juros feitas pelo COPOM. Entre julho e dezembro, o Comitê cortou a taxa de juros em 200 bps, levando a Selic para 4,50% a.a. A inflação comportada, com núcleos em patamar confortável e expectativas ancoradas, permitiram o ciclo de afrouxamento monetário descrito acima. Em 2019 a inflação alcançou 4,31%, levemente acima da meta de 4,25%, como resultado da alta nos preços das proteínas no final do ano.

A atividade em recuperação apenas gradual e ainda muito incerta, também motivou o ciclo de redução na taxa de juros. Após um terceiro trimestre acima das expectativas, a atividade voltou a apresentar resultados aquém do esperado e o PIB cresceu 1,1% no ano, após alta de 1,3% em 2018.

No cenário externo, a guerra comercial entre Estados Unidos e China foi o grande assunto internacional, com diversas retaliações por ambos os lados, como tarifações sobre importações, acusações de manipulação cambial e sanções a empresas. Um armistício no final do ano promoveu a flexibilização de algumas restrições impostas, com perspectivas melhores à frente.

**Considerações Legais:** A Mongeral Aegon Investimentos Ltda é responsável pela elaboração desse material, mas não se responsabiliza por quaisquer atos e/ou decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por meio de suas publicações e projeções. Todos os dados e/ou opiniões aqui presentes não devem ser tomados, em nenhuma hipótese, como base, balizamento, guia ou norma para qualquer documento, avaliações, julgamentos ou tomadas de decisões, sejam de natureza formal ou informal. Desse modo, todas as consequências ou responsabilidades pelo uso de quaisquer dados e/ou análises desta publicação deverão ser assumidas exclusivamente pelo usuário, eximindo a Mongeral Aegon Investimentos Ltda de todas e quaisquer responsabilidades decorrentes do uso deste material

### **Mongeral Aegon Investimentos Ltda**

Travessa Belas Artes 15 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

**[www.mongeralaegon.com.br](http://www.mongeralaegon.com.br)**

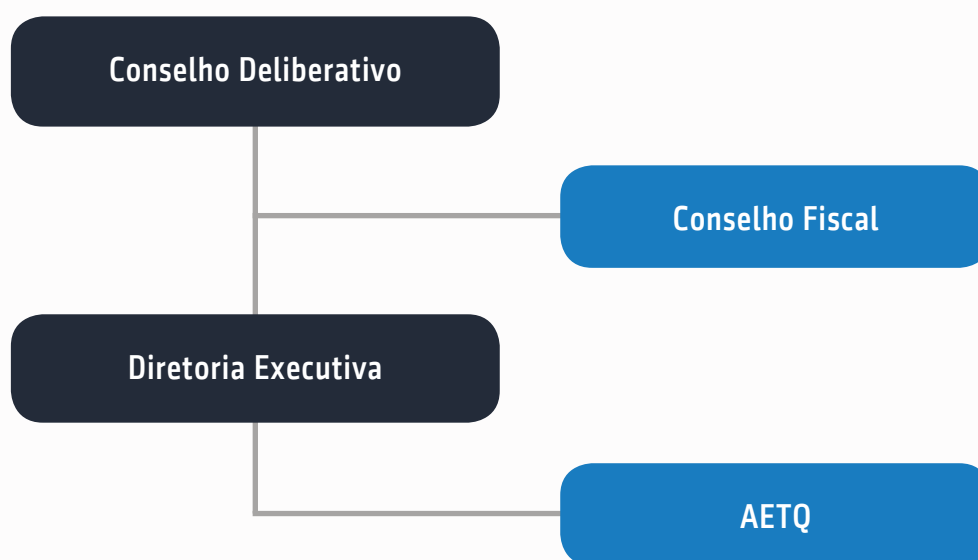
Contato: (21) 3722 2338



## ESTRUTURA E GOVERNANÇA

A estrutura de governança distribui as competências entre os diferentes níveis organizacionais, atribuindo-lhes responsabilidades associadas a objetivos de atuação, inclusive com o estabelecimento de alçadas de decisão de cada instância.

Abaixo apresentamos a Estrutura de Governança do Entidade:



### CONSELHO DELIBERATIVO

- a) Deliberar sobre a nomeação dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal;
- b) nomear a Diretoria Executiva, fixando-lhes a remuneração, se for o caso;
- c) dar posse aos membros dos Conselhos Deliberativo, Fiscal, da Diretoria Executiva e dos Comitês Gestores de Plano de Benefícios, estes quando instalados;
- d) deliberar sobre a destituição de conselheiros indicados pelas patrocinadoras e instituidoras e membros da Diretoria Executiva;
- e) alterar o presente Estatuto;
- f) aprovar regulamentos dos planos de benefícios e suas alterações;
- g) aprovar o custeio anual dos planos de benefícios;
- h) aprovar regimentos internos e suas alterações;

- i)** deliberar sobre a aquisição e alienação de bens imóveis;
- j)** aprovar e destituir auditores independentes;
- k)** aceitar doações, com ou sem encargos;
- l)** aprovar, anualmente, a política geral de investimentos dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade, encaminhada pela Diretoria Executiva a qual observará, quando instituído, as recomendações dos Comitês Gestores de cada plano de benefícios;
- m)** aprovar o orçamento anual e o Plano de Gestão Administrativa;
- n)** aprovar o relatório anual e a prestação de contas da Diretoria Executiva, após parecer do Conselho Fiscal;
- o)** apreciar recursos interpostos contra os atos da Diretoria Executiva, observados os prazos e procedimentos dispostos pelo Regimento Interno do Entidade;
- p)** deliberar sobre a destinação do patrimônio dos planos de benefícios administrados pelo Entidade, no caso de sua extinção, observados os compromissos assumidos no plano e as regras previstas nos respectivos Convênios de Adesão;
- q)** decidir sobre os casos omissos deste Estatuto.

## **CONSELHO FISCAL**

- a)** emitir parecer sobre a prestação de contas da Diretoria, do balanço anual e as demonstrações contábeis da Entidade;
- b)** examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Entidade e quaisquer operações, atos e resoluções praticados pelos órgãos administrativos da Entidade;
- c)** fiscalizar o cumprimento das normas e legislação vigentes no âmbito das atividades da Entidade;
- d)** emitir, semestralmente, os relatórios de controles internos, nos moldes previstos na legislação.

## **DIRETORIA EXECUTIVA**

- a)** submeter ao Conselho Deliberativo propostas de elaboração e de alteração dos Regimentos Internos da Entidade;
- b)** sugerir ao Conselho Deliberativo alterações do Estatuto;
- c)** apresentar balanços e relatórios ao Conselho Fiscal, Conselho Deliberativo e auditores independentes, observada

a esfera de atribuições dos órgãos estatutários;

**d)** sugerir ao Conselho Deliberativo, anualmente, política geral de investimentos dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Entidade, ouvindo os Comitês Gestores de cada plano de benefícios, acaso existentes;

**e)** fornece às autoridades competentes as informações que lhe forem solicitadas;

**f)** relacionar-se com as patrocinadoras e instituidoras;

**g)** divulgar aos participantes as informações necessárias ao acompanhamento de seus respectivos planos;

**h)** orientar e executar os negócios da Entidade;

**i)** submeter ao Conselho Deliberativo proposta de alteração dos Regulamentos dos Planos de Benefício;

**j)** submeter ao Conselho Deliberativo o Plano de Custeio de cada um dos planos de benefícios e o Plano de Gestão Administrativa - PGA, observado o disposto no Convênio de Adesão e demais atos pertinentes;

**k)** designar o diretor responsável pela administração financeira perante o órgão fiscalizador;

**l)** baixar normas sobre a organização interna e funcionamento da Entidade;

**m)** julgar recursos de decisões individuais de seus membros.

#### **ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)**

**a)** responsável pela gestão dos recursos garantidores dos planos;

**b)** responsável pela gestão da alocação dos recursos garantidores dos planos;

**c)** supervisão dos recursos garantidores dos planos;

**d)** controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos;

**e)** prestação de informações relativas à aplicação dos recursos garantidores.

## **PREMISSAS BÁSICAS**

A política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da Entidade.

Na implementação desta política, a Entidade aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

O BNY Mellon Serviços Financeiros é o Administrador Fiduciário da carteira da Entidade e responsável pela seleção, acompanhamento e avaliação dos prestadores de serviço relacionados à administração de carteiras de valores mobiliários, que é feito através de um processo robusto de due diligence. Neste processo são avaliados os processos internos dos prestadores de serviço, a qualidade dos controles, ferramentas e pessoas através de um questionário específico e caso haja necessidade é realizada uma visita in loco para atestar a aderência aos processos e controles descritos no questionário aplicado.

O Administrador Fiduciário também responde pelas técnicas e parâmetros de precificação adotados, que seguem as normas legais e regulamentares estabelecidas e os procedimentos comumente aceitos. É utilizado o preço de mercado, fornecido por fonte auditável e transparente, sempre que possível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade, por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte auditável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção de um Preço Indicativo de Mercado (PIC), conforme descrito no Manual de Precificação do Administrador.

A Carteira de investimentos utilizada pela Entidade para absorver e agregar o seu portfólio terá a gestão realizada pela Mongeral Aegon Investimentos – MAI e a custódia de seus ativos no Banco Bradesco, instituições credenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para realizarem esses serviços. Sendo assim, a Entidade será responsável pela consolidação das informações para envio à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

## **RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**

A Entidade, além de ser socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental e compromisso com suas partes relacionadas.

A Entidade aplica os recursos da Entidade; buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade, e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

## COMPOSIÇÃO DO PORTIFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos do Plano de Benefício a Entidade considera a fase em que o participante se encontra, priorizando uma gestão de recursos com foco na maximização da rentabilidade, com um nível de risco confortável. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa.

A Entidade poderá utilizar-se de posições em derivativos para fins de investimento e ou para proteção de carteira, considerando as estratégias nos diversos segmentos permitidos.

## LIMITE DE ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

### FASE DE ACUMULAÇÃO

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
<b>RENDA FIXA</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>69%</b>	<b>5,49%</b>	<b>CDI / IPCA</b>
<b>Juros</b>	<b>20%</b>	<b>85%</b>	<b>40%</b>	<b>4,70%</b>	<b>CDI</b>
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
<b>Inflação</b>	<b>10%</b>	<b>60%</b>	<b>29%</b>	<b>6,57%</b>	<b>IPCA</b>
Títulos Públicos Federais	0%	60%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	60%			
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>5%</b>	<b>30%</b>	<b>15%</b>	<b>9,94%</b>	<b>IBrX</b>
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	30%			
Cotas de Fundos de índice (ETF)	0%	30%			
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>0%</b>	<b>15%</b>	<b>8%</b>	<b>5,64%</b>	<b>CDI</b>
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	15%			
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>8%</b>	<b>10,00%</b>	<b>Global Index</b>
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%			
<b>IMÓVEIS</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>0%</b>	<b>15%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>				<b>6,53%</b>	

## FASE DE BENEFÍCIO

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Benchmark	Meta Atuarial
<b>RENDA FIXA</b>				
<b>Juros</b>	<b>0%</b>	<b>30%</b>	<b>CDI</b>	<b>INPC +4,09%</b>
Títulos Públicos Federais	0%	30%		
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	30%		
<b>Inflação</b>	<b>70%</b>	<b>100%</b>	<b>IPCA</b>	
Títulos Públicos Federais	0%	100%		
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%		

## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Alocação de Recursos (Segmentos e Carteiras de Aplicação)	Limite Inferior (%)	Limite Superior (%)	Meta de Alocação	Meta de Rentabilidade	Benchmark
<b>RENDA FIXA</b>					
<b>Juros</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>4,70%</b>	<b>CDI</b>
Títulos Públicos Federais	0%	100%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Titulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	100%			
<b>Inflação</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>IPCA</b>
Títulos Públicos Federais	0%	0%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	0%			
Titulos de Instituições Financeiras	0%	0%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	0%			
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>IBrX</b>
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	0%			
Cotas de Fundos de índice (ETF)	0%	0%			
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>CDI</b>
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	0%			
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>Global Index</b>
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	0%			
<b>IMÓVEIS</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>				<b>4,70%</b>	

## RENTABILIDADE 2019

	jan/19	fev/19	mar/19	abr/19	mai/19	jun/19	jul/19	ago/19	set/19	out/19	nov/19	dez/19	2019
<b>MA PL MONGERAL</b>	<b>3,16%</b>	<b>0,07%</b>	<b>0,51%</b>	<b>0,76%</b>	<b>1,31%</b>	<b>1,67%</b>	<b>0,98%</b>	<b>0,21%</b>	<b>1,47%</b>	<b>1,29%</b>	<b>0,03%</b>	<b>1,41%</b>	<b>13,61%</b>
Segmento Renda Fixa	2,08%	0,37%	0,49%	0,75%	1,32%	1,34%	0,71%	-0,28%	2,12%	2,39%	-1,63%	1,36%	11,52%
Segmento Renda Variável	10,24%	-1,86%	0,84%	1,02%	1,42%	4,21%	3,46%	0,81%	2,31%	1,73%	2,59%	8,73%	41,04%
Segmento Investimentos Estruturados	1,18%	0,30%	0,34%	0,36%	0,74%	0,92%	0,67%	0,06%	0,50%	0,82%	-0,26%	0,96%	6,78%
Segmento Investimentos no Exterior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,31%	-1,00%	2,17%	3,68%	-1,13%	4,00%	-0,96%	11,40%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>MA PL PGA</b>	<b>3,16%</b>	<b>0,07%</b>	<b>0,51%</b>	<b>0,76%</b>	<b>1,31%</b>	<b>1,77%</b>	<b>1,04%</b>	<b>0,24%</b>	<b>0,19%</b>	<b>1,24%</b>	<b>0,14%</b>	<b>1,41%</b>	<b>10,52%</b>
Segmento Renda Fixa	2,08%	0,37%	0,49%	0,75%	1,32%	1,36%	0,70%	-0,09%	1,40%	1,55%	-0,81%	0,96%	10,52%
<b>Taxa SELIC</b>	<b>0,54%</b>	<b>0,49%</b>	<b>0,47%</b>	<b>0,52%</b>	<b>0,54%</b>	<b>0,47%</b>	<b>0,57%</b>	<b>0,50%</b>	<b>0,46%</b>	<b>0,48%</b>	<b>0,38%</b>	<b>0,37%</b>	<b>5,95%</b>

## DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO – DI

RELATÓRIO DE RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	
ENTIDADE: MONGERAL	REFERÊNCIA 12/2019
PLANO DE BENEFÍCIO: MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO - PB MONGERAL	
<b>CONSOLIDAÇÃO CONTÁBIL</b>	<b>Valor em R\$</b>
Total Demonstrativo de Investimentos:	61.868.308,40
Total Recursos do Plano (Fonte balancete):	61.868.308,40
Diferença:	0,00
<b>DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - CARTEIRA PRÓPRIA - TOTAL</b>	<b>979.590,71</b>
Depósitos:	203.391,18
Títulos Públicos:	
Títulos Privados:	
Ações:	
Operações Compromissadas:	
Participação em SPE:	
Derivativos Opções:	
Derivativos Termos:	
Derivativos Futuros:	
Derivativos Swaps:	
Empréstimos/Financiamentos:	771.894,82
Carteira Imobiliária:	
Valores a Pagar/Receber:	4.304,71
Exigível Contingencial/Investimentos	
<b>DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS - FUNDOS (1º NÍVEL) - TOTAL</b>	<b>60.888.717,69</b>
MONGERAL AEGON INFLAÇÃO REF	1.487.377,94
MONGERAL AEGON INSTITUCIONAL	
MONGERAL MACRO FIC DE FIM	55.135.863,12
BAHIA MARAU FIC DE FIM	3.376.424,97
AZ QUEST TOTAL RETURN FIC DE FIM	641.331,89
MONGERAL AEGON MULTIPREV INSTITUCIONAL	247.719,77



## **PARECER ATUARIAL**

### **OBJETIVO**

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria nº 1106 de 23 de Dezembro de 2019, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do Plano de Benefícios Mongeral – Plano Mongeral, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

O Plano Mongeral é estruturado na modalidade de Contribuição Definida não possuindo riscos atuariais envolvidos nos encargos dos benefícios de Aposentadoria, Invalidez e Pensão oferecidos no plano. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

O Plano de Benefícios Mongeral oferece aos seus participantes um valor de Benefícios Mínimo na data de cálculo da concessão de Aposentadoria Normal ou Antecipada, para aqueles participantes que possuírem Salário Real de Contribuição menor ou igual a 5 unidades Salariais. O valor desse benefício no plano é mensurado através do método de financiamento agregado, com influência da inflação da resolução Nº 4.582 de 26 de junho de 2017 do Banco Central do Brasil sobre o Salário real de Benefício (SRB), e seu custeio é realizado integralmente pela patrocinadora desde a constituição do Plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Patrocinadores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

### **BASE CADASTRAL**

A base cadastral com data-base em 31/12/2019 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2019. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

## ESTATÍSTICAS

### Participantes Ativos

Item	2018	2019
Número de participantes ativos (*)	1.310	1.488
Idade média (anos)	37,00	38,00
Média da expectativa de vida (anos)	49,00	48,43
Folha de salário mensal (R\$) **	R\$ 7.347.297,83	R\$ 7.591.029,47
Remuneração média (R\$)	R\$ 5.608,62	R\$ 6.283,96

(\*) Quantidade contemplam participantes aguardando resgate, licenciados, BPDs e Autopatrocinados.

(\*\*) Referente aos participantes ativos nas patrocinadoras.

Percebe-se que no que tange aos participantes ativos no plano, teve um acréscimo no número de participantes em 2019 na ordem de 13,59% quando comparado ao quantitativo de participantes ativos do ano de 2018. Houve ainda variação positiva da folha de salário mensal na ordem de 3,32% e da remuneração média em 12,04%.

### Participantes Assistidos

Item	2018	2019
Número de participantes assistidos	5	5
Idade média (anos)	61	62
Média da expectativa de vida (anos)	26	25
Folha de benefício mensal (R\$)	R\$ 16.701,28	R\$ 16.105,23
Benefício médio (R\$)	R\$ 3.340,26	R\$ 3.221,05

Durante o exercício de 2019 não foram concedidos benefícios de prestação continuada.

## HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2019:

- a) Taxa Real de Juros: 4,09% a.a.
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F Suavizada 10%; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%.
- d) Indexador do Plano: IPCA – IBGE; e
- e) Crescimento Real de Salários: 2,48% a.a.

Apresentamos através do Parecer sobre as Premissas Atuariais 14/2019 posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano Mongeral.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida como meta atuarial do plano de benefícios.

A taxa de juros de 4,09% a.a. irá vigorar a partir de 01/04/2020. Como no Plano Mongeral a taxa de juros é utilizada na concessão e no recálculo dos benefícios realizamos a análise do impacto da alteração da taxa de juros de 4,19% a.a. para 4,09% a.a. nos atuais benefícios de prestação continuada, sendo por prazo determinado a única forma de recebimento que utiliza a taxa de juros em sua formulação matemática. Considerando a base de assistidos e pensionistas em dezembro 12/2019, recalculamos seus benefícios considerando as duas taxas de juros e os resultados observados foram uma redução média de 0,50% nos benefícios dos assistidos, podendo ser amenizada pela rentabilidade do plano, caso essa supere o índice de referência até a data dos respectivos recálculos.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

## REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano Mongeral, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual, com exceção do Benefício Mínimo que utiliza o método de financiamento agregado. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das

Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2019, sendo a parcela CD dessas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

O Benefício Mínimo dos participantes ativos foi mensurado através do método de financiamento agregado e seu custeio é realizado integralmente pela patrocinadora desde a constituição do plano.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada devem ter seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

## CUSTEIO DO PLANO

As contribuições destinadas ao custeio previdencial do Plano Mongeral serão vertidas pelos participantes e patrocinadores na forma prevista no regulamento do Plano.

Os participantes contribuirão com percentual do salário de acordo com a tabela abaixo, observando o valor mínimo de contribuição.

Faixa Etária do Participante	Percentual Salário
Até 29 anos	3,00%
De 30 a 39 anos	3,50%
De 40 a 49 anos	4,00%
De 50 a 59 anos	4,50%
A partir 60 anos	5,00%

A patrocinadora contribuirá proporcionalmente a contribuição do participante de acordo com o tempo de serviço na patrocinadora, conforme a tabela abaixo:

Tempo de serviço na patrocinadora	Percentual Salário
Até 9 anos	50,00%
De 10 a 19 anos	100,00%
Acima 20 anos	150,00%

O custeio administrativo definido no orçamento anual será pago integralmente pela patrocinadora, exceto na hipótese de que trata o artigo 21 do Regulamento do Plano.

O custeio do benefício mínimo também é arcado integralmente pelo patrocinador conforme art.20 do regulamento.

## PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano Mongeral em 31/12/2018, para fim de comparação, e em 31/12/2019, data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2018	2019
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 51.935.422,60	R\$ 61.788.728,66
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 50.871.117,94	R\$ 60.642.102,03
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 1.480.827,68	R\$ 1.457.715,00
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 1.480.827,68	R\$ 1.457.715,00
2.3.1.1.01.02	Benefício Definido Estruturado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 49.390.290,26	R\$ 59.184.387,03
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 49.214.628,88	R\$ 59.013.161,43
2.3.1.1.02.01.01	Patrocinador	R\$ 17.157.365,17	R\$ 20.906.026,20
2.3.1.1.02.01.02	Participantes	R\$ 32.057.263,71	R\$ 38.107.135,23
2.3.1.1.02.02	Benefício Definido Estruturado	R\$ 175.661,38	R\$ 171.225,60
2.3.1.1.02.02.01	VABF - Benefício Mínimo	R\$ 175.661,38	R\$ 171.225,60
2.3.1.1.02.02.02	VACF - Benefício Mínimo	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 1.064.304,66	R\$ 1.146.626,63
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 1.064.304,66	R\$ 1.146.626,63
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 1.064.304,66	R\$ 1.146.626,63
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 35.132,28	R\$ 34.245,12
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	R\$ 1.029.172,38	R\$ 1.112.381,51
2.3.2	Fundos	R\$ 2.327.377,95	R\$ 647.669,34
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 2.142.022,49	R\$ 430.605,42
2.3.2.1.01	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	R\$ 2.020.761,99	R\$ 309.344,92
2.3.2.1.02	Revisão de Plano	R\$ 121.260,50	R\$ 121.260,50
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 185.355,46	R\$ 217.063,92

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas passou a ser de 97,60% em função do consumo do saldo por parte dos assistidos.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2019 aumentou em 18,97%, com relação ao encerramento do exercício 2018. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2018 pelo IPCA acumulado no ano de 2019 teríamos um valor 12,32% menor do que o observado em 2019. O patrimônio do encerramento de 2018 atualizado pelo índice de referência do plano (IPCA + 4,38% a.a. de 01/2019 a 03/2019 e 4,19% a.a. de 04/2019 a 12/2019) apresenta um resultado inferior em 8,61% com relação ao patrimônio do encerramento do exercício de 2019.

Analisando o exercício de 2019, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 12,49%, enquanto o índice de referência montou em 8,73%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pelo plano foi superior em 3,46% (p.p.), em relação ao respectivo índice. Da mesma forma, a inflação acumulada no mesmo período foi de 4,31%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de 7,84%.

O superávit do Plano Mongeral apresentou uma variação de 7,73% com relação ao encerramento do exercício anterior, a variação do superávit é composta pela rentabilidade obtida no patrimônio do plano e pela variação da Provisão Matemática referente ao Benefício Mínimo.

O valor presente atuarial referente a obrigação com o Benefício Mínimo se mostrou inferior ao superávit técnico acumulado no plano, demonstrando desta forma não ser necessária a cobrança de novas contribuições referentes a cobertura deste encargo ao patrocinador.

O valor do ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC 30/2018, corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos. Anteriormente à destinação do superávit, o valor do ajuste de precificação negativo será deduzido da reserva especial, para fins de cálculo do montante a ser destinado.

Ressalte-se que o ajuste está restrito aos títulos descritos acima cujos prazos e montantes de recebimento de principal e juros sejam iguais ou inferiores aos prazos e montantes de pagamentos de benefícios que tenham seu valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

O Plano de Benefícios Mongeral não registrou investimentos em títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento na data base de 31/12/2019.

Durante o exercício do ano de 2019 foi utilizado o valor do fundo previdencial de revisão de plano, constituído no encerramento do exercício de 2018, para pagamento das contribuições das patrocinadoras do Plano Mongeral, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O Plano Mongeral encerrou os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 com reserva especial. De acordo com §4º do artigo 21 da Resolução CNPC 30/2018, deve ser integralmente destinado o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios. Desta forma em 31/12/2019 foi constituído fundo previdencial para alocação do valor de reserva especial comum aos três últimos exercícios no montante de R\$121.260,50, sendo necessária, no decorrer do exercício de 2020, a aprovação pelos órgãos de governança da Entidade de um plano para utilização destes recursos.

## **CONCLUSÃO**

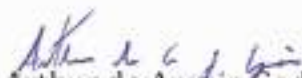
O Plano Mongeral, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2019 resultado de superávit técnico.

A duração do passivo do plano foi avaliada de acordo com art. 3º da Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018, sendo utilizado o fluxo de 10 anos para duration do passivo por se tratar de um plano de Contribuição Definida.

Em cumprimento ao disposto do §4º do artigo 21 da Resolução CNPC 30/2018, foi constituído Fundo Previdencial para Revisão de Plano, sendo necessária a aprovação pelos órgãos de governança da Entidade de um plano para utilização destes recursos no decorrer do exercício de 2020.

Portanto, considerando todo o exposto no presente parecer, é coerente concluir que o Plano Mongeral se encontra em desequilíbrio técnico superavitário no valor de R\$ 1.146.626,63, sendo R\$ 34.245,12 contabilizados a título de Reserva de Contingência e R\$ 1.112.381,51 contabilizado como Reserva Especial para Revisão do Plano, conforme determinado nos artigos 15 e 16 da Resolução CNPC 30/2018.

Rio de Janeiro, 06 de março de 2020.

  
**Arthur de Araujo Godinho Luzia**  
Atuário MIBA – 2.353  
**MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras Mongeral Aegon Fundo de Pensão - Sociedade de Previdência Privada.

### **OPINIÃO**

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral Aegon Fundo de Pensão (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Mongeral Aegon Fundo de Pensão, aqui denominados de consolidado, por definição do CNPC) em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mongeral Aegon Fundo de Pensão e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

### **BASE PARA OPINIÃO**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 2020.

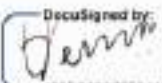
  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira  
Contador CRC 1RJ056588/O-4

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

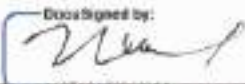
Os membros do Conselho Fiscal do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas Atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2019, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 15 de abril de 2020.

DocuSigned by:  
  
706.E.838279E6A40

---

**Eugenio Duque Estrada Felipe**  
Conselheiro Fiscal – Presidente da mesa  
CPF: 754.447.477-15

DocuSigned by:  
  
113F.A6A3C8262438

---

**Luis Felipe Brito Maciel**  
Conselheiro Fiscal – Secretário da mesa  
CPF: 013.350.697-55

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

### APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os membros do Conselho Deliberativo da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendencia Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), manifestam sua aprovação às Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2019, após procederem ao exame dos documentos previstos nos normativos regulatórios vigentes, quais sejam: o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como a manifesta o da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal, pela aprova o das Demonstrações Contábeis do exercício findo em dezembro de 2019, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprova o.

Rio de Janeiro, 16 de abril de 2020.

DocuSigned by:

*Osmar Navarini*

3E000C26E2F4410

**Osmar Navarini**

Conselheiro (Presidente)

CPF: 301.842.820-02

DocuSigned by:

*Pat cia Barbosa de Campos Lima*

AB01EG4467B4408

**Pat cia Barbosa de Campos Lima**

Conselheira (Secretária)

CPF: 000.761.436-51



GRUPO MONGERAL  AEGON

PLANO DE BENEFÍCIOS  
MONGERAL

RELATÓRIO ANUAL  
**2020**

**MAG**  
FUNDOS DE PENSÃO

GRUPO MONGERAL  AEGON

MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA.....	03
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	04
PARTICIPAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS NO PGA.....	22
GESTÃO DE PARTICIPANTES.....	23
CENÁRIO ECONÔMICO.....	24
POLÍTICA DE INVESTIMENTOS.....	26
PARECER ATUARIAL.....	29
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES.....	36
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	39
MANIFESTAÇÃO CONSELHO DELIBERATIVO.....	40

No ano de 2020 enfrentamos a pandemia do coronavírus com constante monitoramento e avaliação quanto a eventuais impactos econômicos e financeiros.

Contudo, a pandemia não foi capaz de frear nosso crescimento, com a continuidade na busca do aperfeiçoamento e na modernização de nossos sistemas operacionais, com o lançamento de um novo site, com mais funcionalidades e recursos atendendo a todos os parâmetros e especificações da legislação, porém moderno e muito atrativo.

Concretizamos ao projeto iniciado em 2019, com a implementação da carteira de empréstimos, no segmento de Operações com Participantes, operando e beneficiando todos participantes. Com taxas de juros remuneratórias menor que as demais taxas oferecidas por instituições financeiras, o que já demonstra grande vantagem, não só para o tomador do empréstimo quanto para o fundo de pensão, que garante a rentabilidade no longo prazo acima do índice de referência do plano.

Com objetivo de modernização do plano e o aumento da atratividade para os atuais e futuros participantes, foram realizadas alterações no Regulamento do Plano de Benefícios Mongeral, como o redimensionamento dos custos previdenciários, aprimoramento das opções de coberturas oferecidas, previsão de contribuição esporádica para participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Autopatrocínados, alteração da elegibilidade a aposentadoria normal e antecipada e demais alterações, cuja íntegra encontra-se disponível para consulta em nosso site, e faz parte integrante da proposta submetida a aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Houve incremento do Programa de Educação Financeira e Previdência, em contínua ampliação já iniciada em 2019, cujo enfoque permanece na Longevidade, envolvendo assuntos não só ligados ao tema, mas também relacionados a realidade atual e as necessidades que envolvem os objetivos relativos à poupança de longo prazo.

Em 2021 buscamos o crescimento e a ampliação de projetos, entre eles o lançamento do Plano Família MAG, segundo modelo instituído setorial adotado pela Abrapp para todo segmento, benefício voltado para a adesão dos familiares de nossos participantes e assistidos, já em desenvolvimento e com grande potencial de crescimento, conforme estudo de viabilidade sempre com o objetivo de fortalecer a sustentabilidade da entidade e aumentar os serviços, com ampla e vasta informação aos participantes, com o foco na qualidade e na inovação.

**Boa Leitura!**

**Diretoria Executiva**



Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019		2020	2019
<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
Disponível	441	786	Exigível operacional	423	434
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>100.671</b>	<b>97.229</b>	Gestão Previdencial	273	376
Gestão Previdencial	730	451	Gestão Administrativa	5	4
Gestão Administrativa	22	22	Gestão de Investimentos	145	54
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>99.919</b>	<b>96.756</b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>100.689</b>	<b>97.581</b>
Titulos públicos (Nota 4.1)	2.694	2.576	Patrimônio de cobertura do plano (Nota 5)	99.763	96.719
Ações (Nota 4.1)	3.987	0	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>99.488</b>	<b>94.102</b>
Fundos de investimentos (Nota 4.1)	92.578	93.398	Benefícios concedidos	19.094	18.054
Empréstimos (Nota 4.2)	660	772	Benefícios a conceder	80.394	76.048
Doutros realizáveis	0	10	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>275</b>	<b>2.617</b>
			Resultados realizados		
			Superávit técnico acumulado	275	2.617
			<b>FUNDOS (NOTA 6)</b>	<b>926</b>	<b>862</b>
			Fundos previdenciais	647	541
			Fundos administrativos	279	321
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>101.112</b>	<b>98.015</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>101.112</b>	<b>98.015</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

Plano de Benefícios Mongeral

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	97.581	86.763	12,47
<b>1. ADIÇÕES</b>	11.467	20.582	(44,29)
Contribuições previdenciais	9.631	7.994	20,48
Resultado positivo líquido dos investimentos – gestão previdencial	1.308	11.970	(89,07)
Receitas administrativas	524	596	(12,08)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	4	22	(81,82)
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	(8.359)	(9.764)	(14,39)
Benefícios	(7.789)	(9.195)	(15,29)
Despesas administrativas	(570)	(569)	0,18
<b>3. ACRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)</b>	3.108	10.818	(71,27)
Provisões matemáticas	5.386	11.234	(52,06)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(2.342)	1.220	(291,97)
Fundos previdenciais	106	(1.686)	(106,29)
Fundos administrativos	(42)	50	(184,00)
<b>B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	100.689	97.581	3,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>			
<b>1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	528	617	(14,42)
<b>1.1. RECEITAS</b>	528	617	(14,42)
Custeio administrativo da gestão previdencial	491	500	(1,80)
Custeio administrativo dos investimentos	33	95	(65,26)
Resultado positivo líquido dos investimentos	4	22	(81,82)
<b>2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	(570)	(568)	0,35
<b>2.1. ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL</b>	(537)	(472)	13,77
Treinamentos, congressos e seminários	(14)	(9)	55,56
Serviços de terceiros	(451)	(414)	8,94
Despesas gerais	(39)	(14)	178,57
Tributos	(33)	(35)	(5,71)
<b>2.2. ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS</b>	(33)	(96)	(65,63)
Serviços de terceiros	(33)	(95)	(65,26)
Tributos	0	(1)	(100,00)
Tarifa Bancária	(33)	0	0,00
<b>6. SOBRA (INSUFICIÊNCIA) DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1+2)</b>	(42)	49	(185,71)
<b>7. CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO) DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)</b>	(42)	49	(185,71)
<b>B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7)</b>	279	321	(13,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Plano de Benefícios Mongeral

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	62.220	54.078	15,06
<b>1. ADIÇÕES</b>	7.277	11.898	(33,84)
Contribuições	7.101	5.068	40,11
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	176	6.830	(97,42)
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	(2.840)	(3.756)	(24,39)
Benefícios	(2.449)	(3.369)	(27,31)
Custeio administrativo	(391)	(387)	1,03
<b>3. ACRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>	4.437	8.142	(45,50)
Provisões matemáticas	5.474	9.771	(43,98)
Fundos previdenciais	79	(1.711)	(104,62)
Superávit (déficit) técnico do exercício	(1.116)	82	(1.460,98)
<b>B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	66.657	62.220	15,05
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	190	217	12,44
<b>FUNDOS ADMINISTRATIVOS</b>	190	217	12,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Demonstração do Ativo Líquido

Plano de Benefícios  
Mongeral

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>1. ATIVOS</b>	66.938	62.528	7,05
Disponível	0	203	(100,00)
Recebível	910	660	37,88
Investimento	66.028	61.665	7,08
Ações	3.171	0	100,00
Fundos de investimentos	62.197	60.889	2,15
Empréstimos	660	772	(14,51)
Outros Realizáveis	0	4	(100,00)
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	91	91	(0,00)
Operacional	91	91	(0,00)
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	190	217	(12,44)
Fundos administrativos	190	217	(12,44)
<b>5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)</b>	66.657	62.220	7,13
Provisões matemáticas	66.116	60.642	9,03
Superávit técnico	39	1.147	(96,60)
Fundos previdenciais	502	431	16,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)

	2020	2019	VARIAÇÃO (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4)</b>	66.748	62.311	7,12
<b>1. PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	66.116	60.642	9,03
1.1. Benefícios concedidos	1.357	1.458	(6,93)
Contribuição definida	1.357	1.458	(6,93)
1.2. Benefícios a conceder	64.759	59.184	9,42
Contribuição definida	64.567	59.013	9,41
Saldo de contas - parcela patrocinador	23.140	20.906	10,69
Saldo de contas - parcela participantes	41.426	38.107	8,71
Benefício definido	193	171	12,87
<b>2. EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	39	1.147	(96,60)
2.1. Resultados realizados	39	1.147	(96,60)
Superávit técnico acumulado	39	1.147	(96,60)
Reserva de contingência	39	34	14,71
Reserva para revisão de plano	0	1.113	(100,00)
<b>3. FUNDOS</b>	502	431	16,47
3.1. Fundos previdenciais	502	431	16,47
<b>4. EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>	91	91	0,00
4.1. Gestão previdencial	74	37	100,00
4.2. Gestão de investimentos	17	54	(68,52)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mongeral Aegon Fundo de Pensão (“Entidade” ou “MAFP”) foi instituída como entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, de fins previdenciários e não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito privado, com o objetivo de administrar, instituir, executar e operar planos de benefícios de caráter previdenciário. O início de suas atividades se deu em 1º de novembro de 2005, aprovado pela Portaria nº 105 da Secretaria de Previdência Complementar, de 24 de agosto de 2004.

É qualificada como multiplano, administrando plano ou conjunto de planos de benefícios para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial. Por congregar mais de um patrocinador ou instituidor, a Mongeral Aegon Fundo de Pensão é qualificada como multipatrocinada.

Na implantação da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, em novembro de 2005, foi transferido para esta entidade o Plano de Benefícios nº 3 (CNPB nº 199700792), anteriormente administrado pelo Icatu Hartford Fundo de Pensão, e naquela mesma época houve a transferência do saldo dos recursos coletados no Icatu Hartford Fundo de Pensão para a Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

Em 16 de dezembro de 2011, através do Ofício nº 5.474/CGAF/DITEC/PREVIC, foi aprovada a implantação do Plano de Benefícios Previdenciários dos Militares Estaduais - Plano ABEPOMPREV (CNPB 2011002419), através de convênio de adesão da Associação Beneficente dos Militares Estaduais - ABEPOM, na condição de instituidora do referido Plano.

Em 21 de junho de 2012, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 331, foi aprovada a implantação do Plano de Benefícios Previdenciários Contábil Prev (CNPB 2012001238), através de convênio de adesão da Federação dos Contabilistas do Estado de Rio Grande do Sul - FEDERACON, na condição de instituidora do referido Plano.

Em 24 de dezembro de 2013, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 721, foi aprovado o regulamento do Plano de Benefícios TECPrevi (CNPB 2013002319), através de convênio de adesão da Acate Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia e suas Associadas, na condição de patrocinadoras do referido Plano.

Em 13 de janeiro de 2016, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 23, foi aprovada a transferência de gerenciamento do Plano Prevtran (CNPB 2010004183) da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social para o Mongeral Aegon Fundo de Pensão, através de convênio de adesão da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina e da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina instituidoras do referido Plano.

A Entidade administra atualmente o Plano de Benefícios nº 3 (CNPB nº 199700792) na modalidade de contribuição variável, o Plano de Benefícios Mongeral (CNPB nº 2006004638), ABEPOMPREV (CNPB nº 2011002419), Prevtran (CNPB nº 201004183), Contábil Prev (CNPB nº 2012001238) e TECPrevi (CNPB 2013002319), nas modalidades de Contribuição Definida.

#### APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE E CONTEXTO OPERACIONAL

PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE	PATROCINADOR/INSTITUIDOR
PB Mongeral	2006004638	Contribuição Definida	MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A MONGERAL AEGON ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS LTDA MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS LTDA LONGEVITY SERVICES CONSULTORIA E SERVICOS LTDA WINSOCIAL MAG PAGAMENTOS

### 1.1 Impactos causados pela COVID-19

A pandemia do novo coronavírus (COVID-19) afetou as economias globais, não sendo diferente no mercado interno brasileiro, em março de 2020 quando o Brasil adotou medidas enérgicas para o controle da COVID-19, o mercado financeiro foi o primeiro a sentir os efeitos colaterais.

Nos três primeiros meses de 2020 o IBOVESPA teve um desempenho negativo sendo o acumulado no período foi de -36,86% encerrando o ano com rentabilidade de 2,92%. Paralelo a este movimento do mercado de capitais, o governo já havia traçado estratégias para o controle da inflação com a redução da SELIC em 2020 saindo de um patamar de 4,50% em janeiro para 2,00% em dezembro, ou seja, o que se via era uma recessão econômica iminente.

A crise econômica afetou os investimentos das EFPC, que não obtiveram resultados satisfatórios para atender as exigências atuariais, o resultado ficou abaixo das expectativas da meta atuarial ou do índice de referência, dependendo do plano.

No MAFP não foi diferente o resultado embora positivo, ficou abaixo do esperado, para os planos administrados. Estratégias foram traçadas com o gestor da carteira durante o ano, para absorver os impactos negativos.

## 2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 29 de 18 de abril de 2018, a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações, sendo a mais recente a Instrução PREVIC nº 11 de 3 de dezembro de 2018, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11, Resolução CNPC nº 12 de 19 de agosto de 2013.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

As demonstrações contábeis, consolidadas e por plano, elaboradas e encaminhadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, são as seguintes:

- Balanço Patrimonial - Consolidado
- Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – Consolidada
- Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Consolidada
- Demonstração da Mutações do Ativo Líquido por plano de Benefícios
- Demonstração do Ativo Líquido por plano de Benefícios
- Demonstração das Provisões Técnicas dos planos de benefícios



As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

- **Gestão previdencial**

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

- **Gestão administrativa**

Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

- **Investimentos**

Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

Todos os recursos que transitam pela Entidade têm sua origem nos planos previdenciais e são segregados por plano de acordo com sua origem e aplicação, assim, os recursos garantidores de cada plano são apurados de acordo com a movimentação financeira. A contabilização é segregada por plano através de balancetes individuais que são consolidados para um acompanhamento global.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 31 de março de 2021.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas podem ser resumidas como segue:

#### a) Elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC).

Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar.

Como consequência, (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo “Ativo Realizável”, (III) o “Ativo Permanente” abrange somente os bens utilizados na operação da Entidade, (IV) os resultados de exercícios futuros estão segregados de acordo com as suas origens, em cada segmento, (V) o grupo “Provisões Matemáticas” representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Entidade junto aos seus participantes.

A escrituração contábil é feita pelo regime de competência, à exceção das contribuições de autopatrocinados e de participantes e instituidores vinculados aos planos de instituidores, estruturados na modalidade de contribuição definida, que são operações registradas pelo regime de caixa, e obedecem à planificação de contas padrão em vigor para as entidades fechadas de previdência complementar (Resolução CNPC Nº 29 de 18 de abril de 2018, Art. 10 parágrafo 1º).

#### b) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As contribuições de autopatrocinados são registradas pelo regime de caixa.

#### c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis certos valores são registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões matemáticas, o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, entre outros. A Entidade revisa periodicamente tais estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

#### **d) Realizável**

- **Gestão previdencial**

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

- **Gestão administrativa**

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- **Investimentos**

Em atendimento à Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

- i) Títulos para negociação**

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

- ii) Títulos mantidos até o vencimento**

Registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de resgatá-los somente no vencimento. Os rendimentos incorridos até a data do balanço, de acordo com seus índices de correção, são apropriados no resultado do exercício.

Em 2020 não houve reclassificação de Títulos Públicos. Os estudos indicam capacidade de manutenção dos referidos valores até a sua liquidação.

#### **e) Custódia de títulos**

A carteira de investimentos da Entidade é terceirizada. Os ativos encontram-se consolidado pelo custodiante BNY Mellon Banco S.A. e custodiados nas seguintes “clearings”: Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados – CETIP; Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC; e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

#### **f) Exigível operacional**

Registra os valores a pagar assumidos pelos planos previdenciais e pelo Plano de Gestão Administrativa.

#### **g) Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário habilitado e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício segregados por plano de benefício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade, vigentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019, que incluem os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, na forma prevista na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, institutos esses regulamentados pela Resolução CGPC nº 06, de 30 de outubro de 2003.

#### **h) Equilíbrio Técnico**

Apresentação do resultado entre o total dos recursos garantidores de um plano de benefícios, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

- **Superavit/Deficit técnico acumulado**

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes).

Quando a diferença entre os ativos e os compromissos do plano de benefícios é positiva, implica dizer que o plano apresenta um superávit. Já quando ocorre o contrário, diz-se que ocorreu um déficit, o qual vem representar a insuficiência de recursos para cobertura de compromissos do plano.

No caso de superávit, o resultado positivo será contabilizado na conta de Reserva de Contingência, até o limite definido pela legislação. O valor que exceder a tal limite deverá ser contabilizado na conta de Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios.

## **i) Fundos**

### **• Fundos Previdenciais – Parcela Patronal**

É composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para a redução de contribuições futuras da patrocinadora.

### **• Fundos Previdenciais - Diferenças de Cotas**

Constituído nos planos conforme nota técnica atuarial e representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com a cota menor do mês anterior. Os valores acumulados serão utilizados para cobrir eventuais diferenças de rentabilidade negativas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com a cota maior do mês anterior.

### **• Fundos administrativos**

Corresponde ao valor apurado decorrente das sobras, entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais, o rendimento da aplicação dos recursos administrativos e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para custear as despesas administrativas do exercício subsequente.

## **j) Imposto de renda e PIS/COFINS**

### **• Impostos de renda**

Com advento da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005, o imposto de renda na fonte incide sobre os benefícios e resgates pagos aos participantes dos planos estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, de acordo com a opção realizada pelo participante e regras dispostas na Lei, ocorrem da seguinte forma:

- i) Por tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios.
- ii) Por tabela progressiva do imposto de renda retido na fonte para as pessoas físicas.

• PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

## 4. INVESTIMENTOS

A Gestão dos recursos garantidores da Entidade, sob responsabilidade da Mongeral Aegon Investimentos Ltda., seguem as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais, em especial a Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018, bem como a Política de Investimentos, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, que determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas.

### 4.1 Carteira de Investimentos

A carteira de investimentos consolidada e por plano de benefícios é composta como segue:

	2020							
	PB Mongeral	PB Nº3	PGA	ABEPOM PREV	CONTÁBIL PREV	PREVTRAN	TEC PREVI	Consolidado
<b>Títulos Públicos</b>	-	<b>2.694</b>	-	-	-	-	-	<b>2.694</b>
Títulos Públicos federais	-	2.694	-	-	-	-	-	2.694
NTN – Série B	-	2.694	-	-	-	-	-	2.694
<b>Ações</b>	<b>3.171</b>	-	-	<b>531</b>	<b>39</b>	<b>139</b>	<b>107</b>	<b>3.987</b>
Bovespa Cód.PFIN11 Papel PNE	3.171	-	-	531	39	139	107	3.987
<b>Fundos de investimentos</b>	<b>62.197</b>	<b>14.683</b>	<b>170</b>	<b>10.050</b>	<b>773</b>	<b>2.653</b>	<b>2.052</b>	<b>92.578</b>
<b>Renda Fixa</b>	<b>2.416</b>	<b>14.683</b>	<b>170</b>	<b>287</b>	-	<b>281</b>	-	<b>17.837</b>
Mongeral Aegon Inflação Instit	1.358	14.634	-	287	-	281	-	16.279
Mongeral Aegon Institucional	1.058	49	170	-	-	-	-	1.277
<b>Multimercado</b>	<b>59.781</b>	-	-	<b>9.763</b>	<b>773</b>	<b>2.372</b>	<b>2.052</b>	<b>74.741</b>
Mongeral Aegon Multimercado	-	-	-	-	-	-	-	-
Mongeral Aegon Multiprev	59.781	-	-	9.763	773	2.372	2.052	74.741
<b>Total</b>	<b>65.368</b>	<b>17.377</b>	<b>202</b>	<b>10.581</b>	<b>812</b>	<b>2.792</b>	<b>2.159</b>	<b>99.259</b>

	2019							
	PB Mongeral	PB N°3	PGA	ABEPOM PREV	CONTÁBIL PREV	PREVTRAN	TEC PREVI	Consolidado
<b>Títulos Públicos</b>	-	2.576		-	-	-	-	2.576
Títulos Públicos federais	-	2.576	-	-	-	-	-	2.576
NTN – Série B	-	2.576	-	-	-	-	-	2.576
<b>Fundos de investimentos</b>	60.888	14.752	202	10.808	789	3.767	2.192	93.398
<b>Renda Fixa</b>	1.487	14.752		387	-	306		16.932
Mongeral Aegon Inflação Instit	1.487	14.737		387	-	306	-	16.917
Mongeral Aegon Institucional	-	15		-	-	-	-	15
<b>Multimercado</b>	59.401		202	10.421	789	3.461		76.466
Mongeral Aegon Mutimercado	-	-	202	-	-	-	-	202
Mongeral Aegon Macro FIC	3.376	-	-	482	34	220	106	4.218
Mongeral Aegon Multiprev	55.136	-	-	9.757	742	3.162	2.047	70.844
Bahia Marau FIC FIM	641			135	10	61	30	877
AZ Quest Total Return FIC FI	248			47	3	18	9	325
<b>Total</b>	60.888	17.328	202	10.808	789	3.767	2.192	95.974

#### 4.1.1 Títulos mantidos até o vencimento

É demonstrada a seguir a composição analítica dos títulos mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020			
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		800	2.694	3.489
<b>Títulos Públicos</b>		-	2.694	3.489
<b>Títulos Públicos Federais</b>		-	2.694	3.489
<b>Notas do Tesouro Nacional - B</b>		-	2.694	3.489
B40103A 15/08/2022 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,29	250	870	955
B40944 15/05/2035 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,44	350	1.161	1.578
B42377A 15/08/2050 aquisição 17/12/2013	IPCA+6,42	200	663	956

	2019			
	Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>		800	2.576	3.298
<b>Títulos Públicos</b>		-	2.576	3.298
<b>Títulos Públicos Federais</b>		-	2.576	3.298
<b>Notas do Tesouro Nacional - B</b>		-	2.576	3.298
B40103A 15/08/2022 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,29	250	832	916
B40944 15/05/2035 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,44	350	1.110	1.467
B42377A 15/08/2050 aquisição 17/12/2013	IPCA+6,42	200	634	915

## 4.2 Empréstimos e Financiamentos Imobiliários

Empréstimos e financiamentos imobiliários é um segmento da linha de Investimentos, do grupo Operações com Participantes, previsto na Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018, bem como na Política de Investimentos da Entidade, até o limite de 15% dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas dos planos.

Em reunião da diretoria executiva realizada em 26/04/2019, foi apresentado e aprovado o estudo para a implementação da carteira de empréstimo no segmento de operações com participantes criando um “projeto piloto”.

Em maio de 2019 a diretoria executiva aprovou o “projeto piloto” que servirá de base para a implantação da carteira de empréstimo.

No mês de julho de 2019 foi autorizado a concessão de empréstimo na modalidade pré-fixado com taxa de juros 0,90% ao mês sem correção, e em agosto do mesmo ano a concessão na modalidade pós- fixado com taxa de juros escalonada conforme abaixo corrigidas pelo INPC defasado de dois meses.

### Taxas escalonadas

PRAZO CONTRATADO	TAXA MENSAL
1 a 24 meses	0,5483%
25 a 48 meses	0,5550%
49 a 72 meses	0,5625%
73 a 96 meses	0,5692%

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a carteira de empréstimos é composta como segue:

	PB MONGERAL	
	2020	2019
<b>Empréstimos</b>	<b>660</b>	<b>772</b>
Principal	660	772



## 5. CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO

A Mongeral Aegon Fundo de Pensão tem como administrador fiduciário o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. cujos serviços encontram-se estabelecidos no contrato celebrado entre as partes. Sobre os serviços pactuados no contrato, a Entidade irá remunerar o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. a uma taxa de administração 0,03% a.a. (0,05% a.a. em 2019), sobre a parcela diária do patrimônio líquido da carteira, cumulativa durante o mês, paga até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente.

## 6. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para fins de consolidação das demonstrações contábeis, o equilíbrio técnico e a Participação no Plano de Gestão Administrativa – PGA são eliminados através de Balancete de Operações comuns.

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	2020	2019
1	Ativo	-	-
1.2	Realizável	-	-
1.2.2	Gestão administrativa	-	-
1.2.2.3	Participação no plano de gestão administrativa	279	321
1.2.2.3.01	Participação no PGA	(279)	(321)
2	Passivo	-	-
2.3	Patrimônio social	-	-
2.3.1	Patrimônio de cobertura do plano	-	-
2.3.1.2	Equilíbrio técnico	-	-
2.3.1.2.01	Resultados realizados	-	-
2.3.1.2.01.01	Superávit técnico acumulado	-	-
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	-	-
2.3.1.2.01.01.02	Reserva especial para revisão de plano	-	-
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit técnico acumulado	-	-
2.3.2	Fundos	-	-
2.3.2.2	Fundos administrativos	279	321
2.3.2.2.02	Participação no fundo administrativo PGA	(279)	(321)

## 7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Não existem contingências mensuráveis e/ou conhecidas que possam resultar em provisões para perdas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.

DocuSigned by:  
*Luis Ricardo Marcondes Martins*  
E6BA2412F370418...

Luis Ricardo Marcondes Martins  
Diretor Superintendente  
CPF 104.904.438-00

DocuSigned by:  
*Marta Almeida da Silva*  
490A6D0B1BDC43B...

Marta Almeida da Silva  
Contadora CRC-RJ 075.023/0-5  
CPF 722.624.607-44

PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS NO PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	PB MONGERAL	
	2020	2019
SALDO ANTERIOR DA PARTICIPAÇÃO NO PGA	217.063,92	185.355,46
<b>RECEITAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>358.543,26</b>	<b>417.554,51</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL	333.568,59	337.935,36
GESTÃO INVESTIMENTOS	22.465,34	64.767,41
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	2.509,33	14.851,74
<b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS</b>	<b>-385.808,79</b>	<b>-385.846,05</b>
GESTÃO PREVIDENCIAL	-363.343,45	-321.780,92
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-9.037,26	-5.830,05
SERVIÇOS TERCEIROS	-305.362,05	-281.688,02
DESPESAS GERAIS	-26.758,13	-9.892,26
TRIBUTOS	-22.186,01	-24.370,59
GESTÃO INVESTIMENTOS	-22.465,34	-64.065,13
SERVIÇOS TERCEIROS INV.	-22.465,34	-64.065,13
<b>SALDO (RECEITAS - DESPESAS)</b>	<b>-27.265,53</b>	<b>31.708,46</b>
<b>SALDO ATUAL DA PARTICIPAÇÃO PGA</b>	<b>189.798,39</b>	<b>217.063,92</b>

A Mongeral Aegon em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2020 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

DESCRIÇÃO	VALORES
*Participantes Ativos	1605
*Participantes Aposentados	6
*Benefícios de Pensão	0
*Instituidor	6
**Contribuições Recebidas	R\$ 8.107.482,97
**Portabilidades Recebidas	R\$ 2.644,17
**Pagamentos de Resgates	R\$ 1.996.522,81
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 207.591,65
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 244.933,45

\* Posição em 31/12/2020

\*\* Período de 01/01/2020 a 31/12/2020

O ano de 2020 foi um ano atípico, um acontecimento inesperado gerou diversos tipos de reações e que terá consequências ainda imprevisíveis. Um vírus oriundo da China, se espalhou pelo mundo trazendo caos mundial uma vez que a medicina não encontrou um tratamento adequado para combater o vírus que vem contagiando milhares de pessoas desde sua descoberta e grande parte das pessoas contagiadas vem a óbito.

Para tentar conter a pandemia do coronavírus, boa parte da população mundial foi submetida a medidas de isolamentos sociais (lockdown), que incluíram fechamento de escolas, comércios, interrupção da produção industrial, fechamento de fronteiras entre outras ações, provocando mudanças de hábitos e paralisando atividades econômicas no mundo todo, com estas ações houve impactos direto na economia global e diversos países entraram em recessão devido ao coronavírus.

Se por um lado a medicina titubeou até encontrar um tratamento adequado para o contágio do vírus, os governos e bancos centrais, em alguns países do mundo, foram incisivos no choque monetário, para que as consequências econômicas não fossem piores que a própria doença. Alguns países, incluído o Brasil, criaram auxílios emergenciais para manter a economia em movimento, justamente em um momento em que muito se falava que não havia mais espaço para política monetária.

Na China, onde começou a pandemia, o crescimento chinês caiu acentuadamente e encerrou o primeiro trimestre com uma contração de 6,8%. O fechamento de fábricas e plantas industriais em todo o país foi um grande golpe para o gigante asiático, que, pela primeira vez, teve números trimestrais negativos desde 1992. Embora a pandemia da covid-19 tenha prejudicado as metas de crescimento da China, neste ano, especialistas observam que a guerra comercial entre a China e os Estados Unidos ainda não foi resolvida. No país onde surgiu a covid-19, a economia está mais forte do que nunca este ano. O governo chinês registrou um crescimento de 4,9% entre julho e setembro em

comparação com o mesmo período do ano anterior.

Os Estados Unidos foi o país mais afetado pelo coronavírus, ultrapassou 19 milhões de contagiados com mais de 330 mil óbitos desde o início da pandemia. A pandemia fez com que a economia dos Estados Unidos contraísse em nível recorde, o declínio veio com a imposição de medidas de lockdown por todo o país para conter o coronavírus. A taxa de desemprego chegou a 14,7%, um dos maiores desde a grande depressão da década de 1930, entretanto o mercado de trabalho americano, recuperou cerca de metade dos 22 milhões de postos de trabalho fechados ente março e abril e a taxa caiu para 6,7% em dezembro/20. A ajuda fiscal implementada pelo Congresso ajudou os norte-americanos a se manterem à tona, e as economias acumuladas com a ajuda de cheques de estímulo e auxílio-desemprego sustentaram a economia no período crítico, mas o país encolheu 3,5% em 2020. Foi o pior resultado desde 1946, após o fim da 2ª Guerra Mundial. As eleições americanas, para presidente, bateram o recorde de participação popular, o processo foi conturbado dando vitória a Biden.

Já a economia da zona do euro encolheu 6,8% em 2020, o maior declínio trimestral já registrado pela série histórica iniciada em 1995. A atuação do poder público na Europa não se limitou à imposição e retirada de medidas de isolamento. Houve também aumento de gastos para combater a crise econômica. Na Alemanha e na França, por exemplo, os governos assumiram o pagamento de parte da folha salarial de empresas para evitar demissões. Houve também programas de crédito público em diversos países para apoiar empresas em maior dificuldade. Isso sem contar o aumento das despesas com saúde, para atender às demandas trazidas pela pandemia. A própria cúpula da União Europeia aprovou um pacote de socorro econômico aos países do bloco, com a criação de um fundo de 4,9 trilhões, à disposição dos países membros. Uma parte do dinheiro seria concedida em crédito, e a outra em doações que não precisam ser devolvidas. Em média, os países da zona do euro gastaram cerca de 4% do PIB com pacotes de estímulo fiscal em 2020.

A pandemia de coronavírus derrubou a economia global em 2020, e o Brasil não ficou imune ao abalo provocado pelas restrições impostas à atividade econômica, pela queda na renda das famílias e pelos adiamentos de investimentos e projetos empresariais e pessoais. A necessidade de isolamento social para conter o avanço da Covid-19 fez os principais setores da economia entrarem em queda livre. As principais medidas de resgate tomadas pelo governo durante a crise focaram no incentivo ao consumo. A política monetária promovida pelo Banco Central visou ampliar o mercado de crédito para atenuar os efeitos da pandemia sobre as empresas do país, a taxa Selic alcançou o seu recorde histórico de 2% ao ano. O governo criou o Auxílio Emergencial e a permissão de saque do FGTS emergencial, para recompor as perdas de renda da população. Mesmo com estas medidas, a taxa média anual de desemprego no Brasil foi de 13,5%, a maior já registrada. O PIB também teve queda recorde, de 4,8%. Um dos fatores que explicam esses números foi o avanço da pandemia no final do ano. A partir de novembro, o número de casos e mortes pela covid-19 voltou a crescer. Outro elemento

foi a redução do auxílio emergencial, que caiu de R\$ 600 entre abril e agosto para R\$ 300 a partir de setembro. O programa foi encerrado em 31 de dezembro de 2020. Em meio ao caos econômico, o Banco Central não deixou de trabalhar pelo desenvolvimento de novas tecnologias. O lançamento do PIX, em novembro, aconteceu mesmo com todos esses eventos na economia.

A recuperação mundial da economia só terá início com a vacinação da população mundial contra o coronavírus. A China foi a 1ª a iniciar a imunização em julho. Em dezembro a vacinação ganhou força se estendendo por vários países, entretanto no Brasil que ocupava o segundo lugar em números de mortos pelo vírus, atrás dos Estados Unidos, assistia a um embate político a respeito da vacinação que teve seu desfecho no ano seguinte.

## 1 POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Documento que estabelece as bases sobre as quais os ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO – MAFP poderão ser investidos no ano de 2021- 2025.

A Política de Investimentos compreende um conjunto de diretrizes e medidas que norteiam a gestão de longo prazo dos ativos dos planos de benefícios. Combina aspectos de filosofia de investimentos e de planejamento e tem como pano de fundo o conceito de equilíbrio e perenidade do plano de benefício. Ela visa mitigar a ocorrência de desequilíbrios por meio do estabelecimento de uma composição de ativos que otimize a relação entre risco e retorno da carteira, em consonância com os objetivos do Fundo.

Essa Política é composta por elementos que compreendem a missão do Fundo, a definição de tolerância ao risco, os objetivos de investimento, a política de composição de ativos, a estrutura de gestão de investimentos e a avaliação de desempenho. A partir desses fatores é possível construir um conjunto coerente de diretrizes, que permitem uma gestão de investimentos de longo prazo e com conteúdo estratégico,

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, e as restrições específicas avaliadas.

## 2 PREMISSAS BÁSICAS

A política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO – MAFP e aprovadas pelo seu Conselho Deliberativo.

A política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

Na implementação desta política, a MONGERAL AEGON

FUNDO DE PENSÃO aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes à carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

## 3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio-ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A MAFP, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental, se eles detêm o compromisso e respeito com suas partes relacionadas.

A MAFP aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos sobre o meio ambiente e a sociedade e que gerem rentabilidade compatível com as características do investimento, assim entendidos aqueles que criam valor para todas as partes envolvidas.

## 4 COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera a fase em que o participante se encontra, priorizando uma gestão de recursos com foco na maximização da rentabilidade, com um nível de risco confortável. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderá utilizar-se de posições em derivativos para fins de investimento e ou para proteção de carteira, considerando as estratégias nos diversos segmentos permitidos.

### ALOCAÇÃO

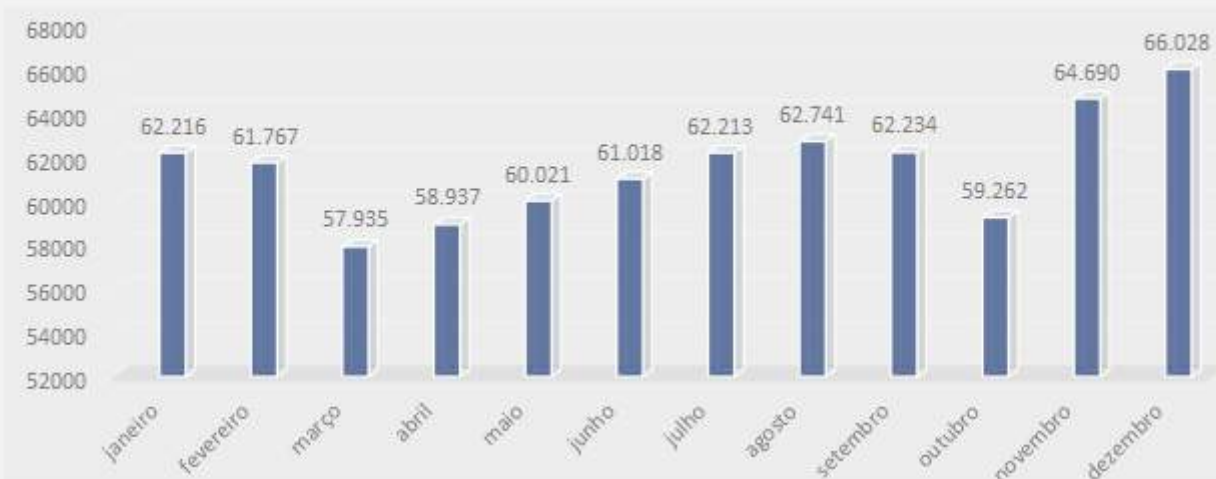
ALOCAÇÃO DE RECURSOS (SEGMENTOS E CARTEIRAS DE APLICAÇÃO)	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	META DE ALOCAÇÃO	META DE RENTABILIDADE	BENCHMARK
<b>RENDA FIXA</b>	<b>50%</b>	<b>100%</b>	<b>69%</b>	<b>5,49%</b>	<b>CDI / IPCA</b>
<b>JUROS</b>	<b>20%</b>	<b>85%</b>	<b>40%</b>	<b>4,70%</b>	<b>CDI</b>
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
<b>INFLAÇÃO</b>	<b>10%</b>	<b>60%</b>	<b>29%</b>	<b>6,57%</b>	<b>IPCA</b>
Títulos Públicos Federais	0%	60%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	60%			
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>5%</b>	<b>30%</b>	<b>15%</b>	<b>9,94%</b>	<b>IBRX</b>
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	30%			
Cotas de Fundos de índice (ETF)	0%	30%			
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>0%</b>	<b>15%</b>	<b>8%</b>	<b>5,64%</b>	<b>CDI</b>
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	15%			
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>0%</b>	<b>10%</b>	<b>8%</b>	<b>10,00%</b>	<b>GLOBAL INDEX</b>
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%			
<b>IMÓVEIS</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>0%</b>	<b>15%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>				<b>6,53%</b>	



## HISTORICO DE RENTABILIDADE

	2016	2017	2018	2019	2020	Acumulado
PB Mongeral	18,85%	12,47%	7,58%	13,13%	0,09%	62,83%
Segmento de Renda Fixa	18,49%	12,45%	6,80%	10,68%	-1,14%	55,70%
Segmento de Renda Variável	26,47%	30,04%	10,29%	36,80%	-0,22%	147,59%
Segmento de Investimentos Estruturados	0,00%	2,94%	6,02%	9,54%	-0,13%	19,39%
Segmento de Investimentos no Exterior	-12,76%	7,48%	0,00%	12,53%	-0,08%	5,43%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

## MONGERAL EVOLUÇÃO PATRIMONIAL /1000



### 1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria nº 1106 de 23 de dezembro de 2019, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do Plano de Benefícios Mongeral – Plano Mongeral, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

O Plano Mongeral é estruturado na modalidade de Contribuição Definida não possuindo riscos atuariais envolvidos nos encargos dos benefícios de Aposentadoria, Invalidez e Pensão oferecidos no plano. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

O Plano de Benefícios Mongeral oferece aos seus participantes um valor de Benefícios Mínimo na data de cálculo da concessão de Aposentadoria Normal ou Antecipada, para aqueles participantes que possuem Salário Real de Contribuição menor ou igual a 5 unidades Salariais. O valor desse benefício no plano é mensurado através do método de financiamento agregado, com influência da projeção da inflação do Relatório FOCUS de 11/09/2020 sobre o Salário real de Benefício (SRB), e seu custeio é realizado integralmente pela patrocinadora desde a constituição do Plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas e na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Patrocinadores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

### 2. BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2020 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2020. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

### 3. ESTATÍSTICAS

#### Participantes Ativos

ITEM	2019	2020
Número de participantes ativos	1.488	1.605
Idade média (anos)	38,00	38,00
Média da expectativa de vida (anos)	48,43	48,06
Folha de salário mensal (R\$)**	R\$ 7.591.029,47	R\$ 9.158.701,66
Remuneração média (R\$)	R\$ 6.283,96	R\$ 7.550,45

(\*) Quantidade contemplam participantes aguardando resgate, licenciados, BPDs e Autopatrocinados. Não está contemplando o participante com recebimento de resgate parcelado.

(\*\*) Referente aos participantes ativos nas patrocinadoras.

Percebe-se que no que tange aos participantes ativos no plano, teve um acréscimo no número de participantes em 2020 na ordem de 7,86% quando comparado ao quantitativo de participantes ativos do ano de 2019. Houve ainda variação positiva da folha de salário mensal na ordem de 24,67% e da remuneração média em 24,16%.

#### Participantes Assistidos

ITEM	2019	2020
Número de participantes assistidos	5	6
Idade média (anos)	62	63
Média da expectativa de vida (anos)	25	24
Folha de benefício mensal (R\$)	R\$ 16.105,23	R\$ 15.928,01
Benefício médio (R\$)	R\$ 3.221,05	R\$ 2.654,67

Durante o exercício de 2020 foi concedido 1 (um) benefício de prestação continuada.

#### 4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2020:

- A)** Taxa Real de Juros: 3,72% a.a.;
- B)** Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 - F Suavizada 10%;
- C)** Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%;
- D)** Indexador do Plano: IPCA – IBGE; e
- E)** Crescimento Real de Salários: 2,48% a.a.

Apresentamos através do Parecer sobre as Premissas Atuariais 12/2020 posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano Mongeral.

Para o estudo de adequação da taxa de juros foi realizada uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, demonstrando que a expectativa de retorno dos investimentos do plano está compatível com a taxa de juros mínima sugerida como índice de referência do plano de benefícios.

A taxa de juros de 3,72% a.a. irá vigorar a partir de 01/01/2021. Como no Plano Mongeral a taxa de juros é utilizada na concessão e no recálculo dos benefícios realizamos a análise do impacto da alteração da taxa de juros de 4,09% a.a. para 3,72% a.a. nos atuais benefícios de prestação continuada, sendo por prazo determinado a única forma de recebimento que utiliza a taxa de juros em sua formulação matemática. Considerando a base de assistidos e pensionistas em dezembro 12/2020, recalculamos seus benefícios considerando as duas taxas de juros e os resultados observados foram uma redução média de 1,84% nos benefícios dos assistidos, podendo ser amenizada pela rentabilidade do plano, caso essa supere o índice de referência até a data dos respectivos recálculos.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes, mas tão somente para o cálculo de rendas mensais, ou seja, são utilizadas para apuração do valor do benefício mensal, quando de sua concessão e de seu recálculo anual.

#### 5. REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano Mongeral, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual, com exceção do Benefício Mínimo que utiliza o método de financiamento agregado. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2020, sendo a parcela CD

dessas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

O Benefício Mínimo dos participantes ativos foi mensurado através do método de financiamento agregado e seu custeio é realizado integralmente pela patrocinadora desde a constituição do plano.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada devem ter seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

## 6. CUSTEIO DO PLANO

As contribuições destinadas ao custeio previdencial do Plano Mongeral serão vertidas pelos participantes e patrocinadores na forma prevista no regulamento do Plano.

Os participantes contribuirão com percentual do salário de acordo com a tabela abaixo, observando o valor mínimo de contribuição.

FAIXA ETÁRIA DO PARTICIPANTE	PERCENTUAL SALÁRIO
Até 29 anos	3,00%
De 30 a 39 anos	3,50%
De 40 a 49 anos	4,00%
De 50 a 59 anos	4,50%
A partir 60 anos	5,00%

A patrocinadora contribuirá proporcionalmente a contribuição do participante de acordo com o tempo de serviço na patrocinadora, conforme a tabela abaixo:

TEMPO DE SERVIÇO NA PATROCINADORA	PERCENTUAL SOBRE CONTRIBUIÇÃO DO PARTICIPANTE
Até 9 anos	50,00%
De 10 a 19 anos	100,00%
Acima 20 anos	150,00%

O custeio administrativo definido no orçamento anual será pago integralmente pela patrocinadora, exceto na hipótese de que trata o artigo 21 do Regulamento do Plano.

O custeio do benefício mínimo também é custeado integralmente pelo patrocinador conforme art.20 do regulamento.

## 7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano Mongeral, em 31/12/2019 e em 31/12/2020, data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2019	2020
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 61.788.728,66	R\$ 66.155.229,17
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 60.642.102,03	R\$ 66.116.573,97
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 1.457.715,00	R\$ 1.356.697,84
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 1.457.715,00	R\$ 1.356.697,84
2.3.1.1.01.02	Benefício Definido Estruturado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 59.184.387,03	R\$ 64.759.876,13
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 59.013.161,43	R\$ 64.566.600,16
2.3.1.1.02.01.01	Patrocinador	R\$ 20.906.026,20	R\$ 23.140.566,73
2.3.1.1.02.01.02	Participantes*	R\$ 38.107.135,23	R\$ 41.426.033,43
2.3.1.1.02.02	Benefício Definido Estruturado	R\$ 171.225,60	R\$ 193.275,97
2.3.1.1.02.02.01	VABF - Benefício Mínimo	R\$ 171.225,60	R\$ 193.275,97
2.3.1.1.02.02.02	VACF - Benefício Mínimo	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 1.146.626,63	R\$ 38.655,20
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 1.146.626,63	R\$ 38.655,20
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 1.146.626,63	R\$ 38.655,20
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 34.245,12	R\$ 38.655,20
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	R\$ 1.112.381,51	R\$ 0,00
2.3.2	Fundos	R\$ 647.669,34	R\$ 691.368,71
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 430.605,42	R\$ 501.570,32
2.3.2.1.01	Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	R\$ 309.344,92	R\$ 258.069,19
2.3.2.1.02	Revisão de Plano	R\$ 121.260,50	R\$ 243.501,13
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 217.063,92	R\$ 189.798,39

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas passou a ser de 97,95% em função do consumo do saldo por parte dos assistidos.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2020 aumentou em 7,07%, com relação ao encerramento do exercício 2019. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2019 pelo IPCA acumulado no ano de 2020 teríamos um valor 2,38% menor do que o observado em 2020. O patrimônio do encerramento de 2019 atualizado pelo índice de referência do plano (IPCA + 4,19% a.a. de 01/2020 a 03/2020 e 4,09% a.a. de 04/2020 a 12/2020) apresenta um resultado superior em 1,64% com relação ao patrimônio do encerramento do exercício de 2020.

Analisando o exercício de 2020, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 0,08%, enquanto o índice de referência montou em 8,82%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pelo plano foi inferior em 8,04% (p.p.), em

relação ao respectivo índice. Da mesma forma, a inflação acumulada no mesmo período foi de 4,52%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de -4,25%.

O valor presente atuarial referente a obrigação com o Benefício Mínimo se mostrou inferior ao superávit técnico acumulado no plano, demonstrando desta forma não ser necessária a cobrança de novas contribuições referentes a cobertura deste encargo ao patrocinador.

O Plano de Benefícios Mongeral não registrou investimentos em títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento na data base de 31/12/2020. Desse modo, não há ajuste de precificação a ser calculado no plano de benefícios Mongeral 01.

Durante o exercício do ano de 2020 foi utilizado o valor do fundo previdencial de revisão de plano, constituído no encerramento do exercício de 2019, para pagamento das contribuições das patrocinadoras do Plano Mongeral, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O Plano Mongeral encerrou os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 com reserva especial. De acordo com §4º do artigo 21 da Resolução CNPC 30/2018, deve ser integralmente destinado o valor apurado a título de reserva especial há mais de três exercícios. Desta forma em 31/12/2020 foi constituído fundo previdencial para alocação do valor de reserva especial comum aos três últimos exercícios no montante de R\$ 243.501,13, sendo necessária, no decorrer do exercício de 2021, a aprovação pelos órgãos de governança da Entidade de um plano para utilização destes recursos.

## **8. CONCLUSÃO**

O Plano Mongeral, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2020 resultado de superávit técnico.

A duração do passivo do plano foi avaliada de acordo com art. 3º da Instrução Previc nº 33, de 23 de outubro de 2020, sendo utilizado o fluxo de 10 anos para duration do passivo por se tratar de um plano de Contribuição Definida.

Em cumprimento ao disposto do §4º do artigo 21 da Resolução CNPC 30/2018, foi constituído Fundo Previdencial para Revisão de Plano, sendo necessária a aprovação pelos órgãos de governança da Entidade de um plano para utilização destes recursos no decorrer do exercício de 2021.

Portanto, considerando todo o exposto no presente parecer, é coerente concluir que o Plano Mongeral se encontra em desequilíbrio técnico superavitário no valor de R\$ 38.655,20, sendo esse valor revertido a título de Reserva de Contingência e R\$ 243.501,13 sendo revertido para Fundo de Revisão do Plano, conforme determinado nos artigos 15 e 16 da Resolução CNPC 30/2018 de forma obrigatória.

Durante o exercício de 2020 foram realizados estudos e apresentadas propostas visando alterações regulamentares para o plano de Benefícios Mongeral 01.

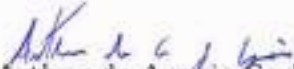
As sugestões de alterações foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da EFPC e não geram desequilíbrio ao plano

de benefícios Mongeral 01, pelo contrário, ajustando o atual desequilíbrio, Benefício Mínimo, adequando as atuais características do plano as necessidades previdenciárias dos participantes, gerando impacto somente nas projeções das arrecadações do plano.

Considerando as alterações aprovadas foi realizado um redimensionamento do plano de custeio para os atuais ativos e os novos participantes, sendo utilizado como parâmetro de aplicação dos percentuais as faixas salariais dos participantes.

Em atendimento às Resoluções CNPC nº 34/2019 e 06/2011, a EFPC comunicou aos participantes ativos e assistidos do Plano de Benefícios Mongeral a síntese das alterações do regulamento deste plano de benefícios serão encaminhadas para aprovação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC em 2021.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2021.

  
**Arthur de Araujo Godinho Luzia**  
**Atuário MIBA – 2.353**  
**MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA**



Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras Mongeral Aegon Fundo de Pensão

## 1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral Aegon Fundo de Pensão (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Mongeral Aegon Fundo de Pensão, aqui denominados de consolidado, por definição do CNPC) em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração da mutação do ativo líquido, do ativo líquido e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mongeral Aegon Fundo de Pensão e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

## 2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## 3. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### **4. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos


Rio de Janeiro, 31 de março de 2021.

  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

  
Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira  
Contador CRC 1RJ056588/O-4

Os membros do Conselho Fiscal do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas, o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2020, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

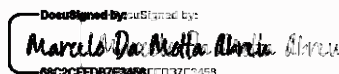
Rio de Janeiro, 31 de març o de 2021.

DocuSigned by:  
  
190E83B270E6449...

**Eug nio Duque Estrada Felipe**

Conselheiro – Presidente da Mesa

CPF: 754.447.477-15

DocuSigned by:  
  
89C2CFD87E3458...FD37C0459...

**Marcelo da Motta Abreu**

Conselheiro – Secretário da Mesa

CPF: 017.938.017-62

Os membros do Conselho Deliberativo da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), manifestam sua aprovação às Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2020, após procederem ao exame dos documentos previstos nos normativos regulatórios vigentes, quais sejam: o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como a manifestação da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal, pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em dezembro de 2020, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 31 de març o de 2021.

DocuSigned by:

*Osmar Navarini*

3E3DEG2CF2F4119

**Osmar Navarini**

Conselheiro (Presidente)

CPF: 301.842.820-02

DocuSigned by:

*Patrícia Barbosa de Campos Lima*

18D9E6C4A0704408

**Patrícia Barbosa de Campos Lima**

Conselheira (Secretária)

CPF: 000.761.436-51



# MAG

FUNDOS DE PENSÃO

GRUPO MONGERAL  AEGON

